CARTA DO IBRE: O RIO NÃO PODE PARAR

CONJUNTURA ECONÔMICA

NDAÇÃO GETULIO VARGAS · INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA · SETEMBRO 95

Prêmio FGV 1995

Excelência Empresarial



O difícil ajuste dos bancos depois do Real

Educação: A tragédia brasileira

A nova administração tributária do Rio de Janeiro

A ECONOMIA DA INTERNET NO BRASIL

ONJUNTURA
CONÔMICA
47 ANOS
0010-5945 · ANO 49 · Nº 09 · R$ 6,50

CONJUNTURA ECONÔMICA

VOL. 49 · Nº 09 · SETEMBRO DE 1995 · ISSN 0010-5945

Prêmio FGV 1995

Após o êxito do lançamento da lista da 500 Maiores Empresas do Brasil, que acontece há um quarto de século, a Fundação Getulio Vargas decidiu criar o Prêmio Excelência Empresarial, que distingue anualmente 12 das empresas de melhor desempenho na economia brasileira, segundo uma inovadora metodologia criada pelo IBRE/FGV. Mais informações sobre o Prêmio FGV 1995 e a lista das empresas homenageadas estão na p. 13.

O Rio não pode parar

O Rio vem perdendo importância relativa ao longo dos anos. Em 1970, o PIB conjunto do antigo estado da Guanabara e do estado do Rio representava cerca de 16,1% do produto nacional. As últimas projeções disponíveis mostram agora uma participação de apenas 10%. Mas o estado do Rio busca reverter essas tendências e alguns êxitos podem ser assinalados. Leia a Carta do IBRE, à p. 3.

O bom exemplo carioca

A secretária municipal de Fazenda do Rio de Janeiro, Maria Silvia Bastos Marques, com exclusividade para a *Conjuntura*, faz uma minuciosa análise da gestão financeira da prefeitura carioca e mostra que em pouco mais de um ano foi possível acumular disponibilidades de cerda de R$1,1 bilhão, sem considerar o superávit de R$300 milhões do PreviRio. Leia na p. 6.

Ascensão e triunfo da Internet

A rede mundial de computadores, Internet, que é o primeiro canal internacional de comunicação, tem uma característica extraordinária em nossos dias: prescinde de administradores. Mas nem por isso é menos eficiente. As origens e a história dos êxitos da Internet vão contadas em ensaio exclusivo de *Conjuntura*. Leia na p. 46.

Educação, uma tragédia brasileira

O contingente de crianças sem escolas no Brasil está crescendo: agora são 6 milhões, ou uma população que é duas vezes maior que a do Uruguai. Enquanto se amplia o número de analfabetos, vão caindo as verbas para a educação: em 1989, essa rubrica representava 2,2% do PIB. Em 1992 havia caído a 1,3%. Leia nos Indicadores Sociais, à p. 43.

A guerra Japão x USA

Os problemas da economia japonesa e o endurecimento da política externa norte-americana estão aumentando os níveis da tensão entre os dois países, precisamente quando a humanidade comemora os 50 anos da vitória aliada contra o *eixo* e a própria ocupação do Japão. Leia na p. 63.

Privatização no setor elétrico

Enfim, a privatização chegou ao setor elétrico com o leilão das Centrais Elétricas do Espírito Santo–Escelsa. Um consórcio de bancos e fundos de pensão tem agora o controle acionário da empresa, o que custou cerca de R$358 milhões. Leia na p. 34.

Carta do IBRE
3 O Rio não pode parar

Ensaio
6 A administração tributária do Rio de Janeiro
8 A conjuntura e o futuro
11 Um passeio estatístico pelo Rio de Janeiro

Especial
13 O Prêmio FGV 1995
15 Prêmio Excelência Empresarial

Ponto de Vista
24 O difícil ajuste dos bancos

Termômetro
26

Cartas
28

Política Econômica
29 Indicadores econômicos: A marcha da inflação
30 Política monetária: Dinheiro mais barato
33 Política fiscal: O peso da dívida
34 Privatização: Escelsa abre caminho à venda do setor elétrico
35 Setor externo: Déficit de US$15 bilhões

Mercados Financeiros
38 Mercado de ações: Em busca do capital estrangeiro
40 Renda: fixa: A nova indústria de fundos
42 Juros – queda lenta e gradual

Indicadores Sociais
43 Uma tragédia brasileira

Setorial
48 Aspectos econômicos da Internet no Brasil
51 Indústria de Transformação: Recessão à vista
55 Comércio Varejista: Vendas menores
57 Serviços: Demanda estável
59 Agricultura: Novos destaques na vinicultura mundial
61 Habitação: A busca de novas fontes de financiamento mobiliário

Internacional
62 Argentina: Economia consegue se ajustar
63 Japão x EUA: o próximo *round*

64 **Humor**

Ciência & Tecnologia
65 Trânsito: Como evitar a carnificina?

67 **Livros & Idéias**

Conjuntura, 47 anos
68 Quais eram os salários dos anos 40?

Conjuntura Estatística e Índices Econômicos (Anexo)

NOTA DO REDATOR

A presente edição de *Conjuntura Econômica* foi consagrada ao Prêmio FGV de Excelência Empresarial, anualmente concedido às 12 empresas que, na amostra das 500 Maiores Empresas do Brasil, mais se destacaram em seus resultados econômico-financeiros. Neste ano, os leitores poderão verificar o inegável aumento das rentabilidades e a melhora dos indicadores econômicos, certamente em função do esforço das direções empresariais como também do aumento da atividade econômica após o Plano Real.

A edição também discute a economia do Rio de Janeiro. Nosso editorial, a Carta do IBRE, apresenta um histórico dos fatores que determinaram a perda de importância relativa da região, bem como as iniciativas que têm sido tomadas para reverter essa situação. Como os leitores poderão perceber, a partir de tais iniciativas existem fundadas razões de otimismo quanto ao futuro do estado. Publicamos também dois depoimentos importantes sobre o assunto escritos por pessoas que viveram (e vivem) de perto os problemas do estado e da cidade do Rio de Janeiro. O primeiro, de autoria da dra. Maria Silvia Bastos Marques, secretária de Fazenda municipal, apresenta as inovações que foram implantadas pela prefeitura no importante campo da administração tributária. O segundo, do dr. Tito B. Bandeira Ryff, ex-secretário estadual de Agricultura, mostra os principais problemas e potencialidades econômicas do estado.

A edição já estava no final de sua fase de editoração quando sobreveio o problema causado pela intervenção do Banco Central no Banco Econômico. O ponto de vista do prof. Murillo Campello discute o tema correlato do difícil ajuste dos bancos brasileiros à situação de baixa inflação ocorrida depois da entrada em circulação do real. Quanto ao caso do Banco Econômico, é evidente que se aliam má administração à falta de critérios justos de ação por parte do Banco Central. Qual a razão para liquidar este banco e não liquidar o Banespa e o Banerj, tão ou mais quebrados que o Econômico? A saída da estatização (para depois, quem sabe, privatizar), proposta pelo senador Antônio Carlos Magalhães, aproveitou essa brecha de incoerência da autoridade monetária. Qualquer que seja a saída, o fato é que tais aventuras provavelmente custarão ao bolso do contribuinte mais de US$3 bilhões, ou seja, a verba reivindicada pelo ministro da Saúde. Há, portanto, que se procurar outra solução para o problema.

LAURO VIEIRA DE FARIA
Redator chefe

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591, CEP 22257-970. Tel.: (021) 536-9100.

Presidente de Honra: Luiz Simões Lopes

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres

Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen

Diretora-Geral: Celina Vargas do Amaral Peixoto

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres

Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen

Vogais: Aldo Baptista Franco, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Eliezer Batista, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr. e, Marcílio Marques Moreira e Roberto de Oliveira Campos.

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Eugenio Emilio Staub, Gilberto Dupas, José Luiz Miranda, Oswaldo Antunes Maciel e Pedro Leitão da Cunha.

CONSELHO CURADOR

Presidente: Theodoro Arthou

Vice-Presidente: Paulo de Tarso Leal

Vogais: Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz SA), Armando Klabin (Klabin Irmãos & Cia), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Credit Commercial de France SA, Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grello, Edmundo Barbosa da Silva, Gilberto Ulhôa Canto, Gustavo de Sá e Silva (Estado de São Paulo), Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), José Ephim Mindlin, Mario Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles – Interamericana de Publicidade SA), Paulo Guilherme Aguiar Cunha (Cia. Ultragaz SA), Roberto Paulo Cezar de Andrade (Brascan Brasil SA), e Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro.

Suplentes: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen SA), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga SA), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimentos Garantia SA), Lineu de Paula Machado (Banco Boavista SA), Luiz Roberto do Nascimento e Silva, Mário João de Andrade Fortes, Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga (Icatu Empreendimentos e Participações SA), Patrick de Larragoiti Lucas Alcântara Ferreira, Marítimos e Acidentes — Cia. de Seguros) Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco da Bahia Investimentos SA), Roberto Duailibi (DPZ Propaganda SA), Sérgio Franklin Quintella e Unibanco – União de Bancos Brasileiros SA.

CONSELHO CONSULTIVO

Abgar Renault, Carlos Gomes de Almeida, Gilberto Duarte Prado, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais) e Rubens D'Almada Horta Porto.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

Diretor: Antonio Salazar P. Brandão

BANCO DE DADOS IBRE
Salomão L. Quadros da Silva

CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS
Ignez Vidigal Lopes

CENTRO DE ESTUDOS DE EMPRESAS
Sergio Gustavo S. da Costa

CENTRO DE ESTUDOS DE ECONOMIA E GOVERNO
Lia Valls Pereira

CENTRO DE ESTUDOS DE PREÇOS
Paulo Sidney de Melo Cota

CENTRO DE ESTUDOS TENDENCIAIS
Eden Gonçalves de Oliveira

REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA
Lauro Vieira de Faria

EDITORA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Chefia: Francisco de Castro Azevedo
Coordenação editorial: Cristina Mary Paes da Cunha
Comercialização: Juarez Nery de Souza e Valéria Oliveira Santiago.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Revista mensal da Fundação Getulio Vargas editada pelo Instituto Brasileiro de Economia

Fundador: Richard Lewinsohn

EXPEDIENTE

Redator-chefe: Lauro Vieira de Faria
Redatores-assistentes: Aloísio Campelo Júnior, Ib Teixeira
Coordenação editorial: Maria Adelaide de Amorim Oliveira

Redatores: Eden Gonçalves de Oliveira, Fernando Calvão de Almeida, Fernando de Barros de Freitas Almeida, Isabel Parente de Mello, João Mendonça da Costa Rego, Jorge Ferreira Braga, Lia Ali Pereira, Luiz Antonio Amaral Souto, Luiz Gonçalves Filho, Marcos Fernandes Machado, Maria Lúcia Moraes Lehwing, Paulo Cesar Stilpen, Paulo Sidney de Melo Cota, Salomão L. Quadros da Silva, Tito B. Bandeira Ryff e equipe do Centro de Estudos de Empresas (IBRE/CEE).

Colaboradores: Alexandre de Amorim Oliveira, Araguacy Afonso Rego, Carlos Henrique Rocha, Eliane Penha da Silva, Fernando Gonçalves Carneiro, Flávio H. de Menezes, Glaúcia Maria Vasconcellos Vale, Maria Silvia Bastos Marques, Marinha Machado, Michel Veranci Bechara, Murillo Campello, Paulo Gões, Sergio Felipe Ferraz Coutinho (estagiário).

Copidesque: Hamilton Magalhães Neto.

Automação editorial/ diagramação: José Gil Dieguez Neto

Diagramação: Ana Elisa Calvão

Editoração eletrônica/ operadores: Fátima Araujo de Oliveira, Newton Alves de Souza, Sebastião Faixoto dos Santos e Vera Lúcia da Lima Guedes.

Capa: José Gil Dieguez Neto

Revisão: Ademilson Coutinho, André Pinheiro, Anires Castilhos, Izidoro Rangel Martins.

Produção gráfica: Hélio Lourenço Neto e José Alves

As matérias assinadas por colaboradores, exceto do IBRE, guardam desvinculados de sua posição funcional, não refletem, necessariamente, posição deste Instituto ou da Redação de *Conjuntura Econômica*, embora sejam consideradas úteis para o debate de idéias econômicas.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta Revista, desde que seja citada a fonte.

Redação: Praia de Botafogo, 190, sala 921 – CEP 22253-900 – Rio de Janeiro, RJ. Tel.: (021) 536-9267 – Fax: (021) 551-2799.

Comercialização: Editora da Fundação Getulio Vargas, **Setor de Vendas e Atendimento ao Assinante:** Praia de Botafogo, 190, s/ 607 – CEP 22253-900 – Tels.: (021) 551-6084 e 536-9196, ou CP 62.591 – CEP 22257-970 – Rio de Janeiro, RJ.

Publicidade:

Rio de Janeiro – RJ: LPA Comunicações Ltda. – Leopoldo F. Amorim – Rua da Glória, 366 – 11° andar – CEP 20241-180 – Tel.: (021) 252-8720 – 252-9174 – Fax: (021) 221-5984.

São Paulo – SP: Mix Mídia Comunicações Ltda. – Nilson Trivelli – Caixa Postal 21.109 – CEP 04698-970 – Tel.: e Fax: (011) 524-1174.

Belo Horizonte – MG: M.A.M. Publicidade e Promoções Ltda. – Marco Aurélio Maia – Av. do Contorno, 8000 sala 1301 – Sto. Agostinho – CEP 30110-907 – Tel.: e Fax: (031) 291-6470.

Brasília – DF: Letra & Arte Com. Repres. Ltda. – Deusa Ribeiro – SHIN – QI 8, C) 3, CASA 17 – Lago Norte – CEP 71520-230 – Tel.: (061) 577-3874 e Fax: (061) 577-4882.

Porto Alegre – RS: Curi & Associados – Esperidião Curi – Rua Inhahuí, 60 – Bairro Cristal – CEP 90820-170 – Tel.: (051)241-2266 – Tel. e Fax (051) 249-7056.

Recife – PE: Rio & S/Ordep – Luiz Augusto A.C. Norfini – Av. Conselheiro de Aguiar, 4860 – Loja – Boa Viagem – CEP 51021-020 – Tel.: e Fax: (081) 465-1851.

Ribeirão Preto – SP: Promix Propaganda e Marketing Mix Ltda. – Adelino Fajardo Jr. – Rua Duque de Caxias, 1205 – Sala 9 – CEP 14015-020 – Tel. e Fax: (016) 625-9639.

Salvador – BA: Aura Representações e Serviços Ltda. – Cláse Silveira – Av. Antônio Carlos Magalhães, 2501 – sala 721 – Edf. Profissional Center – Brotas – CEP 40288-900 – Tel. e Fax: (071) 351-1784.

Editorada eletronicamente no IBRE/FGV.

Fotolito: Brasfoto (capa). **Impressão:** Gráfica JB S.A.

ISSN 0010-5945

Conjuntura Econômica. - Vol. 1, n. 1 (nov. 1947) -. - Rio de Janeiro: Instituto Getulio Vargas, 1947- v. il.; 28cm

Mensal.

Órgão oficial de: Instituto Brasileiro de Economia. Diretores: nov. 1947-mar. 1952, Richard Lewinsohn - mai. 1952-dez. 1968, José Garrido Torres - jan. 1969-mar. 1974, Sebastião Marcos Vital - abr. 1974-mar. 1979, Antonio Carlos Lemgruber - abr. 1979-abr. 1994, Paulo Rabello de Castro – maio 1994, Lauro Vieira de Faria.

ISSN 0010-5945

1. Economia - Periódicos. 2. Brasil - Condições Econômicas - Periódicos. I. Fundação Getulio Vargas. II. Instituto Brasileiro de Economia.

CDD 330.5

O Rio não pode parar

A perda de importância relativa da economia do Rio de Janeiro ao longo das últimas décadas é um dado evidente a partir da mera observação das estatísticas. Em 1970, o PIB conjunto dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara representava 16,1% do PIB nacional. Em 1990, segundo as projeções disponíveis, tal participação caiu para cerca de 10%.

As causas desse processo são variadas e é importante estudá-las detidamente para reverter com sucesso tal situação. Em primeiro lugar, vale notar que a economia fluminense tem sofrido severos choques, provenientes de decisões e fatos independentes da vontade de sua população.

Após um período de perplexidade com a magnitude dos problemas do Rio de Janeiro, a economia do estado apresenta inequívocos sinais de recuperação.

A expansão da economia paulista foi decorrência dos méritos indiscutíveis de seu empresariado e da existência de áreas com terras férteis e de uma infra-estrutura muito boa de transportes e energia. Mas foi também fortemente ajudada pela política governamental de substituição de importações adotada com vigor a partir da década de 50. Tal política significou a criação de um mercado cativo para os produtos industriais, em detrimento da agricultura e dos consumidores, que antes tinham livre acesso aos mercados externos. E teve enorme efeito multiplicador em São Paulo, onde já se concentrava a maior parte da indústria nacional, devido à atração de recursos financeiros e materiais escassos, que poderiam ser aplicados em outras regiões ou atividades, não fosse a alta rentabilidade derivada da excessiva proteção tarifária concedida à indústria.

A esse quadro de dificuldades para a atração de investimentos somou-se a perda de recursos e importância política, em razão da transferência da capital para Brasília. O setor "governo", que desempenhava um papel fundamental na economia da ex-capital, declinou violentamente após 1961. A mudança de sede dos estabelecimentos oficiais de crédito para Brasília foi, inclusive, o início do processo de perda do *status* de capital financeira do país por parte da cidade do Rio de Janeiro. Haveria ainda que contabilizar a perda de recursos decorrente da transferência de milhares de funcionários públicos, muitos qualificados e com alto poder aquisitivo.

Em meados da década de 70, a região sofreu outro golpe, derivado da fusão entre a Guanabara e o antigo estado do Rio de Janeiro, decidida arbitrariamente a partir de Brasília. Em que pesem os argumentos favoráveis à fusão em termos das inevitáveis articulações das duas economias e da criação de novo e maior potencial de desenvolvimento para ambas, além de uma expressiva força política, a forma apressada como foi realizada acabou criando diversos problemas que permanecem irresolvidos até hoje. Estruturas administrativas extremamente diferenciadas em termos salariais e de eficiência foram reunidas rapidamente e de forma desordenada. Com isso, o serviço público do novo estado foi nivelado por baixo e as escalas salariais foram infladas por questões de isonomia e vantagens, tendo como resultado o decréscimo de eficiência, o aumento do gasto público e a redução da capacidade de investimento do governo estadual e de suas empresas.

Em segundo lugar, existem fatores intrínsecos à economia fluminense que respondem pelos problemas atuais. Do lado da agricultura, a baixa qualidade do solo e o relevo acidentado da maior parte das terras do Rio de Janeiro são fatores limitativos a um tipo de desenvolvimento que, como o de São Paulo, partiu de uma sólida base agrícola para alcançar a indústria. Por outro lado, a indústria instalada na região não conseguiu alcançar os setores de "ponta" produtores de bens duráveis de consumo. Ademais, devido à proximidade de séculos com o poder central, sempre se mostrou dependente do governo em maior ou menor grau. Grandes estatais, como a Petrobras e a Companhia Siderúrgica Nacional (hoje privatizada), e o setor de construção naval deram contribuições válidas para o desenvolvimento da economia fluminense. Entretanto, é claro que, com o esgotamento do modelo de substituição de importações sob a égide do Estado, tais contribuições não puderam se manter nos níveis anteriores. Quanto ao setor terciário, na medida em que depende de impulsos originados da agricultura, da indústria ou do aparelho estatal, é óbvio que as suas possibilidades se tornaram limitadas com as crises nesses setores.

Haveria que notar também a conspícua ausência (até recentemente) de uma ideologia de desenvolvimento regional por parte das elites do Rio de Janeiro. Durante longos anos, tais elites se acostumaram a esperar que as soluções para os seus problemas viessem por iniciativa exclusiva do governo central, mesmo quando este já não estava instalado na capital do Rio de Janeiro, e a concentrar a atenção em amplas questões nacionais, relegando a segundo plano os problemas regionais. Em vista disso, e ao contrário do que fazem os representantes de outros estados e regiões, os representantes fluminenses tiveram dificuldade em apresentar o estado como carente de medidas compensatórias, tendo em conta seu histórico, sua importância estratégica e os favorecimentos dados a outras regiões. Durante anos, a ausência de uma política de desenvolvimento econômico regional formulada pelas gentes do Estado fez com que tanto setores da indústria quanto do comércio fossem compelidos a mudar para outros lugares, onde tais políticas já estavam implantadas e gerando frutos.

A economia fluminense tem sofrido severos choques, provenientes de decisões e fatos independentes da vontade de sua população.

Sintomática também dessa situação é a tendência renitentemente oposicionista (interrompida nas últimas eleições) do eleitorado do Rio de Janeiro, em particular da capital, relativamente ao poder central. Essa tendência culminou com as experiências populistas da década de 80 e o aumento exponencial da violência, numa região na qual a população era antes conhecida por sua cordialidade. Não se discute que caiba prioridade ao atendimento dos direitos sociais das populações carentes. Mas é preciso notar que: *a*) tais direitos não serão atendidos se faltarem recursos e estes dependem crucialmente da retomada do crescimento da economia regional; *b*) os recursos não virão no montante requerido nem permanecerão o tempo necessário se o risco de empreender no Rio de Janeiro alcançar não apenas o aspecto financeiro do capital como também as propriedades e a segurança física dos indivíduos; *c*) por conseguinte, *pari passu* com o investimento em educação, saúde, infra-estrutura etc., o investimento na melhoria do aparelho de segurança é também sumamente prioritário.

Felizmente, após um período de perplexidade com a magnitude dos problemas do Rio de Janeiro, diversas medidas corretivas foram e estão sendo tomadas.

Houve inegável esforço fiscal por parte do estado e dos municípios. Tais medidas foram grandemente facilitadas pela Constituição de 1988, que transferiu para essas instâncias parcela considerável da arrecadação de impostos federais — imposto de renda (47%) e IPI (57%). Assim, enquanto a receita tributária do estado do Rio de Janeiro aumentou 30,8% em termos reais, deflacionados pelo deflator implícito do PIB, no período 1989-94 relativamente a 1984-88, a receita corrente (que inclui as transferências federais) cresceu 49,9%. No caso do município do Rio de Janeiro, os dados são ainda mais significativos: 50,4% contra 128,1%, respectivamente. Entretanto, não se observam tendências claras na evolução dos investimentos governamentais necessários ao reaparelhamento econômico da região. No caso do governo estadual, houve de fato forte acréscimo dos investimentos após 1984, mas a partir daí a tendência foi mais de estabilidade, com aumento em 1992-93. No município, os investimentos cresceram depois de 1988, mas caíram nos dois últimos anos. Em ambos os casos, aumentaram as despesas correntes globais (36,7% no governo estadual e 51,1% no municipal em 1989-94, com referência a 1984-88), principalmente as transferências às administrações indiretas.

De todo modo, é de notar que os acréscimos de gastos públicos podem ter funcionado como uma espécie de política keynesiana. Ou seja, contribuíram positivamente para a manutenção da atividade econômica na região, ante a desaceleração da economia nacional que se seguiu à *débâcle* do Plano Cruzado e, posteriormente, à recessão comandada pelo governo Collor.

Tem havido também uma clara retomada do espírito empresarial na região. Esse processo é, em primeiro lugar, reflexo dos ajustes estruturais que vêm ocorrendo na economia brasileira. A privatização das empresas estatais e a criação de um ambiente econômico mais competitivo internamente têm repercutido de modo extremamente favorável na economia do Rio de Janeiro. A Companhia Siderúrgica Nacional, depois de privatizada, passou rapidamente a dar lucro. Antes se encontrava em situação quase falimentar, ameaçando com a decadência toda a região ao redor de Volta Redonda. Espera-se que o mesmo ocorra com as empresas estaduais e municipais fornecedoras de serviços públicos, cronicamente ineficientes, as quais as autoridades já manifestaram a intenção de privatizar. E no caso de grandes estatais, como a Petrobras, a prática dos contratos de gestão está dando frutos em termos de melhores administrações e mais recursos para investimentos. A empresa pretende investir maciçamente na produção da bacia de Campos e liderar a implantação do pólo petroquímico do Rio de Janeiro, que deverá ter importante impacto econômico em termos do encadea-

mento de atividades correlatas que já existem na região.

Em segundo lugar, a consciência da situação de crise econômica e social, agravada pela falta de segurança, levou a um inédito aumento das articulações entre os setores público e privado, tendo como objetivo a defesa dos interesses do Rio de Janeiro. Tais articulações foram consubstanciadas em diversas iniciativas tomadas recentemente. Assim, com o apoio das autoridades e de 42 empresas instaladas na cidade do Rio de Janeiro, e replicando iniciativas semelhantes ocorridas no exterior, foi elaborado o Plano Estratégico da Cidade, cujo objetivo é reverter o atual quadro de dificuldades, tornando a cidade do Rio de Janeiro uma metrópole dinâmica economicamente e com crescente qualidade de vida. Da mesma forma, foi importante a atuação do governo estadual na recente decisão da Volkswagen de instalar sua fábrica de ônibus e caminhões em Resende. A prefeitura do Rio de Janeiro tem procurado várias parcerias com o setor privado como forma de viabilizar projetos municipais. Dentre eles, destaca-se o do Teleporto, já em construção, que pretende ser um espaço privilegiado em termos de facilidades de telecomunicações e infra-estrutura para as empresas nele instaladas. Igualmente importantes vêm sendo os esforços do governo estadual e do empresariado para revitalizar e modernizar os portos fluminenses, em especial o porto de Sepetiba, cuja característica natural de profundidade lhe dá vantagem comparativa inegável para atracação dos navios mais modernos de grande calado.

Todos esses movimentos e muitos outros têm justificado fundadas esperanças para o futuro do estado do Rio de Janeiro. Segundo dados da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), estão previstos para o biênio 1995-96 investimentos industriais de cerca de US$2,47 bilhões, 55% concentrados na região metropolitana e 40% no sul fluminense, em razão dos projetos da Volkswagen e da CSN. No período 1995-99, a Firjan espera investimentos adicionais de US$13,6 bilhões, aparecendo com destaque os da Petrobras na ampliação da exploração da bacia de Campos (US$7 bilhões), o término da construção da usina nuclear de Angra II (US$1,2 bilhão) e o projeto de despoluição da baía de Guanabara (US$0,8 bilhão). Em termos de emprego, a expectativa é de que tais investimentos gerem cerca de 400 mil novos empregos diretos.

Resta, porém, muito o que fazer, principalmente no setor agrícola e na melhora das administrações públicas. Cerca de 60% dos solos do estado são acidentados, o que impede a produção extensiva de grãos. Daí por que a solução para a dinamização da atividade rural do estado esteja na fruticultura, horticultura e olericultura, que se beneficiam da grande variedade de climas da região e não exigem condições especiais de relevo. O que falta é pesquisa agropecuária, que poderia ser patrocinada pelo estado em convênio com o setor privado, de modo a superar os problemas de solos acidentados e enfraquecidos e de pragas. Mais do que recursos abundantes, falta também articulação dos interessados, essencialmente governo e iniciativa privada, para a formulação de um plano de desenvolvimento agrícola do estado do Rio de Janeiro.

Segundo dados da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), estão previstos para o biênio 1995-96 investimentos industriais de cerca de US$2,47 bilhões.

A prestação de serviços públicos no Rio de Janeiro é extremamente deficiente, comparada com a de outros estados de nível correlato de desenvolvimento. Em 1990, enquanto a relação despesas correntes/PIB estadual era de 10% no Rio de Janeiro, em São Paulo alcançava 9% e em Minas Gerais 8%. Na raiz da ineficiência e da desmotivação funcionais estão não só a distorção existente no resto do país — em que os funcionários da administração direta, que compõe a estrutura básica do estado, são em geral mal pagos, ao passo que os da administração indireta (empresas estatais) auferem vantagens consideráveis —, como também a tradição populista e empreguista de sucessivos governos do Rio de Janeiro e da antiga Guanabara. É fundamental liberar recursos atualmente desperdiçados com o empreguismo para investir em saúde e educação básica, de modo a salvar as gerações futuras dos infortúnios do desemprego e do subemprego. Tal investimento, entretanto, não se confunde com a construção de hospitais ou escolas faraônicas. Muito mais importante é recuperar as instalações já existentes e investir no homem, ou seja, naquele que trabalha e produz saúde e educação. Os governos, estadual e municipais, terão uma oportunidade de ouro para servir a esses objetivos e ao Rio de Janeiro agora que, tudo indica, a reforma administrativa do governo federal retirará importantes empecilhos à racionalização da administração pública, como é o caso da estabilidade do funcionalismo. É hora de aproveitar. O Rio não pode parar.

A reunião que tradicionalmente precede a elaboração deste editorial teve a satisfação de contar dessa vez, além dos pesquisadores da FGV, com a presença da sra. secretária de Fazenda do município do Rio de Janeiro, dra. Maria Silvia Bastos Marques, do presidente da FGV, dr. Jorge Oscar de Mello Flôres e dos jornalistas George Vidor e Carlos Franco. Obviamente, os eventuais equívocos correm por conta exclusiva do IBRE/FGV.

MARIA SILVIA BASTOS MARQUES*

A administração tributária do Rio de Janeiro

O superávit acumulado pela prefeitura resultou de iniciativas que impactaram tanto receitas como despesas.

O sucesso da gestão orçamentário-financeira da Prefeitura do Rio de Janeiro vem despertando atenção. Com uma disponibilidade financeira de cerca de R$1,1 bilhão em 30.6.95, equivalente a pouco menos que um ano de arrecadação (sem considerar o superávit de cerca de R$300 milhões do PreviRio, responsável pelo pagamento de pensões aos servidores), a prefeitura do Rio pretende realizar investimentos, no biênio 95-96, de aproximadamente R$1,3 bilhão. Somente para estabelecer uma base de comparação, em 1992, ano do grande encontro ecológico mundial sediado no Rio, a Eco-92, foram investidos na cidade, pela prefeitura, em torno de R$400 milhões.

Este expressivo superávit resultou de uma série de iniciativas, não apenas do lado das receitas, mas talvez até mais significativamente do lado das despesas. O governo do prefeito Cesar Maia tem-se pautado pela preocupação gerencial e de controle. Os secretários são técnicos, com liberdade para formar equipes e respaldo para formular e executar políticas.

Foi criada uma controladoria autônoma, em nível de secretaria, que aglutina as funções de auditoria e contabilidade, antes subordinadas à Secretaria de Fazenda. Por outro lado o orçamento, antes vinculado ao gabinete do prefeito, veio para a Fazenda. Isto quer dizer que, pela primeira vez, está sendo possível fazer uma administração integrada do orçamento e do caixa. Na prefeitura do Rio, a execução orçamentária está subordinada à disponibilidade financeira, e não o contrário, como em geral ocorre. Além disso, os pagamentos a fornecedores, prestadores de serviços, empreiteiros etc. são realizados rigorosamente em dia pelo Tesouro Municipal. Essas práticas permitem que exijamos preços corretos em nossas licitações como, por exemplo, de merenda escolar e obras públicas, resultando em economia e maior disponibilidade de recursos. Para dispor de parâmetros adequados para essas licitações, contratamos a Fundação Getulio Vargas para coletar preços de referência para nossos principais itens de despesa, inclusive construção civil. As folhas de pagamento das administrações direta e indireta são monitoradas e simuladas anteriormente à concessão de quaisquer benefícios. Por fim, as transferências de recursos do Tesouro Municipal para todas as entidades da administração indireta são previamente discutidas e programadas junto à Secretaria de Fazenda.

Quanto às receitas, um fato importante a notar é que não houve, em todo esse período, aumento de impostos. Pelo contrário, no primeiro ano de governo convivemos com uma emissão real de IPTU cerca de 30% menor do que em 1992. Em 1993, a emissão foi recomposta e, em 1994, teve o mesmo valor da do ano anterior. Foram reduzidas, também, as alíquotas de ISS incidentes sobre diversões (de 10% para 5%) e *leasing* (de 5% para 0,5%). No entanto, a arrecadação total vem crescendo em termos reais, não apenas pela queda da inflação, mas pelo intenso trabalho de administração dos tributos que vem sendo desenvolvido.

A regra número 1 é a credibilidade e o bom atendimento aos contribuintes, pessoalmente, por carta ou telefone, incentivando-os a resolverem suas questões pendentes, às vezes, há anos. Outra "frente de batalha" tem sido a solução do grande estoque de processos existente na secretaria, que gera desgaste ante a população, desacreditando o trabalho da prefeitura.

Especial atenção tem sido dada aos processos de restituição de indébitos fiscais, muitos deles "adormecidos" nos armários há anos. Outras preocupações são a análise dos principais temas dos processos, procurando identificar problemas permanentes e eliminá-los, evitando a abertura de novos processos e, também, o estudo das rotinas de tramitação dos mesmos, procurando torná-las mais ágeis, reduzindo os níveis de decisão e encurtando o prazo de solução.

Do ponto de vista do processo administrativo-tributário e do aperfeiçoamento do próprio trabalho de fiscalização e de autuação, foi importante a criação da Coordenadoria de Revisão e Julgamento, que se tornou responsável pelo julgamento, em primeira instância, dos processos oriundos de todas as coordenadorias de tributos. Finalmente, no nosso entender, para que haja efetividade na cobrança, duas palavras precisam ser riscadas do vocabulário fiscal: anistia e remissão. Só assim será possível inverter a lógica que hoje persiste na administração tributária brasileira, onde quem paga em dia é, em muitos casos, penalizado por benefícios aos inadimplentes, o que constitui, certamente, incentivo ao não-pagamento.

O elemento mais importante para o lançamento dos tributos é, seguramente, o cadastro dos contribuintes. Sendo o Rio de Janeiro uma cidade que cresceu desordenada e ilegalmente nos últimos anos, existe uma enorme massa de informações não incorporadas aos cadastros do ISS e do IPTU, resultando em impostos não cobrados, evasão de receita e injustiça fiscal. Ainda em 1993, foi iniciado um programa de recadastramento de todos os terrenos da cidade, que terminará em 1996. Em julho de 1994, começou o recadastramento de todos os imóveis prediais da cidade (cerca de 1,6 milhão), que deverá estar concluído em quatro anos. O projeto de tal recadastramento, realizado pela primeira vez, já vem trazendo retorno aos cofres municipais. Não apenas diretamente, pelo lançamento dos impostos que não eram cobrados, mas indiretamente, pela percepção da presença da autoridade pública e seu efeito multiplicador. A expectativa, conservadora, é que, ao término do recadastramento, a emissão de IPTU seja pelo menos 30% superior à atual, em termos permanentes.

Outros subprodutos do recadastramento têm sido a coleta de informações mais detalhadas sobre os imóveis, com o objetivo de aperfeiçoar a elaboração da planta de valores, sobre as atividades econômicas porventura desenvolvidas nestes imóveis, com vistas à correção de dados para o ISS, e do CPF/CGC do proprietário. Esta última informação será a chave do novo sistema integrado de contribuintes que está sendo desenvolvido na Secretaria de Fazenda e que reunirá, em um mesmo sistema cadastral, os contribuintes de todos os tributos. Outras iniciativas para corrigir e atualizar o cadastro têm sido o recadastramento de microempresas e autônomos, atualmente em curso, e dos prestadores de serviços em geral, já finalizado.

Para alavancar o trabalho de recadastramento e manter o cadastro permanentemente atualizado, está-se iniciando um novo levantamento aerofotogramétrico da cidade, conduzido pela Iplan-Rio, empresa de planejamento do município, com recursos do BID. Ainda dentro do mesmo projeto, será feito o mapeamento digital de todos os dados levantados e instalado em rede, na prefeitura (inicialmente interligando as Secretarias de Fazenda, Urbanismo e Iplan), um sistema geográfico de informações (GIS), que permitirá planejar toda a infra-estrutura da cidade de modo mais adequado e eficiente e agilizar a prestação de serviços.

Outro aspecto fundamental é o da apropriação da receita. Tanto no IPTU quanto no ISS (e também no IVVC), detectamos inúmeras incorreções nos dados de receita, implicando, no caso do IPTU, inscrições indevidas em dívida ativa e imenso desgaste do poder público. No caso do IPTU, começamos, em 1994, a enviar cartas bimensais aos contribuintes que não quitaram suas cotas ou a cota única, alertando para as conseqüências do não-pagamento e solicitando que regularizem sua situação. O impacto desta correspondência é enorme: todos os que pagaram e assim mesmo receberam a carta, apressam-se em escrever à Secretaria de Fazenda enviando o comprovante de pagamento, o que nos permitiu detectar diversos problemas no sistema de apropriação de receita; além disso, houve uma sensível redução da inadimplência, pois os contribuintes, sentindo-se "vigiados", tendem a regularizar seus débitos. Começamos em 1995 a fazer o mesmo em relação aos contribuintes do ISS e do IVVC, com resultados tão positivos quanto no caso do IPTU. Um subproduto importante da maior presença da autoridade fazendária, no caso do ISS e do IVVC, tem sido o crescente aumento dos pedidos (e do valor!) de parcelamento dos débitos, especialmente através do mecanismo de denúncia espontânea.

Para resolver de forma definitiva os problemas de apropriação da receita, foram feitas auditorias nos sistemas de tributos e de arrecadação, detectados os problemas e estabelecidos novos procedimentos de críticas nos sistemas. Além disso, foi criado um novo documento de arrecadação, o Darm (documento de arrecadação municipal), que substituiu todos os documentos de arrecadação da prefeitura (cerca de 30), exceto o do IPTU. O Darm, com código de barras, permite a leitura ótica dos documentos e a apropriação correta dos pagamentos. Para o IPTU de 1996, estaremos lançando também um novo documento, com código de barras "padrão Febraban", que permitirá que a rede bancária forneça os dados de arrecadação ao Tesouro em meio magnético, eliminando burocracia, agilizando a disponibilidade dos dados de arrecadação e eliminando erros de apropriação.

Com relação a cada tributo, além dos aspectos já mencionados, destacaríamos:

1. IPTU — Programa "caçadores de impostos", atualmente em curso, que pretende, através de visitas aos 150 maiores devedores do tributo, identificar, por meio de questionário, os motivos da inadimplência (processos administrativos ou judiciais, alegações de erros cadastrais, inadimplências de outros tributos, problemas financeiros etc.) e tentar revertê-la; aperfeiçoamento da planta de valores, de forma a diminuir as impugnações de valor venal.
2. ISS — Acabou-se o tratamento privilegiado dos chamados uniprofissionais, que agora pagam ISS pelo movimento econômico; ênfase nos mecanismos de substituição tributária (vigilância, limpeza, laboratórios etc.) que, além de reduzir a inadimplência, facilitam a fiscalização, pelo menor número de empresas a serem visitadas; programas de fiscalização direcionados a grupos de empresas, com estudo prévio do desempenho de seus setores de atividades.
3. IVVC — Pesquisa de novos combustíveis (gás natural, por exemplo) e discussões de domicílio tributário.
4. ITBI — Pesquisa permanente dos preços de transações imobiliárias e sistema informatizado para cálculo do tributo, acessível ao contribuinte; fiscalização de cartórios, com o fim de identificar guias falsas de pagamento.
5. ICMS — Sistema informatizado para cálculo do valor adicionado e acompanhamento permanente de todas as fases do processo de cálculo do índice de participação dos municípios, inclusive com correspondência e visita às empresas.

Além dos tributos, a Secretaria de Fazenda do Rio é responsável pela administração dos prédios municipais. Nessa área também avançamos, desenvolvendo sistemas informatizados de cadastro e de acompanhamento de contratos, acelerando as contratações e as revisões de contratos de permissões e cessões de uso, a preços de mercado. Estamos agora procedendo à vistoria dos imóveis, por áreas da cidade, para que possamos, ainda no corrente ano, propor política de administração do patrimônio imobiliário do município em bases profissionais, decidindo o que será alienado, o que será utilizado pela própria administração pública (em lugar, muitas vezes, de imóveis alugados) e o que será mantido, do ponto de vista estratégico de futuras políticas públicas.

Do ponto de vista da administração financeira, cabe mencionar que a prefeitura preparou-se para o Plano Real, renegociando contratos ou rescindindo-os unilateralmente, quando não foi possível acordo entre as partes. Além disso, o expressivo superávit já acumulado em junho de 1994 (aplicado principalmente na recompra da dívida mobiliária em mercado) aliado às significativas taxas de juros reais do período resultaram em disponibilidades crescentes de recursos.

Para dar maior transparência a suas ações e identificar novos caminhos para aperfeiçoar a prestação de serviços à população, a prefeitura do Rio está contratando auditoria externa, para desenvolver um trabalho misto de auditoria financeira e de desempenho. Qualificando-se como a primeira administração, na América Latina, a ter suas contas e ações auditadas externamente, a prefeitura do Rio prepara-se para, em futuro próximo, ser também o primeiro município a realizar lançamento de título no exterior, abrindo novos canais de financiamento para suas atividades, com prazo e custos mais adequados.

*Secretária municipal de Fazenda do Rio de Janeiro

TITO RYFF*

A conjuntura e o futuro

Pode-se afirmar que estão presentes uma série de condições favoráveis à efetivação de um novo surto de desenvolvimento econômico no Rio de Janeiro.

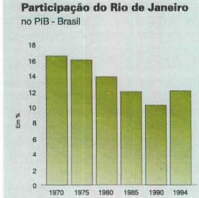
RECENTEMENTE, a imprensa deu grande destaque ao processo de recuperação da economia fluminense. O interesse da mídia foi despertado, sobretudo, pela decisão da Volkswagen de implantar sua nova unidade de produção de caminhões e ônibus no município de Resende. A partir daí, a imprensa passou a divulgar informações sobre o montante considerável de investimentos, públicos e privados, programados para o estado nos próximos anos, mostrando que a reativação da atividade econômica fluminense não é um fato episódico, mas sim um processo em marcha. Contudo, pouca ou nenhuma análise foi feita a respeito das causas fundamentais dessa retomada do crescimento econômico ou dos elementos capazes de garantir sua sustentação ao longo do tempo. Este artigo tem por objetivo tentar preencher parcialmente essa lacuna, listando alguns dos fatores que podem ter contribuído para esse processo de recuperação econômica e procurando apresentá-los numa seqüência lógica.

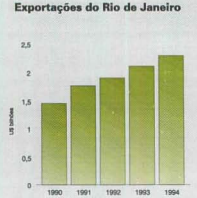
Quando se analisa a economia do Rio de Janeiro, no entanto, a primeira dificuldade a ser enfrentada é a carência de dados estatísticos. Por isso, convém que as conclusões possam ser corroboradas por mais de uma informação e, ainda assim, sejam extraídas com muita cautela. Ao dado numérico, muitas vezes precário em termos de exatidão, deve-se acrescentar, sempre que possível, a informação qualitativa, como forma de testar a coerência da análise. A falta de estatísticas e de informações afeta, sobretudo, o setor de serviços, que representa cerca de 50% do valor do produto interno bruto fluminense, impedindo que se tenha uma visão exata da evolução da atividade econômica no estado.

Dito isso, pode-se afirmar que os primeiros sinais de recuperação da economia fluminense surgem, nas estatísticas, no ano de 1990. Como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão responsável pela produção de estatísticas oficiais, só produz informações sobre o produto interno bruto (PIB) dos estados por ocasião dos censos econômicos — sendo que o último data de 1985 —, o único dado de que se dispõe a esse respeito é o do Programa de Estudos dos Estados (PEE), da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP/FGV), que elabora estimativas sobre o comportamento desse indicador do nível de atividade econômica, sob a coordenação do prof. Istvan Karoly Kasznar. O PEE detecta uma expressiva expansão do PIB fluminense no período 1990-1994, sem que se possa saber exatamente onde se situa o ponto de inflexão, já que os dados são quadrianuais. O gráfico 1 mostra a evolução da participação da economia do Rio de Janeiro no PIB nacional, no período 1970-1994, tendo por base a metodologia de cálculo adotada pelo PEE. Verifica-se que, durante todo o período de 1970 a 1990, a economia fluminense perdeu importância relativa no cenário nacional. Suas taxas de crescimento foram, provavelmente, inferiores às dos estados de São Paulo e de Minas Gerais. Esse processo se inverte, contudo, no período 1990-1994, quando a participação do estado do Rio no PIB nacional se eleva de 10,8% para 12,5%. A análise é corroborada por outros elementos de informação, tais como o crescimento das exportações (1990-1994), a maior utilização da capacidade instalada na indústria (1992-1994) e o aumento expressivo do número de empresas (1994 em relação a 1993), conforme assinalam os gráficos 2, 3 e 4.

Se as estatísticas registram, para o período 1990-1994, uma recuperação da economia do estado, é muito provável que alguns dos fatores capazes de explicar essa inflexão de tendência já estivessem presentes antes do início do período. Que fatores seriam esses, que passaram despercebidos numa época em que ainda grassava o pessimismo em relação ao futuro da economia fluminense? O que se pode fazer, mais uma vez, tendo em vista a escassez de dados sobre a economia do Rio de Janeiro, é proceder a um trabalho de inferência, realizado a partir da crônica dos eventos que marcaram a economia do estado.

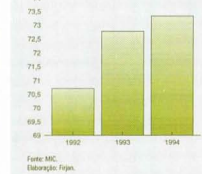
Inicialmente, tudo indica que a retomada do desenvolvimento foi provocada por uma associação de fatores econômicos, sociais e político-administrativos. Entre as causas de ordem econômica, podem ser destacadas a reestruturação do setor industrial, a retomada do ingresso de recursos de financiamento de órgãos federais e de instituições internacionais e a efetivação de importantes investimentos privados. No tocante aos fatores político-administrativos, cabe mencionar a reforma tributária realizada no município do Rio de Janeiro em 1988 e os benefícios tributários decorrentes da reforma tributária promovida pela nova Constituição, que possibilitaram a recuperação da capacidade de investimento das admi-





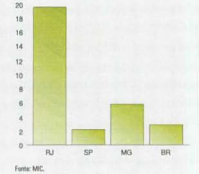
nistrações públicas estaduais e municipais (tabela 1). E, finalmente, com relação aos elementos de ordem social, merecem referência o maior grau de integração alcançado entre governo, iniciativa privada e sociedade civil e o exercício de uma cidadania mais fortemente voltada para as questões específicas do Rio de Janeiro.

Utilização da capacidade instalada na indústria do Rio de Janeiro



Fonte: MIC.
Elaboração: Firjan.

Constituição de empresas
1994/1993 - (%)



Fonte: MIC.
Elaboração: Firjan.

Quanto aos fatores econômicos, a primeira consideração a ser feita é que certamente ocorreram transformações na estrutura industrial do estado, mesmo durante o longo período de baixas taxas de crescimento da produção. Enquanto acontecia a prolongada derrocada das indústrias naval e da construção civil, que contribuiu para puxar para baixo o PIB do estado durante vários anos consecutivos, outros setores da indústria do Rio de Janeiro passavam por transformações que promoveriam seu crescimento futuro. Segmentos tradicionais da produção de bens de consumo não-durável, como os ramos da indústria têxtil e de vestuário e calçados, sofreram profunda reestruturação, com fusão de empresas, modernização de equipamentos e realização de investimentos destinados à elevação da produtividade. O mesmo ocorreu com a indústria mecânica e com a de material elétrico e de comunicações. Ao mesmo tempo, crescia a extração de petróleo da bacia de Campos, criando condições favoráveis, no estado, para a expansão da produção petroquímica e das indústrias que utilizam, para sua produção, matérias-primas de origem petroquímica.

Esse conjunto de fatores colaborou, certamente, para reverter a tendência da taxa de crescimento industrial do estado, sobretudo quando se considera que as indústrias mais tradicionais, como a naval e a da construção civil, já haviam alcançado o fundo do poço, passando a registrar menores taxas de decréscimo em sua produção. Pode-se afirmar, portanto, que o primeiro fator explicativo da recuperação econômica do Rio de Janeiro consiste na mudança ocorrida em sua estrutura industrial, com a diminuição da importância relativa das indústrias naval e da construção civil, de um lado, e com a reestruturação de setores industriais tradicionais e o aumento da atividade de extração de petróleo, de outro.

Esses fatores iniciais vieram a ser reforçados, em anos mais recentes, por dois acontecimentos que também contribuíram para a recuperação da produção industrial do estado: a regeneração da indústria metalúrgica, notadamente da CSN, e a retomada dos investimentos da indústria farmacêutica, graças à política de liberação de preços do setor, a partir de 1992.

Por outro lado, a expansão significativa do número de micro e pequenas empresas registradas no ano de 1994 resulta tanto de vantagens de caráter sócio-econômico, quanto de iniciativas governamentais. O Rio de Janeiro, com efeito, oferece um campo fértil ao surgimento de pequenas empresas, devido à existência de um grande contingente de profissionais altamente qualificados e à presença de um número significativo de universidades e centros de pesquisa. A essa circunstância, somaram-se dois outros fatores decisivos: a ocorrência de um forte processo de terceirização e a implantação, em 1992, do Projeto Paraíso, iniciativa do governo do estado destinada a desburocratizar e a estimular, do ponto de vista creditício e fiscal, a criação e a legalização de micro e pequenas empresas. É evidente que uma parcela das empresas que aparecem nas estatísticas como tendo sido criadas, foram, na verdade, objeto de um simples processo de legalização. Mas, mesmo depurada deste efeito, a estatística apontaria o Rio de Janeiro como o estado em que, nos últimos dois anos, surgiu o maior número de empresas de pequeno porte. A Firjan e o Sebrae, atuando em conjunto com o governo do estado, desenvolvem, desde 1991, um eficiente programa de ampliação do número e fortalecimento econômico e gerencial das micro e pequenas empresas fluminenses.

Mas não foi apenas no setor privado que ocorreram mudanças capazes de promover o desenvolvimento da economia do estado. Na cronologia dos eventos que contribuíram para reverter a tendência de decadência econômica do Rio, o ano de 1988 pode ser visto como um *turning-point* importante no que diz respeito a decisões de caráter político e administrativo. E, no entanto, 1988 foi marcado por uma dupla catástrofe. Em fevereiro, as chuvas torrenciais provocaram enchentes e desabamentos, sobretudo na grande região metropolitana, deixando como saldo negativo um grande número de mortos, feridos e desabrigados; e, no final do ano, o prefeito decretou a falência do município, diante da impossibilidade de fazer frente aos compromissos financeiros da cidade com os parcos recursos que tinha à sua disposição. Contudo, as duas catástrofes — uma provocada pela natureza e outra pela incúria dos homens — geraram reações positivas que abriram caminho para a recuperação posterior do município do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, do estado.

Distribuição do investimento público por esfera de governo
Em percentagem

Períodos	União	Estados	Municípios
Média 70/79	40,10	36,80	22,30
Média 80/88	31,60	40,90	26,70
Média 89/93	18,40	47,40	32,10

Fontes: IPEA (1970/85) e FGV (1986/93).
Elaboração: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Os estragos provocados pelas chuvas desencadearam uma reação das autoridades locais que ecoou em Brasília e junto a órgãos internacionais de financiamento. O Banco Mundial e a Caixa Econômica Federal destinaram, em tempo recorde, e pela primeira vez em mais de dez anos, recursos consideráveis para investimentos em infra-estrutura, num programa denominado, de for-

ma sugestiva e premonitória, de Reconstrução Rio. Foram cerca de US$150 milhões destinados à contenção de encostas, à dragagem de rios e canais, ao reflorestamento e à construção de barragens, dentre outras intervenções. O Rio de Janeiro há muitos anos não via montantes tão expressivos de financiamento.

A falência da prefeitura, por sua vez, provocou uma tomada de consciência por parte das autoridades políticas do município, vereadores e prefeito, que despertaram para o fato de que uma cidade do porte do Rio de Janeiro, com cerca de 6 milhões de habitantes, não poderia continuar com uma base tributária tão frágil. O prefeito encaminhou à Câmara dos Vereadores, e esta aprovou, a reforma tributária do IPTU e do ISS, bem como um pedido de elevação das taxas de alvará, o que contribuiu para recuperar as finanças do município. Em pouco mais de três anos, a capital do estado recobrou a capacidade de investir.

O ano de 1988 foi marcado, ainda, pela reforma da Constituição, que trouxe, no seu bojo, mudanças no sistema tributário que reforçaram a capacidade financeira de estados e, sobretudo, de pequenos e médios municípios. Essas mudanças beneficiaram principalmente os municípios do interior de todo o país. Mas, no caso do Rio de Janeiro, em que a arrecadação tributária própria do estado se concentra grandemente na região metropolitana, essas mudanças tiveram um caráter redistributivista relativamente maior em relação ao interior. Pela primeira vez, desde a fusão, municípios do interior do estado passaram a dispor de recursos para investir em obras e serviços sociais.

Outros dois acontecimentos dramáticos contribuíram para despertar a consciência da população e das autoridades do país para a importância do Rio de Janeiro e para a necessidade de dotar a cidade de condições de fazer frente aos desafios representados por uma violência e uma marginalidade urbana crescentes. Os massacres da Candelária e de Vigário Geral mostraram às autoridades do governo federal que a imagem do Brasil no exterior está intimamente ligada ao que acontece no Rio de Janeiro. A tragédia serviu, igualmente, para fazer com que a atenção da cidadania, preocupada em geral com questões de abrangência nacional, se voltasse para os assuntos do cotidiano da cidade. De um lado, o governo federal passou a se preocupar mais com as questões econômicas e sociais do Rio de Janeiro e, de outro, a sociedade civil carioca, que desempenhara papel importante na mobilização nacional a favor das eleições diretas e do *impeachment* do presidente Collor, bem como na campanha de combate à fome, voltou-se, através do movimento Viva Rio, para a tarefa de recuperar a auto-estima de cariocas e fluminenses. O resultado desse conjunto de circunstâncias foi a maior integração entre os diferentes níveis de governo e entre estes e as entidades representativas da sociedade civil. Em conseqüência, o Rio de Janeiro passou a falar uma única linguagem, facilitando a tarefa de defender, junto aos órgãos do governo federal, os pleitos legítimos da cidade e do estado. Exemplos expressivos de colaboração entre o estado, a sociedade civil e entidades de classe como a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) foram as campanhas pela liberação dos recursos da Linha Vermelha e pela obtenção do aval do governo federal para os financiamentos internacionais destinados ao Programa de Despoluição da Baía de Guanabara.

Mais recentemente, a iniciativa da prefeitura do Rio de constituir um conselho que elaborasse um plano estratégico para a cidade, com a participação de entidades de classe, empresários, intelectuais e representantes da comunidade, contribuiu para institucionalizar esse tipo de cooperação. Tal integração de esforços provocou também uma modificação no comportamento da mídia, que passou a ter uma atitude mais positiva em relação ao Rio de Janeiro.

Atualmente, o Rio de Janeiro apresenta uma série de vantagens que poderão desencadear um novo surto de desenvolvimento econômico, podendo-se citar como exemplo: a grande quantidade de energia barata (o gás natural); a disponibilidade de espaços territoriais para a implantação de novos pólos industriais, notadamente nas regiões Sul fluminense, Norte e Noroeste; a boa infra-estrutura rodoviária; a presença do porto de Sepetiba; a proximidade de um grande centro consumidor, constituído pela sua região metropolitana; a existência de inúmeras universidades e centros de pesquisa; um grau relativamente brando de ativismo sindical quando comparado, por exemplo, ao da região do ABC; e a qualidade elevada de sua mão-de-obra e de seus quadros profissionais.

Além dessas vantagens, o Rio de Janeiro reúne hoje, graças ao esforço conjunto do poder público e da iniciativa privada, fatores excepcionalmente positivos para a retomada do seu processo de desenvolvimento. Entre esses fatores, vale mencionar o baixo nível de endividamento do estado, o volume considerável de investimentos públicos e privados já programados e o grau elevado de integração governo-iniciativa privada-sociedade civil alcançado nos últimos anos.

O pequeno nível de endividamento do Rio de Janeiro resulta, em boa medida, da renegociação bem-sucedida da dívida do estado com a União, decorrente do financiamento para a construção do metrô. A negociação com o governo federal, iniciada em 1991 e terminada em 1993, transformou o débito, de cerca de US$2 bilhões, em participação acionária do governo federal na Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro. Atualmente, a dívida do estado é de R$4,7 bilhões, o equivalente a apenas um ano de receita. Mais importante, contudo, foi o fato de que o estado viu-se livre dessa hipoteca. Isto porque a dívida, embora contestada por governos estaduais sucessivos, bloqueou, durante os últimos 10 anos, o acesso do Rio de Janeiro ao crédito de instituições oficiais e ao aval da União para a obtenção de financiamentos internacionais. Hoje, portanto, o estado tem a possibilidade de adotar uma política ativa de captação de recursos junto a órgãos oficiais de crédito e a instituições internacionais, que lhe permita financiar, a taxas de juros moderadas e a prazos longos, os investimentos em infra-estrutura que se fazem necessários. Por outro lado, estima-se que o estado poderá dispor, nos próximos quatro anos, sem elevar seu atual nível de endividamento, de cerca de R$1 bilhão anuais para investir e honrar o serviço da dívida já contraída.

O valor dos investimentos — de origem pública e privada — programados para os próximos anos, por sua vez, é impressionante (tabela 2). O valor total dos projetos previstos para os próximos cinco anos é da ordem de US$16,06 bilhões, sendo US$3,2 bilhões de investimentos privados, US$8,03 bilhões de empresas públicas e US$4,83 bilhões dos governos federal, estadual e do município do Rio. É interessante verificar que, dos US$2,47 bilhões de investimentos industriais privados que serão realizados no período 1995/96, 38% destinam-se ao município do Rio de Janeiro e 55% à região metropolitana. Por outro lado, ainda que uma parcela dos investimentos públicos programados para um horizonte de tempo mais distante não se materialize, aqueles que virão a se realizar provocarão um efeito multiplicador de renda que, certamente, viabilizará a efetivação de outros empreendimentos econômicos.

Finalmente, uma integração adequada entre governo, iniciativa privada e sociedade civil é indispensável, não só para criar as condições políticas e sociais que facilitarão a atração de novos investimentos e a obtenção de recursos de financiamento, mas também para a adoção de políticas de incentivo a determinados setores de atividade. O turismo, por exemplo, é uma atividade cujo êxito depende, em boa medida, da cooperação entre o poder público, a iniciativa privada e a comunidade em geral. O mesmo pode ser dito dos projetos do Teleporto e do porto de Sepetiba que exigirão, além disso, um bom grau de entrosamento entre órgãos das diferentes esferas de governo: federal, estadual e municipal. Sem falar da questão grave e preocupante da segurança pública, cujas conseqüências afetam também a atividade econômica, e que demandará igualmente, para sua solução, de um esforço conjunto dos diferentes níveis do poder público, da iniciativa privada e da sociedade como um todo.

É importante ressaltar que os novos investimentos dão, ao mesmo tempo, uma contribuição positiva para a melhor ocupação do espaço territorial do estado. O processo de interiorização do desenvolvimento é importante para descongestionar e aliviar as tensões sociais da região metropolitana. Os investimentos programados pela Volkswagen, CSN e Metalúrgica Barbará, reforçando a base industrial da região Sul fluminense e criando um novo pólo de desenvolvimento econômico, cumprem essa função. Fica faltando, contudo, a implantação de um pólo que possa gerar renda e emprego nas regiões Norte e Noroeste do estado, caracterizadas por baixos níveis de desenvolvimento econômico e social. Essa área do estado sofre, há vários anos, um processo de esvaziamento econômico, provocado pela decadência da agro-indústria açucareira e agravado pelos incentivos fiscais que beneficiam o Espírito Santo, gerando um "efeito fronteira" prejudicial àquelas regiões do Rio de Janeiro.

Investimentos no Estado do Rio de Janeiro para 1995-1999
Por origem e setor a que se destinam – em US$ bilhões

Investimentos privados	3,20
Na indústria (1995/96)	2,47
No comércio e turismo (1995/96)	0,73
Investimentos públicos	12,86
Petrobras (inclusive pólo gás químico)	8,03
Em infra-estrutura	4,83

Pode-se afirmar, portanto, que estão presentes uma série de condições favoráveis à efetivação de um novo surto de desenvolvimento econômico no Rio de Janeiro. Seria importante, contudo, que a existência desses fatores viesse a ser complementada por uma ação estratégica do governo do estado, com o apoio do governo federal, para gerar novos empreendimentos nas regiões Norte e Noroeste, que possuem, entre outras, uma forte vocação agroindustrial. Por outro lado, o desenvolvimento do estado exigirá uma eficiência crescente da máquina pública. A reforma administrativa do estado é tarefa tão difícil quanto urgente; mas que poderá ser facilitada graças às possibilidades abertas pela nova lei de concessão de serviços públicos e por algumas das reformas que serão, certamente, introduzidas na Constituição, em matéria de reorganização administrativa do estado brasileiro.

Finalmente, ainda há muito que fazer em matéria de integração das universidades com o poder público e com a iniciativa privada.

Com estes três ingredientes adicionais, poder-se-á garantir que o otimismo atual tem por base mais do que simples fatores episódicos e que a economia do Rio de Janeiro, ressalvados os inevitáveis efeitos da conjuntura econômica nacional, estará em condições de recuperar, gradativamente, um papel de relevo no cenário nacional.

*Pesquisador do IBRE/CEA e ex-secretário de Agricultura do estado do Rio de Janeiro.

O autor agradece a colaboração dos economistas Augusto Franco, da Firjan, e Sidnei Latini, da ACRJ, que contribuíram com estatísticas e informações para a elaboração deste trabalho.

Ensaio – Rio de Janeiro

SALOMÃO L. QUADROS DA SILVA

Um passeio estatístico pelo Rio de Janeiro

A renda* per capita *do estado já supera os US$5 mil ano — cifra 1/3 maior que a média nacional e que se iguala à uruguaia.

ENTRE a última medida, em 1985, e a mais recente estimativa, de 1994, o PIB do estado do Rio de Janeiro conservou sua participação de 12,5% no PIB brasileiro. Para gerar anualmente US$65 bilhões, essa oitava parte da economia brasileira não ocupa mais do que 0,51% do território nacional. Nessa área residiam em 1991, segundo o censo, 12.783.761 habitantes, 292,9 por km², bem acima da média do país, de 17,26. Esses 8,7% da população brasileira têm esmagadora preferência pela vida urbana: 19 em cada 20 residentes no Rio vivem em cidades. A mais populosa obviamente é a cidade do Rio de Janeiro com 5.473.909 habitantes, atrás apenas de São Paulo.

A renda *per capita* do estado já supera os US$5 mil ano — cifra 1/3 maior que a média nacional e que se iguala à uruguaia. Refletindo a elevada taxa de urbanização, a agricultura fluminense tem um perfil modesto. Apenas 2,7% do leite e 0,5% do arroz e do feijão produzidos no país provêm do Rio de Janeiro. Já o setor secundário representa 38,3% do PIB local ou 11,2% da indústria nacional. No Rio de Janeiro são extraídos 71,3% do

petróleo brasileiro. São produzidos também 24,3% do aço bruto e 9% do cimento. O consumo de óleo diesel é de 6% do consumo nacional e o setor da construção emprega 12% de todo o pessoal ocupado nessa atividade no país. Mais autárquico que o resto do Brasil, o Rio exporta 5,5% do seu PIB.

Os serviços representam 60% da economia fluminense. Esse indicador de modernidade, no entanto, deve ser observado com algumas ressalvas. A mais notória é a concentração de atividades governamentais no estado, com 17,7% do PIB das administrações públicas sendo gerados no Rio. Já o setor financeiro responde por 11,2% do total nacional, percentagem idêntica à da indústria. Isso apenas confirma a percepção de que o Rio, especialmente a cidade, deixou de ser a praça bancária de outrora.

Em compensação, o Rio é líder nacional na entrada de turistas estrangeiros. De 1,5 milhão de visitantes que desembarcam anualmente no país, 35,5% o fazem pelas portas do estado. São 52,2% dos norte-americanos e 55% dos europeus, que somados compõem quase 1/3 das entradas de turistas no Brasil. O Rio só não capta a maioria dos viajantes argentinos.

O mais estreito dos gargalos nacionais nos dias de hoje, a infra-estrutura, é particularmente impeditivo da expansão dos negócios no Rio. Apenas 3,5% das rodovias pavimentadas do país estendem-se pelo Rio de Janeiro. Embora sua diminuta superfície geográfica possa ser uma atenuante para essa carência, mesmo assim a malha localizada no estado não condiz com sua envergadura econômica. Enquanto para o conjunto da região Sudeste existem 1.333km de estradas pavimentadas para cada bilhão de dólares de PIB, no Rio de Janeiro a extensão é de 383km.

O Rio de Janeiro é um importante filão tributário. São gerados no estado 21,1% da arrecadação federal do imposto de renda e 28,4% do IOF.

Situação análoga se verifica com relação à rede ferroviária. O Rio dispõe de 5,3% das ferrovias existentes no país para o transporte de cargas e de passageiros e o alcance do transporte metroviário é particularmente limitado. Nesse caso, em termos comparativos, enquanto o metrô do Rio transporta 85 milhões de passageiros/ano, o de São Paulo movimenta 625 milhões. Essa reduzida escala de operação compromete a produtividade. Assim, enquanto no Rio são transportados 24.346 passageiros por empregado, em São Paulo essa relação é de 69.444 passageiros por empregado.

Em matéria de telefonia, o Rio está melhor equipado que a maioria dos estados. Nem por isso está muito bem. Há instalados no estado 13,7 telefones por 100 habitantes, coeficiente que supera em 40% a média nacional. Nos Estados Unidos são 55 telefones por 100 habitantes e na Argentina são 15. Através da telefonia, o Rio expressa sua vocação cosmopolita — 20,4% das chamadas internacionais completadas têm origem no estado.

O Rio é deficitário no seu balanço de energia elétrica. O estado é responsável por 11,1% do consumo nacional e por não mais de 4,1% da capacidade geradora. A equação muda quando o assunto é movimentação portuária. Pelos cinco portos do estado passam 18,8% de toda a carga movimentada no país e 28% do total de granéis líquidos.

O Rio de Janeiro é um importante filão tributário. São gerados no estado 21,1% da arrecadação federal do imposto de renda e 28,4% do IOF. A arrecadação de ICMS, de 10,2% do total nacional, está aquém da fração que o estado representa no PIB do país. O Rio recebe 3,7% das transferências oriundas dos fundos de participação de estados e municípios, 12,7% dos desembolsos do BNDES e 16,8% das operações de crédito da CEF através do sistema financeiro da habitação. Estão sediadas no Rio 73 das 500 maiores empresas brasileiras, 14,6%, e quatro das 10 maiores.

O mercado de trabalho no Rio de Janeiro tem suas peculiaridades. Historicamente a taxa de desemprego na região metropolitana do Rio é 1,5 ponto inferior à média nacional e 2,5 pontos inferior à registrada na região metropolitana de São Paulo. No primeiro semestre de 1995, o desemprego na região metropolitana do Rio de Janeiro foi de 3,3%.

Por outro lado, a taxa de atividade, que compara o número de indivíduos economicamente ativos à população em idade ativa, é sistematicamente inferior à média nacional. O resultado é que o Rio tem menos desempregados porém mais inativos. Coerentemente, os residentes no Rio de Janeiro recebem 13% dos benefícios em manutenção pelo INSS.

A informalidade no estado do Rio é menor que a média nacional. No Rio, 33,9% dos empregados não têm carteira assinada. A média nacional é de 40%. Os rendimentos do trabalho na região metropolitana do Rio de Janeiro são 15% inferiores à média das principais regiões metropolitanas. O trabalhador carioca recebe em média 30% a menos do que o trabalhador paulista. No Rio o trabalho é relativamente seguro, com apenas 5% dos acidentes acontecendo no estado.

O analfabetismo no Rio, de 9,5%, é menos da metade da média brasileira de 20,1%. No Rio estão 11,4% dos estabelecimentos municipais urbanos de ensino de primeiro grau, que recebem 17% das matrículas feitas no país nessa faixa. O Rio tem ainda 5,1% dos estabelecimentos públicos de saúde, principalmente ambulatórios, e 9,2% dos estabelecimentos privados, hospitais. No Rio são registrados 7,5% dos casos de meningite e 10% dos casos de Aids no país.

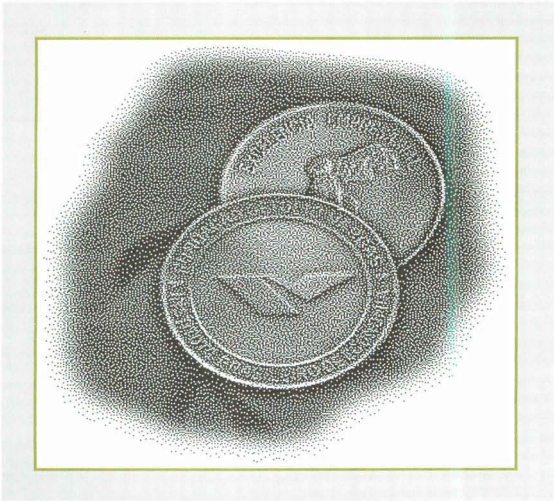
Das famílias que vivem no Rio, 12,3% ganham menos de um salário mínimo por mês. Esse percentual supera o da região Norte, onde 8,1% das famílias encontram-se nessa faixa de renda. No Rio, 84,6% dos domicílios têm o lixo coletado, o que ocorre somente em 62,9% dos domicílios brasileiros. A televisão está presente em 90,1% das residências do estado, acima da média brasileira de 72,6%.

O estado do Rio de Janeiro, que resultou da fusão de duas partes extremamente desiguais, já completou 20 anos. Nesse período, a economia estadual perdeu vigor e densidade. Embora não pese mais na economia nacional como nos anos dourados de capital federal, os números acima demonstram como o Rio ainda importa.

PRÊMIO EXCELÊNCIA EMPRESARIAL

O Prêmio FGV 1995

A VOLTA DE RENTABILIDADES ELEVADAS MARCA O DESEMPENHO DAS 12 EMPRESAS Ppremiadas EM 1995.



HÁ mais de um quarto de século, *Conjuntura Econômica* oferece a seus leitores a relação das 500 Maiores Empresas do Brasil, uma lista que já se tornou tradicional e de ampla aceitação nos meios empresariais do país. As razões são óbvias: trata-se de um trabalho de pesquisa elaborado com a absoluta isenção e a autoridade científica que caracterizam o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), da Fundação Getulio Vargas.

A lista das 500 Maiores também vem repercutindo, ano após ano, nos centros acadêmicos nacionais, ultrapassando em seguida as fronteiras do Brasil. Numerosas universidades americanas, européias e japonesas têm solicitado com insistente freqüência exemplares de *Conjuntura Econômica*, que desde 1970 vem divulgando a relação pesquisada pelo IBRE-FGV. Na visão desses centros internacionais de economia e administração de empresas, a relação das 500 Maiores da FGV constitui um termômetro fundamental para se medir corretamente a evolução do universo econômico brasileiro.

Foi a notável repercussão da lista das 500 Maiores que levou a Fundação Getulio Vargas a criar o Prêmio FGV de Excelência Empresarial, que distingue anualmente as 12 empresas dentre as 500 de melhor desempenho econômico financeiro, segundo critérios de uma metodologia criada pelo IBRE. Sem dúvida, objetiva-se destacar o esforço de gestão e os ganhos de produtividade de qualquer empresa dentro do universo produtivo nacional.

O prêmio também segue a marca da FGV, e sua relação está absolutamente isenta de quaisquer interesses comerciais, injunções políticas ou ideológicas. Também destacamos que duas das empresas contempladas em anos anteriores voltam a receber o prêmio FGV.

A volta do otimismo

A relação das 500 Maiores Empresas Brasileiras de 1995 sugere a existência de um ambiente empresarial de crescimento acelerado durante 1994. Para a maioria das 500, o ano de 1994 marcou a volta da expansão, principalmente no segundo semestre, após o Plano Real. O que pode ser justificado pela rentabilidade positiva alcançada.

Para tanto muito contribui o esforço empresarial voltado para o ajustamento de suas contas, a busca dos ganhos de produtividade e a corrida à competição, como igualmente as mudanças de rumo registradas na condução da política econômica. Esta conjugação de fatores positivos ajuda a explicar o desempenho industrial de 1994, que esperamos vá se repetir ao longo de 1995, particularmente neste segundo semestre, em que o governo pretende desativar as restrições creditícias impostas no início do ano.

Conjuntura Econômica, ao divulgar pelo quinto ano a lista das 12 empresas merecedoras do Prêmio FGV de Excelência Empresarial, oferece aos seus leitores as indicações que permitem avaliação global do desempenho da indústria brasileira ao longo de 1994, o que, aliás, ajuda a projetar com razoável acerto o panorama da economia nacional, pelo menos no futuro próximo.

Metodologia

1. Objetivo

O prêmio tem por objetivo distinguir as 12 empresas classificadas na pesquisa "As 500 Maiores Empresas do Brasil" que obtiveram os melhores resultados, em uma análise objetiva realizada pela FGV, levando em consideração a tradição da empresa, sua regularidade operacional, o peso relativo de seu setor de atuação e seu desempenho econômico-financeiro no exercício de referência da pesquisa.

2. Tradição da empresa e regularidade operacional

São consideradas passíveis de premiação apenas aquelas empresas que foram classificadas e obtiveram lucro em pelo menos três das últimas cinco versões da pesquisa "As 500 Maiores Empresas do Brasil".

3. Peso relativo do setor de atuação

São consideradas passíveis de premiação apenas aquelas empresas classificadas em setores cuja receita operacional líquida seja igual ou superior a 1% da receita operacional líquida das 500 Maiores Empresas do período de referência*.

4. Desempenho econômico-financeiro no exercício de referência da pesquisa

Consideram-se passíveis de premiação aquelas empresas que lograram maximizar sua rentabilidade, mantendo uma situação financeira adequada em relação a seus setores de atuação.

5. Critério para a seleção das 12 empresas premiadas

Considerando os critérios acima expostos, serão selecionados os primeiros lugares de cada setor e premiadas as empresas com maior rentabilidade.

* Este quesito tem uma motivação eminentemente técnica, dada a necessidade de garantir a consistência estatística dos dados setoriais para efeito da análise de desempenho econômico-financeiro.

Aracruz Celulose

Empresa	Aracruz Celulose SA
Setor	Celulose, papel e papelão
Estado	ES
Receita operacional líquida (R$ mil)	364.293
Lucro líquido (R$ mil)	265.400
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	15,50
Rentabilidade mediana do setor (%)	3,99
Liquidez	0,93
Liquidez mediana do setor	0,83
Grau de endividamento	0,61
Grau de endividamento mediano do setor	0,57

A Aracruz Celulose é um dos principais fornecedores mundiais de celulose branqueada de eucalipto, matéria-prima para a fabricação de papéis sanitários, de imprimir e escrever e especiais.

A empresa exporta mais de 90% da sua produção, principalmente para a América do Norte (33%), Europa (36%) e Ásia (22%). Atualmente, a Aracruz detém 3% da capacidade mundial de produção de celulose de mercado; 8% da capacidade mundial de produção de celulose de fibra curta de mercado; e 22% da capacidade mundial de produção de celulose de eucalipto de mercado.

A empresa é integrada com base em plantios de eucalipto — a madeira nativa não é utilizada no processo nem para nenhum outro fim —, fábrica de celulose e terminal portuário privativo. A fábrica se localiza no município de Aracruz (ES), no Sudeste brasileiro, e os plantios no norte do Espírito Santo e sul da Bahia.

O projeto inclui 203 mil ha de terras, dos quais 132 mil plantados com eucalipto e 56 mil de reservas nativas. O complexo industrial reúne fábrica com capacidade original para produzir 1,025 milhão de t anuais; instalações para recuperação de produtos químicos, captação e tratamento de água e vapor e geração de energia; e unidades eletroquímicas para o suprimento de insumos necessários ao processo. O porto dista 1,5km da fábrica e é o único do Brasil especializado no embarque de celulose.

A Aracruz vai investir US$280 milhões em um programa de modernização que permitirá ampliar em cerca de 200 mil t anuais a capacidade de produção e aprimorar o desempenho ambiental do seu complexo industrial. Com a implantação do programa, prevista para 1997, a empresa passará a produzir exclusivamente celulose dos tipos ECF (branqueada sem cloro elementar) e TCF (branqueada sem cloro elementar nem compostos de cloro).

O empreendimento tem seu controle acionário exercido pelos grupos Lorentzen, Souza Cruz e Safra, com 28% do capital votante cada um, cabendo ao BNDES uma participação de 12,5%. A Aracruz tem ações negociadas nas bolsas de valores do Rio de Janeiro, São Paulo e Nova York, e é a única empresa brasileira a figurar nos pregões de Wall Street (ADR nível 3). O investimento total na formação de florestas, construção das unidades fabris e obras de infra-estrutura social excede US$3 bilhões, a preços de reposição.

Todas as atividades seguem o conceito do desenvolvimento sustentável, que se traduz pela promoção do crescimento econômico e social em harmonia com a natureza. A Aracruz participa ativamente do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD) e foi uma das primeiras signatárias da Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, da Câmara de Comércio Internacional (CCI).

Empresa	Bardella SA Indústrias Mecânicas
Setor	Mecânica
Estado	SP
Receita operacional líquida (R$ mil)	51.043
Lucro líquido (R$ mil)	32.141
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	17,01
Rentabilidade mediana do setor (%)	7,24
Liquidez	3,65
Liquidez mediana do setor	1,47
Grau de endividamento	0,14
Grau de endividamento mediano do setor	0,56

Bardella SA

Fundada em 1911 por Antonio Bardella, um imigrante italiano, a Bardella S.A. Indústrias Mecânicas cresceu e se tornou uma parte importante do cenário industrial brasileiro.

O crescimento contínuo da Bardella como fabricante de bens de capital sob encomenda permitiu à empresa estabelecer e consolidar sua posição como líder no fornecimento de equipamentos de movimentação de cargas, siderúrgicos e produção de energia, atendendo aos seguintes setores do mercado: mineração, portuário, usinas hidrelétricas/nucleares, siderúrgico e de não-ferrosos, petrolífero, papel e celulose e indústria básica.

Em virtude de uma gestão que ousava enquanto outros recuavam, a empresa pôde fechar o exercício com algumas conquistas significativas, como a venda de oito guindastes pórticos para a movimentação de *containers* de 40t para o porto de Houston, Estados Unidos. Ou a colocação de duas pontes rolantes de 170t, bens de capital de grande importância tecnológica. A modernização do laminador da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira foi outra grande tarefa recebida pela Bardella e concluída com geral aprovação. Pórticos rolantes, servomotores, pontes rolantes etc. têm sido manufaturados pela empresa com excepcional qualidade.

Foi, aliás, a excelência técnica alcançada pela Bardella que levou o American Bureau of Shipping (ABS) a qualificar a empresa com as normas ISO 9001 e 9002, o que significa a equiparação no mercado internacional com as *melhores empresas do mundo* no que se refere à qualidade. Não foi por outra razão que, em 1993, a Bardella concluiu o fornecimento da linha de galvanização eletrolítica para a Usiminas e embarcou para a Ford Motor Co. em Chicago, EUA, mais uma prensa tipo *transfer crossbar*, de última geração e sofisticada tecnologia, semelhante às já entregues para as plantas de Buffalo e Chicago, da própria Ford.

Outra grande contribuição da Bardella ao desenvolvimento do Brasil tem sido sua participação crescente no mercado internacional, particularmente nos Estados Unidos, bastando dizer que suas rendas externas já representam mais de 63% do total.

Entre as empresas coligadas ou associadas ao grupo estão a BSI Indústrias Mecânicas, as Prensas Schuller, a Barefame, Energo Agro Industrial, Bardella Administradora de Bens, Bardella Trading, a BBX, uma associação entre a Bull do Brasil, a Engevic Informática e a Bardella Indústrias Mecânicas, que trabalham na área da informática.

A Diretoria é composta hoje pelos senhores Cláudio Bardella, diretor-presidente; Alcides de Araújo Vargas Filho, diretor vice-presidente; Paulo Gunther Melly, diretor; Marco Stipkovic Filho, diretor; e Gentil Hirai, diretor.

Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga

A necessidade e o desejo constantes da Ipiranga de crescer no mercado de distribuição de derivados de petróleo fez da operação de compra da Atlantic, no final do ano de 93, um negócio bem sucedido sob todos os aspectos. Com ele, a atividade de distribuição da Ipiranga dobrou no tamanho e na participação de mercado. A média anual de 6 bilhões de l de combustíveis comercializados nos últimos anos passou a ser de 12 bilhões de l, num mercado que movimenta 60 bilhões de l anualmente.

A proeza de uma empresa 100% nacional adquirir uma multinacional não é inédita para a Ipiranga. Em 1959, para poder competir com as multinacionais que atuavam no país, a Ipiranga, numa ação ousada, comprou a subsidiária da Gulf Oil Corporation, que possuía cerca de 500 postos no interior do Brasil. Foi um dos seus passos principais para o crescimento, que teve outro grande passo na compra da Atlantic em 93.

Na passagem de 1994 para 1995, a Atlantic foi absorvida pelas duas empresas de distribuição de derivados do grupo: DPPI — Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga, que abastece o Rio Grande do Sul e o oeste de Santa Catarina, e CBPI — Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga para as demais regiões do país; e a Ipiranga conquistou mercados onde pouco atuava, mas onde a Atlantic tem grande força de vendas. É o caso do Nordeste, por exemplo.

Os 5.588 postos de serviços transformaram a Ipiranga, hoje, na segunda maior rede do país. Contando com uma estrutura operacional que inclui mais de cem locais para armazenamento de produtos, entre bases e depósitos, a Ipiranga, através das bandeiras Ipiranga e Atlantic, abastece 19,7% do mercado nacional e ocupa a terceira posição no *ranking* nacional das distribuidoras.

A linha de produtos vendidos pelas distribuidoras inclui também óleos lubrificantes para automóveis, caminhões, ônibus, tratores e motos; graxas e produtos para lubrificação de máquinas industriais e motores marítimos.

A Ipiranga tem, ao longo do tempo, investido no desenvolvimento tecnológico do mercado de distribuição através da modernização de postos, do lançamento de produtos e alto desempenho técnico, como a linha de combustíveis aditivados Master (gasolina e diesel); como também em tecnologia para o futuro. É o caso do gás natural automotivo.

Pioneira na utilização de gás natural como combustível automotivo no Brasil, a Ipiranga foi a primeira distribuidora a inaugurar um posto público de abastecimento no país, em 1991. Até o final de 94 se consolidou como a distribuidora que possui o maior número de postos operando no eixo Rio–São Paulo, sendo um deles o maior posto de gás natural do país. Desde 1993, a Ipiranga vem mantendo a liderança absoluta do mercado nacional, no abastecimento de veículos leves — na sua maioria táxis —, com uma participação de 42% em média.

Empresa	Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga
Setor	Comércio
Estado	RJ
Receita operacional líquida (R$ mil)	871.845
Lucro líquido (R$ mil)	118.776
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	26,11
Rentabilidade mediana do setor (%)	18,32
Liquidez	1,41
Liquidez mediana do setor	1,09
Grau de endividamento	0,38
Grau de endividamento mediano do setor	1,28

Companhia Cimento Portland Itaú

A Companhia Cimento Portland foi fundada no município de Itaú de Minas (MG), em março de

1937. As atividades industriais, porém, tiveram início efetivo em janeiro de 1939, com o funcionamento de sua primeira unidade de fabricação de cimento.

Em março de 1946, entrou em atividade a segunda unidade industrial de produção de cimento, hoje desativada, localizada no município de Contagem, área próxima à capital, Belo Horizonte.

A companhia opera ainda outras duas fábricas instaladas nos municípios de Corumbá (MS) e Cocalzinho de Goiás (GO). E é a controladora de outras três empresas cimenteiras, a Cimento Portland Mato Grosso S.A., Cimento Tocantins S.A. e Cimento Aratu S.A.

A empresa, além da fabricação de cimento do tipo *portland*, possui três unidades de produção de cal, localizadas em Itaú de Minas, São José da Lapa e Arcos, todas no estado de Minas Gerais.

De maneira consolidada, sua capacidade atual de produção é de 3,8 milhões de t ano de cimento, mas em meados de 96 estarão concluídos investimentos que elevarão essa capacidade para 5,8 milhões de t ano.

Na área de cimento, a fábrica de Itaú de Minas é hoje uma das mais modernas em atividade no país, alcançando expressivos índices de competitividade.

Na área de cal, também, os esforços de modernização de sua produção nas três unidades citadas são constantes, com destaque para a de Itaú de Minas e São José da Lapa.

Empresa	Cia. de Cimento Portland Itaú
Setor	Transf. minerais não-metálicos
Estado	MG
Receita operacional líquida (R$ mil)	126.707
Lucro líquido (R$ mil)	70.213
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	13,62
Rentabilidade mediana do setor (%)	6,66
Liquidez	1,95
Liquidez mediana do setor	1,44
Grau de endividamento	0,11
Grau de endividamento mediano do setor	0,33

Empresa	Construtora Queiroz Galvão SA
Setor	Construção civil
Estado	RJ
Receita operacional líquida (R$ mil)	298.756
Lucro líquido (R$ mil)	76.935
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	29,04
Rentabilidade mediana do setor (%)	5,73
Liquidez	8,17
Liquidez mediana do setor	3,45
Grau de endividamento	0,38
Grau de endividamento mediano do setor	0,55

Construtora Queiroz Galvão

O Grupo Queiroz Galvão tem como sua empresa *holding* a Construtora Queiroz Galvão S.A., fundada em Recife a 13 de abril de 1953, com o nome de Queiroz & Galvão Comercial Ltda., transformando-se em sociedade anônima em 12 de novembro de 1963. Há mais de 42 anos a construtora tem se dedicado à execução de bens e serviços de engenharia. No campo de obras rodoviárias, firmou-se como empresa tradicional, havendo participado ativamente da construção das principais rodovias do país. Atua em todo o território nacional, nos mais diversos setores de engenharia, e até mesmo fora do país, com áreas de atuação em obras de rodovias, ferrovias, metrô, hidrelétricas/barragens, pontes e viadutos, túneis, gasodutos, construção civil e industrial, saneamento, irrigação, linha de transmissão, portos e aeroportos.

A partir de 1978, a diversificação de seus negócios transformou-a num grupo de empresas; começando pela implantação de um projeto agropecuário no Pará, e, posteriormente, com o advento da segunda crise mundial do petróleo, foi criada em 1980 a Queiroz Galvão Perfurações, dedicada à exploração de petróleo e gás em âmbito nacional e internacional, tanto em terra quanto *off shore*. Paralelamente se desenvolvia o setor de empreendimentos imobiliários, hoje uma atividade destacada, com início no Nordeste e crescente desenvolvimento na região Sudeste.

Dando continuidade ao programa de diversificação, a Queiroz Galvão implantou no município de Petrolina (PE) a Timbaúba Agrícola S.A., voltada para a produção de alimentos, através da agricultura irrigada e da agroindústria, numa área total de 1.580 ha. A produção de uva, manga, tomate e outros produtos se destina aos mercados interno e externo.

Em outros segmentos da economia, a Queiroz Galvão se distingue nas áreas da mineração, através da Queiroz Galvão Mineração, na atividade de siderurgia e no âmbito dos transportes rodoviários urbanos e fretamento de aeronaves. Já atua também no mercado financeiro e na comercialização de veículos da linha GM. Atualmente está iniciando atividades no ramo das privatizações e exploração das concessões de serviços públicos.

A sólida estrutura técnico-administrativa, pela qual o desenvolvimento de recursos humanos e o rigoroso controle da qualidade de seus serviços se apresentam como características fundamentais, é o resultado do permanente crescimento da Construtora Queiroz Galvão e suas subsidiárias e coligadas.

Dentro dessa filosofia empresarial, a Queiroz Galvão investe, como poucas organizações, na mais alta tecnologia desde a década de 70 e o

somatório de tecnologias, tradição, qualidade de serviços e a capacidade profissional das empresas do grupo tem permitido à organização prestar uma colaboração importante no processo de crescimento industrial brasileiro.

Integram o grupo de subsidiárias e coligadas da Construtora Queiroz Galvão as seguintes empresas:

- Agropecuária Rio Arataú S.A.
- Queiroz Galvão Perfurações S.A.
- Timbaúba Agrícola S.A.
- BGN – Banco Galvão de Negócios S.A.
- Simasa – Siderúrgica do Maranhão S.A.
- Queiroz Galvão do Nordeste S.A.
- Queiroz Galvão Mineração Ltda.
- Pedreira Guarany Ltda.
- Rodoviária Caxangá Ltda.
- Rodoviária Tamará Ltda.
- Arcal – Artefatos de Cimento Apipucos Ltda.
- Silcar – Veículos e Comércio Ltda.
- Queiroz Galvão do Carajás S.A.
- Gal Air Táxi Aéreo Ltda.
- Granitos Horizonte Ltda.

Elizabeth SA Indústria Têxtil

Fundada em 1945 pela família Steinbruch, com uma tecelagem instalada em São Roque (SP) para atuar inicialmente nos segmentos de forros, aviamentos e entretelas.

Empresa	Elizabeth SA Indústria Têxtil
Setor	Têxtil
Estado	SP
Receita operacional líquida (R$ mil)	110.726
Lucro líquido (R$ mil)	93.430
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	30,40
Rentabilidade mediana do setor (%)	14,43
Liquidez	1,67
Liquidez mediana do setor	1,59
Grau de endividamento	0,27
Grau de endividamento mediano do setor	0,60

Empresa	Ind. Prods. Alimentícios Piraquê
Setor	Prod. alimentares e bebidas
Estado	RJ
Receita operacional líquida (R$ mil)	53.583
Lucro líquido (R$ mil)	11.204
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	11,84
Rentabilidade mediana do setor (%)	11,08
Liquidez	7,84
Liquidez mediana do setor	1,07
Grau de endividamento	0,10
Grau de endividamento mediano do setor	0,73

Na década de 60, de uma associação com a Campo Belo S.A. Indústria Têxtil, da família Rabinovich, que já atuava no setor têxtil desde 1945, nasceu o Grupo Vicunha, hoje responsável por um faturamento anual de cerca de R$1,3 bilhão e aproximadamente 30 mil empregos diretos.

Atualmente a Elizabeth está presente nos diversos segmentos do mercado têxtil, tais como o de moda/confecção — *lingérie, sports wear,* malha de fio de escócia lisa e estampada — e o de tecidos para uso industrial — náilon, poliéster e raion, entretelas etc.

A empresa é composta por várias unidades produtivas — seis no estado de São Paulo e uma no Ceará —, em três das quais (São Manoel, Amparo e Americana) estão montados tratamentos de efluentes dos mais modernos do país, o que reflete a preocupação dos acionistas com a preservação do meio ambiente:

- São Manoel (SP), a 270km da capital, onde estão localizadas as fiações de viscose, poliéster/viscose, poliéster/algodão, bem como malharia circular;
- Amparo (SP), com uma unidade de fiação idêntica à de São Manoel e uma de tecelagem;
- Americana (SP), com três unidades de tecelagem e uma de preparação de fiação;
- Itatiba (SP), com três unidades de acabamento, incluindo tinturaria e estamparia, e uma nova unidade de malharia de urdume;
- Jundiaí (SP), com a controlada Fantex, voltada para o mercado *top* de tecido para camisaria;
- Sumaré (SP), com a controlada Gifran atuando no mercado de tecidos para decoração; e
- Fortaleza (CE), com a controlada Elizabeth Nordeste — em fase final de investimento —, composta de fiação de algodão penteado e cardado, tecelagem, malharia e acabamento.

A empresa hoje tem um faturamento líquido anual de R$220 milhões e emprega 5 mil pessoas.

O montante de investimento no ano de 1994 foi de R$10 milhões e para o biênio 1995/1996 será da ordem de R$10 milhões.

Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê

A Indústria Piraquê firmou-se entre as 10 mais importantes empresas do setor de produtos alimentícios, adquirindo sua posição graças a um faturamento líquido de Cr$343 bilhões em 1992.

Empresa de capital nacional, sediada no Rio de Janeiro, a Piraquê registrou naquele ano um lucro bruto de Cr$180 bilhões e um patrimônio líquido de quase Cr$1 trilhão. A empresa também registra um dos menores indicadores de endividamento dentro de sua atividade predominante.

A qualidade é grande meta da Indústria Piraquê, desde que seus fundadores inauguraram a primeira fábrica em 30 de setembro de 1950. A partir dos anos 90, foram implementadas medi-

das que visavam basicamente a racionalização das atividades de vendas, com a principal finalidade de reduzir os custos de transporte.

A modernização dos equipamentos industriais, com o objetivo de lograr um aumento no grau de automação e o aperfeiçoamento das atividades da empresa, juntou-se à busca da economia de escala através da redução do número de produtos.

A administração da Piraquê também inaugurou em 1992 uma fábrica de embalagens flexíveis e de gorduras vegetais, insumos de grande peso no progresso manufatureiro. Para ajudar na neutralização de crescente esvaziamento do estado do Rio de Janeiro, os executivos da empresa fizeram questão de colocar as novas unidades em território fluminense. Anteriormente, a Piraquê adquiria tais insumos em outras unidades da federação.

A gestão empresarial dessa indústria de produtos alimentícios é exercida diretamente por seus fundadores, e sua diretriz parece ser a simplicidade na condução dos negócios, tornando-a bastante enxuta.

Atualmente, a Piraquê possui sede na cidade do Rio de Janeiro, com filiais em São Paulo e na cidade de Vila Velha, no Estado do Espírito Santo.

Nos últimos dois anos, a Piraquê investiu fortemente em qualidade. Em meados de 1996, deverá estar em funcionamento um sistema importado de controle de ingredientes, computadorizado, que colocará a indústria entre as mais modernas do mundo na sua área.

Randon Implementos SA

A história dessa empresa se inicia em 1947, quando os irmãos Randon – Hercílio e Raul Anselmo – instalaram uma pequena fábrica de freios a ar. Em 1953, da modesta indústria, surgiria a Mecânica Randon Ltda., semente do que viria a ser a Randon S.A. – Veículos e Implementos, a maior do ramo no Brasil, uma das mais importantes da América Latina e no setor e empresa-mãe das empresas Randon, um complexo que envolve mais de uma dezena de sólidas companhias, gera milhares de empregos diretos e dá impulso à cadeia econômica através de milhares de clientes, fornecedores e acionistas.

As empresas Randon passaram por uma reestruturação profunda e da maior importância para a sua perpetuação. A partir de setembro de 1992, criou-se a Randon Participações S.A., *holding* de capital aberto, controladora dos negócios da corporação e herdeira da tradição de quatro décadas de trabalho criativo e vitorioso.

Nessas quatro décadas, a empresa assimilou a importância da tecnologia dos anos 60, as possibilidades de investimento diversificado dos anos 70, a administração das crises dos anos 80 e preparou-se para os desafios dos anos 90. Hoje ostenta a serenidade de uma instituição que conta com a credibilidade do usuário de seus produtos e serviços, com a parceria de seus fornecedores e a confiança do mercado de ações.

Empresa	Randon Implementos SA
Setor	Material de transporte
Estado	RS
Receita operacional líquida (R$ mil)	123.217
Lucro líquido (R$ mil)	24.662
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	25,55
Rentabilidade mediana do setor (%)	12,57
Liquidez	1,50
Liquidez mediana do setor	1,32
Grau de endividamento	0,46
Grau de endividamento mediano do setor	0,65

A Randon Participações, S.A. traduz a segurança de um conjunto econômico coeso e moderno, que anda em direção ao futuro, gerando riquezas e impulsionando o progresso. São 10 empresas operacionais constituídas ao longo dos anos em que o processo de desenvolvimento do país deu oportunidade a investimentos em cinco segmentos de atividades: implementos para o transporte rodoviário, veículos especiais, autopeças, agropecuário e prestação de serviços.

O papel da *holding* é ser catalisadora de todas as participações acionárias das empresas Randon, respondendo pela orientação dos negócios e fixação de diretrizes básicas de atuação das empresas operacionais, de acordo com o seu planejamento estratégico.

A Randon Participações é composta por um conselho de administração e uma diretoria executiva. O conselho é presidido pelo patriarca Raul Anselmo Randon; seu vice-presidente é David Abramo Randon; os demais conselheiros são João Luiz de Morais e Ary Burguer.

A diretoria executiva conta com os diretores corporativos Alexandre Randon, Astor Milton Schmitt e Erino Tonon.

O setor de implementos para o transporte, o mais representativo do grupo, é a própria origem da Randon Participações.

A Randon S.A. – Veículos e Implementos dispõe de um parque industrial com 70 mil m² de área construída, equipado com a mais avançada tecnologia, equipe de engenharia especializada em projeto e desenvolvimento de modelos adaptados a todos os mercados mundiais. Seus produtos rodam em mais de 50 países e ela é líder no mercado nacional, com uma linha de mais de 100 diferentes tipos de produtos, entre reboques, semi-reboques graneleiros, tanques, carga seca, carrega-tudo, silos, furgões isotérmicos, basculantes, canavieiros, florestais, furgões de alumínio, além de implementos especiais para o transporte de cargas não-convencionais desenvolvidos

em parceria com o cliente para atender a todas as suas necessidades de transporte.

As expectativas da companhia reportadas no último boletim trimestral foram totalmente atendidas. A receita bruta total do segundo trimestre de 95 atingiu o equivalente a US$131 milhões, superando em 60% àquela do segundo trimestre de 94 e em 5% à receita do primeiro trimestre de 95. O lucro líquido atingiu R$4,5 milhões (US$4,7 milhões) pela correção integral, acumulando no exercício R$8,6 milhões (US$9,3 milhões). O lucro líquido avaliado pelo balanço societário atingiu R$9,6 milhões (US$10,4 milhões).

Em 1995, a utilização plena da capacidade de produção se refletiu no crescimento do lucro bruto da Randon Implementos S.A. Foram entregues, no segundo trimestre de 95, 19% mais unidades físicas do que no mesmo período do exercício anterior. A crise na agricultura atingiu somente a linha de semi-reboques graneleiros, que representam 16% do faturamento do grupo. Nas outras linhas, os negócios continuaram no ritmo dos meses anteriores. Os furgões de alumínio tiveram crescimento de 104% nas entregas em comparação ao segundo trimestre de 94, mostrando o grau de expansão por que passa esse setor.

SA Mineração Amianto

A S.A. Mineração Amianto (Sama), situada na mina de Cana Brava, localizada no interior de Goiás, transformou-se nos últimos 30 anos num pólo gerador de desenvolvimento regional. No então cerrado desabitado e sem estradas encontra-se hoje o município de Minaçu, com 60 mil habitantes, dotado de recursos para seu autodesenvolvimento.

Terceiro maior produtor de crisotila no mundo, precedido pelo Canadá e pela Rússia, o Brasil produz, através da Sama, 240 mil t/a. O minério beneficiado na própria mina abastece o mercado nacional na produção de fibrocimento, lonas de freio, papéis e papelões entre outros. O excedente, cerca de 70 mil t, é exportado para 20 países, destacando-se o Japão, Índia, Tailândia, Argentina e México.

Empresa	SA Mineração Amianto
Setor	Extrativa mineral
Estado	GO
Receita operacional líquida (R$ mil)	59.278
Lucro líquido (R$ mil)	22.060
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	25,36
Rentabilidade mediana do setor (%)	5,81
Liquidez	5,12
Liquidez mediana do setor	1,85
Grau de endividamento	0,10
Grau de endividamento mediano do setor	0,36

A empresa gera hoje divisas da ordem de US$40 milhões por ano, considerando-se que nos anos 70 o país gastava mais de US$120 milhões com importação. Os impostos recolhidos com a mineração para os cofres dos governos federal, estadual e municipal atingem US$33 milhões por ano.

São gerados em Minaçu 888 empregos diretos. No Brasil, mais de 120 mil indústrias utilizam a crisotila, empregando 12 mil trabalhadores e representando faturamentos anuais superiores a US$2 bilhões.

No âmbito comunitário, a empresa desenvolve programas educacionais e sociais que incluem vila residencial, escola (capacidade instalada para 1.800 alunos), centro de treinamento profissional conveniado com o Senai, hospital com 30 leitos, clínica odontológica e estações de tratamento de água e esgoto.

Meio ambiente — amianto e saúde

Desde muito antes das leis protecionistas instituídas pela Constituição de 1988, a Sama mantém programas de proteção ambiental, tornando-se modelo de desenvolvimento harmônico e sustentável em relação ao meio que a cerca. O controle de ar, água e solo é acrescido pelo trabalho de revegetação nas bancas de estéril e rejeito.

Com relação à saúde ocupacional, a Sama adota normas do uso seguro do amianto, preconizadas pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) em 1984. O programa do uso seguro do amianto é anualmente auditado por empresa internacional, visando a seu progresso nas áreas industrial, laboratorial e medicina ocupacional.

O Brasil possui uma legislação avançada com relação ao uso controlado do amianto. Possui também uma fiscalização eficiente, baseada em comissões internas de trabalhadores, que, juntamente com o empenho das fábricas, tem atingido níveis exemplares de controle ocupacional.

É importante salientar que a crisotila da Sama (provavelmente o único caso no mundo) é de composição mineralógica pura, isto é, sem tremolita, requisito indispensável à saúde ocupacional.

Pesquisa e desenvolvimento

A Sama investe anualmente em torno de US$7 milhões, buscando sistematicamente desenvolver tecnologia própria, voltada à produtividade e à qualidade. Para apoiá-la, mantém convênio de pesquisa e desenvolvimento com o IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas).

Semp Toshiba Amazonas SA

A história da Semp Toshiba, originalmente Sociedade Eletro Mercantil Paulista, se confunde com a própria história da indústria elétrica e eletrôni-

ca brasileira, a partir de sua fundação em março de 1942.

Pioneira na fabricação de rádios no país, num momento em que as importações desses produtos eram limitadas pelo esforço de guerra, iniciou suas atividades em um prédio no antigo centro comercial da cidade de São Paulo.

Em 1951, confirmando seu pioneirismo novamente, a Semp foi a primeira a fabricar televisores no Brasil.

Em 1953, ampliando seus objetivos, transformou-se em sociedade anônima, alterando sua razão social para Semp-Rádio e Televisão S. A. e, continuamente expandindo sua rede de distribuição e assistência técnica durante a década de 50, consolidou sua atuação no mercado nacional.

Durante a década de 60, dando seqüência ao processo de verticalização industrial, chegou a fabricar mais da 80% dos componentes usados em seus produtos, incluindo cinescópios em preto e branco.

Em 1969, em parceria com outras empresas do setor, deu início aos estudos para viabilização do projeto e estabelecimento de normas do sistema de transmissão para TV em cores brasileira, iniciada experimentalmente em 1970.

Em 1971, passa a fabricar televisores em cores, em adição à linha de televisores em preto e branco

Em 1973, ampliando sua capacidade de produção, iniciou a fabricação de televisores em cores também através de sua subsidiária de Manaus (AM), denominada Semp Amazonas S.A., inaugurando o processo de transferência da produção de aparelhos eletrônicos do Sul para o Norte, no que foi posteriormente acompanhada pelas demais empresas do setor.

Em 1977, Semp e Toshiba Corporation decidiram estabelecer uma *joint-venture* e as empresas do grupo adotaram a denominação Semp Toshiba. Mantendo o controle acionário brasileiro, com essa associação a empresa obteve um importante fortalecimento tecnológico, determinante para a obtenção de melhores índices de eficiência em produção e maior confiabilidade de seus produtos.

Em 1980, a empresa lança no mercado o primeiro televisor em cores realmente portátil, com tela de 10 polegadas, constituindo, desde então, um grande sucesso de vendas da empresa.

Em 1982, por ocasião da introdução do sistema de transmissão de TV em cores na Argentina, a empresa obteve o reconhecimento do governo brasileiro através da Cacex como o exportador do ano, atingindo mais de US$10 milhões em exportações para aquele país

Na comparação de desempenho do primeiro semestre de 1995, com idêntico período de ano anterior, os seguintes resultados operacionais da empresa merecem destaque:

Empresa	Semp Toshiba Amazonas SA
Setor	Mat. elet. eletrônico e comunicações
Estado	AM
Receita operacional líquida (R$ mil)	239.214
Lucro líquido (R$ mil)	60.301
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	31,72
Rentabilidade mediana do setor (%)	8,98
Liquidez	3,53
Liquidez mediana do setor	1,44
Grau de endividamento	0,36
Grau de endividamento mediano do setor	0,65

- Evolução do faturamento em dólares: 35%.
- Crescimento da produção em unidades: 46,4%.

Os resultados acumulados no final do primeiro semestre de 1995 indicam ainda um volume de ativos totais da companhia da ordem de US$436 milhões, com o patrimônio líquido atingindo US$288 milhões.

Em 1988, lança no mercado o primeiro vídeocassete com quatro cabeças, marcando novamente seu pioneirismo ao dar início à substituição de importações desses produtos para o mercado nacional, no que foi posteriormente seguida por outras empresas do setor.

Em 1990, lança no mercado os televisores com tela plana e, simultaneamente, os televisores de grandes dimensões, com telas de até 52 polegadas, até então importados.

Em 1992, comemorando seus 50 anos de existência e rapidamente adaptada às novas condições da economia nacional, após a abertura do mercado às importações, a empresa foi classificada pela *Revista Exame* como a melhor empresa do setor elétrico e eletrônico do país.

Posteriormente, também nos exercícios de 1993 e 1994, a Semp Toshiba seguidamente obteve o mesmo reconhecimento pela *Revista Exame*, como a melhor do setor elétrico e eletrônico, constituindo fato inédito no setor pela consecutividade.

Em setembro de 1994, Semp Toshiba Amazonas S.A. (AM) e sua controlada Semp Toshiba S. A. (SP) foram as primeiras no setor a receber o certificado ISO 9002, para os processos produtivos, administrativos e de qualidade de suas fábricas, fortalecendo ainda mais sua imagem de qualidade e confiabilidade junto a seus fornecedores, bem como junto a seus distribuidores e consumidores.

Com um *marketing* agressivo e criativo aliado a uma visão de negócios de longo prazo, a participação da empresa no mercado vem crescendo gradualmente em todos os segmentos em que atua. Acompanhando as evoluções tecnológicas na eletrônica de consumo, a Semp Toshiba continuamente lança novos produtos dirigidos às diversas faixas de consumo e de renda existentes no país.

Consolidada como uma das mais importantes fabricantes de produtos eletrônicos do Brasil, a

Semp Toshiba vem suprindo o mercado com televisores em vários modelos e tamanhos de tela, diversos produtos na linha de áudio, videocassete, facsímiles, telefones celulares e telefones sem fio.

Atualmente a empresa está finalizando estudos de viabilidade, visando a introdução de novas linhas de produtos em 1996 e 1997, incluindo, dentre outros, condicionadores de ar, inaugurando atividade na área de refrigeração e também, *notebook computers*, complementando sua linha de produtos de automação para escritórios.

As empresas Semp Toshiba, controladas pela Semp Toshiba Amazonas S.A., contam hoje com duas unidades industriais principais, uma em Manaus (AM) e outra em São Paulo (SP), com área construída excedendo 50 mil m², empregando aproximadamente 1.900 funcionários.

White Martins Gases Industriais do Nordeste

Constituída em 1989, a White Martins Gases Industriais do Nordeste atua da Bahia ao Maranhão. Suas principais unidades industriais estão localizadas em Cabo (PE) e Camaçari (BA), o maior complexo de produção de gases atmosféricos (oxigênio, nitrogênio e argônio) da região. Em Maceió, mantém uma unidade de produção de nitrogênio operada a distância. A empresa produz também acetileno e hidrogênio, além de contar com uma pulverizada rede de centros de distribuição, a partir da qual oferece toda uma linha de gases e misturas da White Martins. Toda essa estrutura, que cobre ainda 20 unidades comerciais, é movimentada por cerca de 550 pessoas.

Seus maiores clientes estão na petroquímica, sucroalcoolquímica, siderurgia e nos segmentos de metal-mecânica e conservação de alimentos. Graças à eficiência e competitividade de novas tecnologias de tratamento de efluentes, também os segmentos têxtil e de papel e celulose vêm apresentando grande crescimento. O mesmo ocorre no setor médico-hospitalar, que vem se mostrando bastante receptivo às aplicações desenvolvidas para o atendimento de necessidades específicas do segmento, identificadas em conjunto com os próprios clientes.

Empresa	White Martins Gases Industriais SA – NE
Setor	Química
Estado	PE
Receita operacional líquida (R$ mil)	62.394
Lucro líquido (R$ mil)	33.922
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	36,06
Rentabilidade mediana do setor (%)	9,36
Liquidez	1,28
Liquidez mediana do setor	1,19
Grau de endividamento	0,29
Grau de endividamento mediano do setor	0,49

Empresa	Zamprogna SA Imp. Com. Ind.
Setor	Metalúrgica
Estado	RS
Receita operacional líquida (R$ mil)	74.622
Lucro líquido (R$ mil)	11.213
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	18,67
Rentabilidade mediana do setor (%)	6,26
Liquidez	3,34
Liquidez mediana do setor	1,18
Grau de endividamento	0,18
Grau de endividamento mediano do setor	0,32

Zamprogna SA — Importação, Comércio e Indústria

Foi fundada em Guaporé, Rio Grande do Sul, em agosto de 1937, por José Zamprogna, Ernesto Zamprogna e Butelli, com a denominação de Butelli, Zamprogna & Cia. Ltda, dedicando-se ao ramo de secos e molhados.

Com a saída do sócio Butelli, a razão social da empresa foi alterada para Irmãos Zamprogna & Cia. Ltda. e sua sede transferida para Porto Alegre, em 1948, passando a operar com produtos agrícolas, ferragens e materiais usados na agricultura. Em 1954, adquiriu destaque como importadora de bens destinados à agricultura e pecuária, ano em que fundou sua filial em São Paulo, capital.

Em 1959, já com a nova razão social de Zamprogna S.A. Importação, Comércio e Indústria, recebeu a primeira quota de chapas galvanizadas da Companhia Siderúrgica Nacional para o setor industrial de corrugação, passando a atuar, portanto, como distribuidora dos produtos siderúrgicos dessa usina, assim como da Cosipa e da Usiminas.

Em 1969, iniciou nova atividade na produção de tubos de aço carbono e, desde 1991, opera com a linha de aços inoxidáveis.

O complexo industrial Zamprogna produz todos os equipamentos industriais que utiliza, tanto na matriz, quanto nas suas três unidades em São Paulo. Já produziu e forneceu diversas linhas de produção de tubos de aço a outras indústrias similares.

Em agosto, estará completando 58 anos de existência. Seus principais segmentos são:

a) produção de tubos de aço carbono: mecânicos (de condução, galvanizados e pretos), eletrodutos e estruturais;

b) produção de tubos de aço inoxidável, voltados para a indústria automobilística, alimentícia e petroquímica; e

c) distribuição de aços planos das usinas siderúrgicas brasileiras.

Devido a sua expressiva atuação, está classificada no *ranking* nacional da Abitam — Associação Brasileira da Indústria de Tubos e Acessórios de Metal

como o terceiro maior produtor de tubos de aço no país e também em terceiro lugar no *ranking* nacional do Inda — Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço, como maior distribuidor de produtos siderúrgicos.

Com a inauguração de seu novo centro administrativo em Porto Alegre, em 1992, a Zamprogna S.A. deu mais um passo em direção à modernização e, com a reformulação de todo o parque industrial (instalando equipamentos importados e de última geração), tem procurado ficar sempre à frente em seu ramo de atividade.

Para isso, conta com a assessoria de excelente corpo técnico e de expressivo quadro funcional, que lhe possibilita um desenvolvimento de nível elevado. Prova disso são os destaques que recebeu, atestando a excelente qualidade de seus produtos e a sua intensa atuação no mercado nacional e internacional.

Desses destaques, o mais recente foi concedido em agosto de 1994 pela *Revista Exame*. Entre as 500 maiores empresas brasileiras, coube à Zamprogna S.A. o melhor desempenho do setor metalúrgico, no Prêmio Melhores e Maiores referente ao período de 1993.

Hoje, com 1.200 funcionários, está instalada em 80 mil m² de área construída e se destaca como uma das maiores metalúrgicas do país, produzindo e comercializando tubos, perfis, telhas e chapas de aço carbono e inoxidável.

As empresas que compõem o grupo Zamprogna são:

- José Zamprogna S.A. Administração e Comércio *holding;*
- Agropel — Sociedade Agropecuária Líder Ltda.
- Tubomac — Tubos e Materiais de Construção Ltda;
- Zamprogna S.A. Imp. Comércio e Indústria;
- Filiais I e II, em São Paulo;
- Filial III, em Campo Limpo Paulista

Além dessas empresas que compõem a organização, destaca-se a sua Fundação Zamprogna, que desde 1993 contribui para o bem-estar de seus funcionários, através de auxílios diversos, como auxílio escolar, auxílio-creche, auxílio-médico, empréstimos, entre outros.

Em fevereiro de 1994, sua trajetória alcançou o grau máximo desejado por todas as organizações em nível de qualidade total, que é a certificação (pelo Instituto Nacional de Metrologia) na norma Iso 9002. Com isso, abrem-se novos horizontes que permitirão contribuir cada vez mais para o desenvolvimento regional e nacional, com produtos de qualidade similar aos melhores produzidos no mercado internacional.

UNIVERSAL

Mais importante do que estar entre os melhores e maiores bancos é ter nossos clientes entre as melhores e maiores empresas.

ABN AMRO Bank. O banco que atende grande parte das melhores e maiores empresas do Brasil. E um dos melhores e maiores bancos do mundo, crescendo cada vez mais no Brasil.

ABN·AMRO Bank
O Banco Holandês

O difícil ajuste dos bancos

O segundo semestre de 95 será um desafio para a manutenção não apenas da lucratividade, mas da própria estrutura da indústria bancária brasileira como hoje a conhecemos. Não bastasse o desmonte de toda uma dinâmica de relações econômicas baseadas nas características próprias de um ambiente inflacionário, o Plano Real foi desde seu início especialmente inquietante para o setor bancário, acostumado a ter a inflação como uma das principais fontes de ganhos. Mesmo em face desse e de outros reveses, como restrições ao crédito, compulsórios sobre depósitos, compulsórios sobre empréstimos, combate ao pré-datado etc., os bancos responderam de forma passiva à política econômica, esperando para ver o que aconteceria com o plano econômico. A partir de agora, porém, os bancos já sabem que não podem mais pagar para ver o que acontecerá.

Num primeiro momento do Plano Real, talvez descrentes quanto a seu sucesso, os administradores das principais instituições financeiras brasileiras resolveram esperar antes de adotar mudanças estruturais e de custo mais elevado quanto à condução dos negócios. Preferiram tomar medidas de "corte de excessos" e optaram por mudanças estratégicas mais facilmente reversíveis no caso do fracasso do plano. Uma das primeiras reações dos ganhos de varejo, o segmento da indústria bancária que mais se beneficiava com o *floating* inflacionário, foi a tentativa de compensar tal perda de receita com o aumento das tarifas dos serviços bancários, tal como fazem os bancos em economias estáveis. Outra alternativa de reformulação da atividade, condizente com o ambiente de baixa inflação, seria o enxugamento da rede de agências. Essas estratégias já foram utilizadas anteriormente, durante os curtos períodos de sucesso no controle da inflação nos Planos Cruzados e Collor, e naquelas ocasiões se prestaram bem ao objetivo de manutenção da lucratividade, até que a inflação retomasse os níveis com os quais os bancos estavam acostumados a trabalhar. Agora, todavia, tais medidas se mostram insuficientes para garantir a lucratividade — ou mesmo a sobrevivência, em alguns casos — de longo prazo dos bancos de varejo, ante toda uma nova dinâmica econômica e concorrencial que o sucesso definitivo do Plano Real poderá trazer.

A solução para a crise do Banco Econômico poderá sinalizar como será o processo de reestruturação da indústria bancária e quem irá pagar por ele: o setor, o contribuinte ou o Plano Real.



Depois de uma década de sociedade com o governo na auferição de ganhos inflacionários, os bancos parecem não acreditar que a parceria possa mesmo ter sido rompida. Em mais de um ano de política creditícia restritiva, as mudanças no ambiente dos negócios financeiros tomaram proporções inesperadas, mas só agora os bancos entenderam que é a vez deles se ajustarem. Será que eles sabem o que fazer? Certamente, nem todos. A partir deste momento, o destino de muitos bancos será traçado junto com os desdobramentos do próprio Plano Real. A continuar a política econômica sendo conduzida da mesma maneira — e até agora não existem sinais do contrário — simplesmente não haverá lugar para todos os grandes bancos hoje em atuação no mercado da intermediação financeira.

Se os bancos comerciais varejistas conseguiam sobreviver confortavelmente com a inflação em alta, no "mundo cruel" da estabilidade econômica a patente falta de planejamento estratégico de longo prazo e de gerenciamento profissional de alguns deles irá lhes custar caro; talvez a própria existência. Na era da globalização da economia e da diversificação das atividades financeiras, boa parte de nossos bancos de varejo ainda não sabe o que fazer com o aparente fim dos ganhos típicos de uma economia com inflação crônica. Apesar de ensaiarem a diversificação das atividades e a penetração em determinados nichos de mercado, em verdade ainda se bastavam apenas com os chamados "ganhos sobre passivos não-remunerados", isto é, os ganhos inflacionários. Por falta de capacidade de planejamento de longo prazo e de gerenciamento competente do dia-a-dia, tais bancos terminaram fazendo de tudo um pouco e de forma não-competitiva. Agora não têm como recuperar o terreno perdido na corrida tecnológica da prestação dos serviços financeiros tradicionais, mercado já conquistado por menos de meia dúzia de grandes instituições. Quanto aos novos segmentos do mercado financeiro, como, por exemplo, o da administração de fundos de terceiros e o de *corporate finance*, esses também já foram dominados por um grupo bastante agressivo de antigos bancos de investimentos — hoje múltiplos —, que juntamente com um reduzido círculo de grandes conglomerados financeiros dividiram quase todos esses segmentos, de acordo com determinadas especialidades. Nem mesmo na condução da operação ativa mais típica dos bancos comerciais, as operações de crédito, algumas institui-

ções têm sido capazes de desempenhar um bom trabalho, ao emprestar fundos a outros que não ao governo federal. Os resultados contábeis de alguns bancos, no segundo trimestre de 95, revelam os sérios efeitos da análise de crédito pouco competente na concessão de empréstimos durante o *boom* do segundo semestre do ano passado.

A irrefutável ilustração do problema que hoje se apresenta à indústria bancária brasileira é o caso do Banco Econômico. Qual é o lugar, numa indústria bancária competitiva e em processo de abertura, para um banco sem administração profissional, com quase 300 agências concentradas geograficamente e mais de 9.400 funcionários, que não tem atendimento informatizado e interligado, não é expressivo gestor de fundos, não é capaz de oferecer nenhum serviço inovador às corporações de forma competitiva e não atua agressivamente nos mercados de subscrições, privatizações, seguros etc. num contexto de baixa inflação? Se o atual perfil do mercado financeiro brasileiro é um bom parâmetro para a realidade do setor nos próximos anos, tal como aconteceu com aquela tradicional instituição bancária, outras se tornarão verdadeiros "dinossauros" e o processo de extinção será rápido e talvez traumático, não apenas para o setor, mas para toda a economia.

Traumático porque a "saída privada" via fusões e aquisições, que seria a solução mais suave e segura para o processo de reestruturação da indústria bancária, nem sempre é viável, em função das características próprias desse setor no Brasil. Primeiro, porque a cultura empresarial tipicamente familiar está presente em especial nos bancos, que deverão ser vistos como alvos para aqueles negócios, o que dificulta a transferência do controle. Mais importante que isso, porém, é o fato de simplesmente inexistir uma regra clara de penalização para aqueles que levam instituições financeiras à falência e causam perdas aos depositantes. Muitos administradores de bancos sem perspectivas preferem esperar por "soluções públicas", e isso não ocorre por acaso. Os anos 70 e 80 foram notórios por episódios em que os banqueiros insistiam em manter o controle de instituições inviáveis até o fim, e ainda ganharam muito quando de uma intervenção governamental; naturalmente, à custa dos contribuintes. Nesse contexto, a solução para o caso do Banco Econômico poderá representar um marco sinalizador da forma pela qual o processo de reestruturação da indústria bancária se desenvolverá e quanto isso poderá custar, ao setor, aos contribuintes em geral e ao próprio Plano Real.

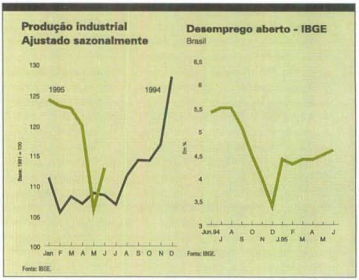
Murillo Campello
Economista e professor da PUC-Rio

GRUPO
VICUNHA

• Textília S.A. • Fibra S.A. • Fibra Nordeste S.A. • Fibra DuPont Sudamerica S.A. • Vicunha S.A. • Vicunha Nordeste S.A. • Textília Nordeste S.A. • Pacajus Têxtil S.A. • Elizabeth S.A. • Elizabeth Nordeste S.A. • Campo Belo S.A. • Fiação Nordeste do Brasil S.A. - Finobrasa • Têxtil Gifran Ltda. • Fantex Ind. Com. Têxtil Ltda. • Lee Nordeste S.A. • Têxtil R.V. Ltda. • Hering do Nordeste S.A. - Malhas • Jacareí Ind. e Com. Ltda. • Tecil S.A. • Rodoviária Veldog S.A. • Banco Fibra S.A. • Fibra Leasing S.A. • Fibrasa DTVM Ltda. • Finobrasa Agroindustrial S.A. • Vicunha Agropecuária Ltda. • Agropecuárias Alvorada, Diana, Santa Otília, Itacombi e Sul Riograndense.

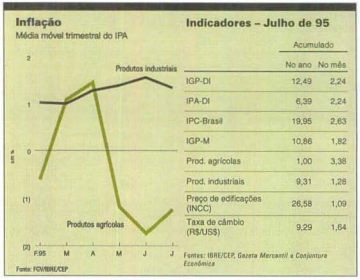
Problemas do desaquecimento

O PIB diminuiu 3,9% no segundo trimestre de 1995 em relação ao trimestre anterior, segundo o IBGE. Este movimento de redução do nível de atividade foi mais marcante no setor industrial, com queda de 7,5%. A tendência de desaceleração poderá trazer à tona dois problemas conhecidos da Argentina em seu processo de estabilização, numa reedição do *efeito Orloff*: a queda da arrecadação tributária, que colocará em evidência a fragilidade do atual equilíbrio das contas públicas, e o aumento do desemprego, que no país vizinho partiu dos 12,2% em outubro passado e alcançou 18,6% em maio deste ano, deteriorando o quadro social.



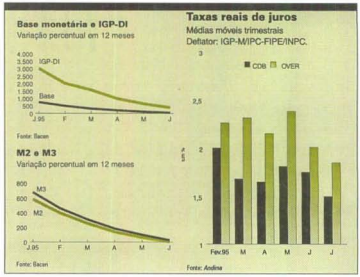
Novos fatores

A inflação medida pelo IGP-DI foi de 2,24% em julho, 0,38 ponto percentual abaixo do mês anterior. Note-se que este índice é composto por índices de preços no atacado, ao consumidor e da construção civil, tendo estes evoluído de forma bastante diferenciada nos últimos meses. No trimestre de maio a julho o IPA (índice de preços no atacado) cresceu em média apenas 0,5% ao mês, enquanto o IPC (índice de preços ao consumidor) avançou em média 3,1%. Em condições normais, a evolução favorável do IPA apontaria para a tendência de queda da inflação nos próximos meses, mas no momento dois fatores novos no cenário macroeconômico podem ameaçar esse quadro: a pressão sobre a base monetária da forte entrada de capitais estrangeiros nos últimos meses e a evolução da atual crise no sistema financeiro iniciada com a intervenção do BC no Banco Econômico.



Juros caem

As taxas de juros vêm caindo gradualmente ao longo do último trimestre. Apesar de estarem elevadas o suficiente para atrair volumosas poupanças externas, se cotejadas a uma cesta de índices de preços (IGP-M, IPC-Fipe e INPC) verifica-se uma tendência declinante das taxas de juros reais, passando dos 2,6% de maio para 1,4% em junho e 1,2% em julho, no *overnight*. O BC vem trabalhando com uma redução lenta e gradual das taxas de juros nominais, que passaram de cerca de 4,3% em maio para 3,9% ao início de agosto. Essa linha deve permanecer, tendo em vista as perspectivas de queda da inflação no varejo, a necessidade de se conter a excessiva entrada de capitais voláteis externos e a redução do peso dos recolhimentos compulsórios sobre o sistema financeiro.



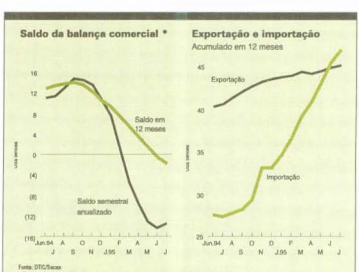
Frágil equilíbrio

Apesar do superávit de R$253 milhões em junho, o Tesouro Nacional fechou o primeiro semestre com um déficit acumulado de R$1,2 bilhão. Para obter o superávit primário (e/ou déficit operacional zero) projetado, o governo terá de trabalhar arduamente na contenção de despesas, haja vista que a redução do nível de atividade já começou a impactar negativamente a arrecadação dos impostos, principalmente daqueles mais diretamente associados ao nível de atividade econômica.



Balança se recupera?

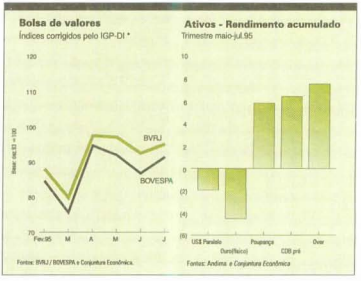
Números preliminares relativos ao desempenho comercial em julho apontam para a obtenção de um superávit de US$2 milhões, o primeiro desde outubro do ano passado. Um valor simbólico, se comparado ao déficit acumulado no ano de US$4,3 bilhões, mas que não deixa de significar uma melhoria, diante da rápida resposta do setor importador às medidas de aumento de alíquotas e imposição de cotas. Nos próximos meses, no entanto, quando as importações sazonalmente se elevam, os déficits podem retornar. Para evitar a adição de novas ações intervencionistas no comércio exterior, o BC terá de manter a política de redução gradual das taxas de juros internos, e, à medida que se reduza a entrada de recursos externos no país, permitir a desvalorização do câmbio.



Bolsa volta a subir

As bolsas de valores voltaram a subir em julho, com a melhoria da expectativa em relação à inflação e o retorno do programa de privatizações. Isto levou ao crescimento de 5,3% do Ibovespa. A recuperação foi, no entanto, insuficiente para compensar a perda no restante do ano, tendo o índice fechado em julho em nível 19% inferior ao final do ano passado. O movimento de recuperação iniciado em agosto pode prosseguir no segundo semestre. Contribuirão para isso a divulgação dos bons resultados contábeis das empresas no primeiro semestre, a seqüência do programa de privatizações e negociação da reforma fiscal, caso esta evolua de modo favorável à estabilização da economia.

Aloísio Campelo Jr.



Manutenção da Ufir

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizá-los pela linguagem acessível e alto nível técnico de sua publicação.

Entretanto, desejo alertá-los sobre um grave erro de análise presente na Carta do IBRE da edição de agosto de 1995.

Comentando a desindexação, na Carta afirma-se textualmente que "Raciocínio similar é válido para a Ufir. Se o governo se compromete vivamente com a queda da inflação, não tem sentido conceder tratamento diferenciado a esta unidade de conta em detrimento dos salários e de outros rendimentos."

A manutenção da Ufir não foi motivada, como se poderia pensar apressadamente, pela indexação do recolhimento dos tributos federais. De fato, *desde a implantação do Plano Real*, tributos federais *pagos no vencimento* não sofrem atualização monetária pela variação da Ufir. E, a partir de janeiro deste ano, por força da vigência da Lei nº 8.981/95, *nem os tributos pagos com atraso são corrigidos pela Ufir.* A penalidade para o atraso são juros de mora cobrados com base na taxa Selic.

A única exceção são as cotas de imposto de renda-pessoa física decorrentes da declaração 95, ano-base 94. Essas cotas são reajustadas pela Ufir trimestralmente. Deve ser considerado, entretanto, que essa diferença de imposto a pagar teve origem no ano de 1994, ou seja, um ano atrás, sendo justa, portanto, a indexação. Por outro lado, o imposto a restituir também é corrigido.

Poder-se-ia perguntar, então, por que foi mantida a Ufir? A razão é simples: para beneficiar o contribuinte pessoa jurídica, que ao pagar imposto sobre o seu lucro pode abater deste a correção monetária do capital investido (sistemática da correção monetária das demonstrações financeiras preconizada pela Lei nº 6.404/76) e para beneficiar o contribuinte pessoa física que tem a tabela do IR-fonte reajustada pela Ufir para fins de incidência do imposto.

Por incrível que pareça, uma medida que foi adotada para beneficiar o contribuinte tem sido interpretada pela mídia em geral como uma tentativa da União de, ao desindexar a economia, manter sua receita a salvo da corrosão inflacionária. Este, entretanto, não foi o objetivo do governo e muito menos o da Receita Federal.

Estou a sua disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

PAULO EDUARDO VILCHEZ VICECONTI
Chefe da Equipe de Programação da Arrecadação
Superintendência Regional da Receita Federal em São Paulo

Conjuntura agradece os esclarecimentos, mas se a idéia é "desindexar" a economia, permanece pouco compreensível manter-se a correção da Ufir, qualquer que seja o uso que se dê a essa unidade de conta.

Monografia

Em primeiro lugar, quero parabenizá-los pela excelente qualidade presente, mensalmente, nesta revista. O motivo que me levou a escrever é o fato de estar fazendo um trabalho monográfico de graduação em ciências econômicas, na Universidade de Itaúna (MG). Foi na faculdade que tive contato com esta revista e a partir daí tenho acompanhado, freqüentemente, as publicações mensais, as quais são "recheadas" de uma diversidade de assuntos muito bem colocados por seus colunistas e articulistas.

A respeito do trabalho monográfico, ele se refere à tributação, sendo o tema arrecadação estadual. Na realidade, estou necessitando de algum material que enfoque as principais alterações tributárias ocorridas no sistema tributário de 1988 e as mais importantes em nível de competência tributária estadual.

Numa pesquisa exploratória realizada por mim, encontrei uma reportagem denominada "Estudo especial", referente às finanças públicas municipais, de autoria de José Serra e José Roberto R. Afonso, datada de outubro-novembro de 1991. Como meu tema trata da arrecadação estadual, necessito de algum material semelhante ao do estudo especial.

Como se trata de um trabalho de grande responsabilidade, fundamental e indispensável para minha graduação, peço que me enviem, o mais breve possível, alguma bibliografia/material ou sugestão sobre esse tema.

ANDERSOM JOSÉ RIBEIRO SALEME,
Divinópolis, Minas Gerais

Agradecemos as referências elogiosas à revista Conjuntura Econômica. *Sobre o assunto específico de sua correspondência, listamos e enviamos pelo correio algumas matérias que foram publicadas em* Conjuntura Econômica *sobre o tema de tributação após 1988.*

Esperamos que tais artigos sejam suficientes para o bom andamento de sua monografia.

Botsuana

Tenho lido nos jornais referências sobre a pobreza de Botsuana, mas aqui na Universidade da Bahia um professor disse, sem oferecer indicações concretas, que se trata de um país bem situado em relação aos países pobres e mesmo aos de renda média. Como sua revista é conhecida como uma publicação idônea em matéria de dados e números, gostaria de obter informações sobre Botsuana.

ARLINDO GUEDES, SALVADOR, BAHIA.

O professor da Universidade da Bahia tem razão. Botsuana, um país de 582 mil km² e uma população de 1,4 milhão de habitantes, está incluído nos indicadores básicos do Banco Mundial entre os países de renda média alta, como um ingresso per capita *de US$2.792 (1992), um pouco acima da renda brasileira, que era, na mesma época, de US$2.770. Sua esperança de vida ao nascer também era superior à brasileira. Ou seja, 68 contra 66 anos do Brasil. A exploração do cobre e de diamantes permitiu um importante desenvolvimento econômico a partir dos anos 70, juntamente com a pecuária e a agricultura.*

Distribuição de renda

A questão da distribuição de renda no Brasil vez por outra agita os debates aqui na Universidade do Paraná. Alguns de nossos professores sustentam que este perfil é bastante discutível. Outros apontam esta distribuição com um indicador de atraso e miséria. Quem tem razão?

CARLOS FIGUEIREDO, CURITIBA, PARANÁ

De fato, para os estruturalistas, o perfil de distribuição de renda no Brasil é um grande obstáculo ao desenvolvimento econômico. Em contrapartida, todas as políticas distributivas implementadas por economistas estruturalistas foram desastrosas para o Brasil e terminaram em inflação galopante e um perfil ainda mais inadequado de distribuição de renda. A concentração de renda ou, inversamente, um bom perfil distributivista pouco têm a ver com o progresso material. Internacionalmente, uma das melhores distribuições de renda está no Nepal, que é o quinto país mais pobre do mundo, com uma renda de US$170 anuais. Nesse país da Ásia, os 20% inferiores da renda ou do consumo participam com quase 10% do total da renda, enquanto o mesmo grupo nos EUA participa com a metade ou apenas 4,7%. Nos EUA, porém, a renda per capita é de US$24 mil. O ideal é mesmo uma boa distribuição de renda, que nunca será boa sem desenvolvimento econômico e muito trabalho.*

**Indicadores Sociais 1994*, do Banco Mundial, editado pela Fundação Getulio Vargas.

Cartas e solicitações de cálculos com atualização de valores e outros podem ser dirigidos à *Conjuntura Econômica*, Praia de Botafogo, 190 – sala 921 – CEP 22253-900, Rio de Janeiro, ou à Caixa Postal 62.591, CEP 22253-970, ou ainda pelo Fax (021)551-2799.

A marcha da inflação

A taxa de crescimento do IGP-DI de julho ficou 0,38 ponto percentual abaixo da de junho, informa o comunicado do IBRE/FGV. O crescimento do desemprego volta a ser registrado pelo IBGE.

O Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getulio Vargas informa que o índice geral de preços — IGP-DI referente a julho registrou alta de 2,24%, 0,38 ponto percentual abaixo do índice de junho. Esse resultado é conseqüência dos aumentos verificados no índice de preços por atacado — IPA (2,24%), no índice de preços ao consumidor — IPC (2,63%) e no índice nacional de custo da construção — INCC (1,09%).

Em nível de atacado, o movimento médio de preços, comparativamente ao resultado de junho, cresceu 0,69 ponto percentual. Desta feita, enquanto os preços dos bens de consumo elevaram-se de 2,40% para 2,65%, os preços dos bens de produção cresceram de 1,04% para 2,00%, Já sob a ótica da oferta global os preços dos produtos agrícolas cresceram de 0,55% para 3,38% e os de produtos industriais decresceram de 1,52% para 1,28%. Dentre os grupos agrícolas que apresentaram altas mais expressivas destacam-se legumes e frutas (9,82%), cereais e grãos (7,75%) e animais e derivados (6,29%). Dentre os industriais, merecem destaque, como principais fontes de pressão sobre o índice médio, os grupos tecidos e fios artificiais e sintéticos (13,40%), carnes e pescados (7,05%), produtos farmacêuticos (6,21%) e leite e derivados (5,52%).

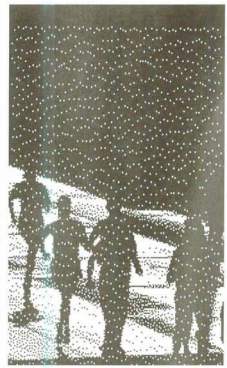
Em nível de varejo, os preços situaram-se a 1,76 ponto percentual abaixo da variação do mês anterior. Os grupos educação, leitura e recreação (4,02%), habitação (3,79%) e saúde e cuidados pessoais (3,43%) pressionaram com mais intensidade o índice médio, transportes (2,47%), vestuário (1,67%), alimentação (1,35%) e despesas diversas (0,60%) e situaram-se abaixo da média.

Em nível da indústria da construção civil, o movimento médio de preços, medido pelo INCC, decresceu 2,03 pontos percentuais em relação ao mês anterior. No desdobramento das pressões sobre o índice médio, constata-se que o grupo mão-de-obra decresceu de 4,39% para 4,39% e o grupo materiais e serviços passou de 1,87% para 1,25%.

Cresce o INPC

O INPC, calculado pelo IBGE, ficou em julho em 2,46%, ou seja 0,28 ponto percentual acimado do resultado de julho que foi de 2,18%. alimentos, aluguéis, gás de botijão e remédios estimularam o crescimento.

Já o IPCA, que reflete a cesta de consumo de famílias com rendimentos de 1 a 40 salários mínimos, passou de 2,26%, em junho, para 2,36% em julho. A habitação voltou a liderar os resultados com um crescimento de 4,83%.



Desemprego aumenta

Segundo o IBGE, a taxa média de desemprego aberto no país registrou um crescimento, em relação a maio, de 4,59% o que se compara com os 4,49% de maio, últimos resultados disponíveis. Mas continua sendo a menor dos últimos cincos anos e bastante inferior a registrada em junho do ano passado: 5,42%.

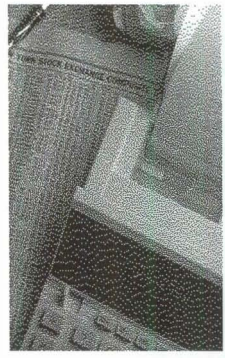
A inflação segundo o IGP-DI da FGV

Índice	Número-índice do mês (ago. 94=100)	Variação percentual		
		No mês (julho)	Acum. no ano	Acum. em 12 meses
Geral de preços				
Disponibilidade interna	120.733	2,24	12,49	24,77
Preços por atacado				
Disponibilidade interna	113.846	2,24	6,39	18,85
Preços ao consumidor – Brasil				
Total	130.243	2,63	19,95	33,63
Nacional de custo da construção				
Total	133.524	1,09	26,58	33,71

Fonte: FGV-IBRE/CEP.

Dinheiro mais barato

Desde junho passado melhoraram as condições de liquidez, mas é provável que a atividade econômica continue se ressentindo de falta de procura global.



EMBORA tenha sido pouco percebido pelos consumidores e pelas empresas, melhoraram as condições monetárias e creditícias em junho e julho. No mercado de reservas bancárias, onde é o Banco Central (BC) quem dita as taxas, houve recuo dos juros reais nesse período. Deflacionadas por uma cesta de índices de preços (IGP-DI, INPC e Fipe), as taxas *overnight* caíram de 2,6% em maio para 1,4% em junho e 1,2% em julho. No mercado de poupança, as cadernetas renderam 2,3%, 0,8% e 0,6%, em termos reais, respectivamente. Os percentuais de julho são os mais baixos dos últimos nove meses, como pode ser visto no gráfico. Nos demais mercados de ativos financeiros de renda fixa, observou-se tendência semelhante.

Esses movimentos ocorreram em função da queda das taxas nominais de juros e do avanço da inflação. No mercado monetário, tal queda ocorreu por ação direta do BC, emitindo mais base monetária e forçando o recuo da taxa *overnight* efetiva de 4,2% para 4% ao mês. No mercado de poupança, processo análogo aconteceu em razão da baixa das taxas de CDB e do aumento do redutor da taxa referencial de juros (TR).

Em junho, houve aceleração do volume de crédito concedido pelos bancos comerciais. O saldo dessas operações, que vinha desacelerando desde janeiro, cresceu 2,5% naquele mês, o mesmo ocorrendo com o agregado monetário amplo denominado M4, que inclui todos os haveres financeiros líquidos. Já o crédito interno líquido do BC manteve-se estável em relação a maio. O aumento de 2% da base monetária, no conceito de média de saldos diários, foi compensado pelo acréscimo do valor das reservas internacionais (em moeda doméstica), devido a pequena desvalorização do real. O saldo médio dos meios de pagamentos (M1) cresceu 3% em relação a maio.

No início de agosto, ao que parece temerosas das conseqüências do aperto monetário sobre a atividade econômica, as autoridades anunciaram a progressiva eliminação das diversas restrições ao crédito. Se isso quer dizer a eliminação do aparato de proibições e recolhimentos compulsórios que foi estabelecido desde o início do Plano Real, e que transformou a economia brasileira não apenas na campeã mundial das taxas reais de juros como também do *spread* bancário (diferença entre taxas de captação e aplicação dos bancos), estamos de acordo. De fato, temos defendido que a política monetária restritiva seja executada com base em instrumento mais neutro do ponto de vista alocativo e que provou, mundo afora, ser mais eficiente para o controle das emissões de moeda e da expansão do crédito.

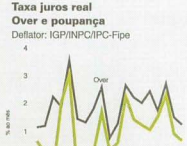
Base monetária e meios de pagamentos

Período	Base			M1			M2		
	Saldo	Var. mês (%)	Var. acum. desde jun. 94 (%)	Saldo	Var. mês (%)	Var. acum. desde jun. 94 (%)	Saldo	Var. mês (%)	Var. acum. desde jun. 94 (%)
1994 – Ago.	9,10	40,00	159,99	12,20	19,61	103,33	71,60	2,14	9,19
Set.	11,20	23,08	219,99	14,60	19,67	143,33	69,90	-2,37	6,60
Out.	12,80	14,29	265,71	16,30	11,64	171,67	70,90	1,43	8,12
Nov.	14,00	9,38	299,99	16,80	3,07	180,00	70,70	-0,28	7,81
Dez.	15,40	10,00	339,99	18,00	7,14	200,00	72,80	2,97	11,02
Jan.	16,90	9,74	382,85	19,50	8,33	225,00	68,80	-5,49	4,92
1995 – Fev.	15,80	-6,51	351,42	18,90	-3,08	215,00	72,10	4,80	9,95
Mar.	15,70	-0,63	348,56	18,10	-4,23	201,67	68,50	-4,99	4,46
Abr.	14,57	-7,20	316,26	17,67	-2,40	194,43	69,67	1,71	6,20
Maio	14,47	-0,70	313,35	17,14	-3,00	185,59	70,06	0,56	6,80
Jun.	14,70	2,00	321,62	17,70	3,00	194,16	72,50	3,50	10,60

Fonte: BCB. Saldos em R$ bilhões.

Taxa juros real Over e poupança

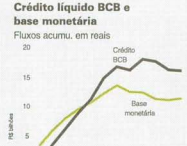
Deflator: IGP/INPC/IPC-Fipe



Fonte: FGV/ Conjuntura Econômica. (LVF)

Crédito líquido BCB e base monetária

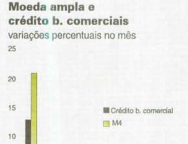
Fluxos acumu. em reais



Fonte: FGV/ Conjuntura Econômica. (LVF)

Moeda ampla e crédito b. comerciais

variações percentuais no mês



Fonte: FGV/ Conjuntura Econômica. (LVF)

Tal instrumento são as operações de mercado aberto com títulos (em geral, públicos) da carteira do Banco Central de modo a afetar o volume de reservas dos bancos e, portanto, seu poder de estender créditos e criar depósitos de diversas maturidades. No Brasil, está fora de dúvida que é elevado o poder do BC para influenciar a moeda e o crédito por esse meio. Temos um mercado aberto desenvolvido e a dívida mobiliária governamental, de 12,4% do PIB segundo o BC, é baixa em comparação com a da maior parte dos países. Além disso, a carteira de títulos do BC é mais do que suficiente para afetar decisivamente a evolução dos agregados monetários. Conforme pode ser visto nos gráficos, o Banco Central do Brasil está em quarto lugar numa amostra de 12 países representativos, no que diz respeito à proporção de sua carteira de títulos públicos em relação ao montante de reservas bancárias (400%); em segundo lugar, quando se faz o cálculo em relação aos meios de pagamentos (M1, 130%); e em quarto lugar quando se usa um agregado monetário amplo como o M2 (15%). Para fixar a comparação, o Sistema da Reserva Federal (EUA), que usa intensamente o *open market* como meio principal de execução da política monetária, colocou-se em segundo, sexto e quinto, respectivamente; o Banco da Inglaterra, em terceiro, terceiro e sétimo; e o DeutscheBundesbank, considerado o mais bem-sucedido dos bancos centrais, cujos recolhimentos compulsórios não ultrapassam 5% do saldo de depósitos, em 10º, 11º e 11º, respectivamente.

Cumpre, portanto, mudar o instrumento de restrição monetária, mas não o sentido da política. Esta deve continuar sendo restritiva, pois *a*) não existe colateral de aperto na política fiscal, *b*) não é certo que a inflação tenha sido vencida e *c*)nem é certo que a economia vá mergulhar na recessão. Até o momento, o que se pode dizer é que há desaceleração do crescimento econômico, tomando como base as taxas elevadas que se verificaram no início do ano.

Agregados monetários amplos

Período	M3			M4		
	Saldo	Var. mês (%)	Var. acum. (%)	Saldo	Var. mês (%)	Var. acum. (%)
1994 – Ago.	112,80	2,36	18,94	158,20	4,08	17,09
Set.	111,00	-1,60	17,04	158,80	0,38	17,53
Out.	112,90	1,71	19,05	165,80	4,41	22,71
Nov.	113,60	0,62	19,79	170,20	2,65	25,97
Dez.	117,80	3,70	24,21	175,40	3,06	29,82
1995 – Jan.	114,40	-2,89	20,63	182,10	3,82	34,78
Fev.	118,30	3,41	24,74	188,10	3,29	39,22
Mar.	115,60	-2,28	21,89	188,60	0,27	39,59
Abr.	119,30	3,20	25,80	191,40	1,48	41,66
Maio	122,90	3,02	29,59	193,30	0,99	43,07
Jun.	128,00	4,15	34,97	198,30	2,59	46,77

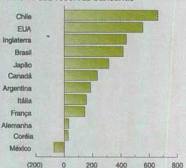
Fonte: BCB. Saldos em R$ bilhões.

Em julho, as autoridades anunciaram mudanças na indústria de fundos de investimento. Desde a proibição de aplicações financeiras com acordo de recompra por parte pessoas físicas e jurídicas não-financeiras em 1991, ganhou importância a indústria de fundos de investimentos, que passou a receber boa parte dos recursos antes aplicados nessas modalidades. É de notar que a atual estrutura de fundos de investimento não representou qualquer empecilho à queda da inflação que se seguiu ao Plano Real. Daí o cuidado que deve cercar mudanças nessa área.

A intenção das autoridades é forçar o alongamento das aplicações financeiras; no dizer do presidente do BC, "separar o que é moeda do que é poupança". O objetivo podia ser até louvável como indicativo do compromisso antiinflacionário do governo. Mas é bom lembrar que toda evolução do sistema financeiro desde séculos até o presente tem sido no sentido de diversificar crescentemente os instrumentos financeiros segundo prazos, liquidez, rentabilidade etc. Ou seja, precisamente diluindo as diferenças entre poupança e moeda e colocando em seu lugar um cardápio variado de ativos com diferentes graus de liquidez. O perigo está expresso no ditado francês: *chassez le naturel, il revient au galop*. Foram tomadas a seguintes medidas:

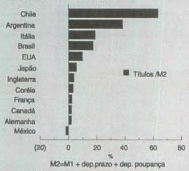
1. Os atuais fundos somente receberão depósitos até 1 de outubro e serão extintos até 29 de dezembro do presente ano.

Carteira de títulos públicos dos bancos centrais
como % das reservas bancárias



Fonte: FGV/ Conjuntura Econômica. (LVF)

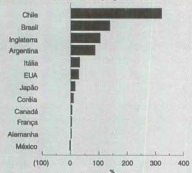
Carteiras de títulos públicos dos bancos centrais
como % de M2. 1994/95



M2=M1 + dep.prazo + dep. poupança

Fonte: FGV/ Conjuntura Econômica. (LVF)

Carteiras de títulos públicos dos bancos centrais
como % dos meios de pagamentos



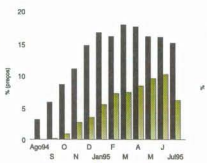
Fonte: FGV/ Conjuntura Econômica. (LVF)

Remédio amargo

A partir de março, o Banco Central passou a controlar mais estritamente o seu crédito, ou seja, o crédito que ele estende aos bancos comerciais e demais instituições financeiras e ao Tesouro Nacional. Como se observa no gráfico, houve queda de cerca de R$ 2 bilhões nessa variável desde março último. Os bancos, por seu turno, estabeleceram critérios mais rigorosos de concessão de créditos devido ao aumento récorde da inadimplência dos mutuários. Em função disso, as taxas de juros subiram fortemente e impactaram de modo negativo a produção a ao emprego. O remédio foi amargo mas os resultados já começam a se fazer sentir. Os preços dos eletrodomésticos que tinham subido até 10% acima da inflação entre agosto de 1994 e maio ultimo caíram 2% em julho (3,7% em termos reais) voltando a níveis de preços do início do ano. Isto aconteceu essencialmente devido a queda da procura e ao aumento de estoques nas empresas em razão do aperto monetário.

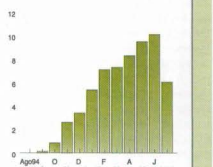
Lauro Vieira de Faria

Crescimento real dos preços
Eletrodomésticos e oferta de crédito



Fonte: FGV/ Conjuntura Econômica. (LVF)

Crescimento real dos preços
Eletrodomésticos* (deflator: IGPM)



Fonte: FGV/ Conjuntura Econômica. (LVF)

2. Foram criadas quatro famílias de fundos de renda fixa (chamados FIF — fundos de investimento financeiro), de acordo como o período mínimo de atualização dos valores das cotas: diário, entre 30 e 59 dias, entre 60 e 89 dias e acima de 90 dias. Depósitos compulsórios de 35%, 10%, 5% e 0%, respectivamente, determinarão as diferentes atratividades segundo o retorno de tais fundos.
3. Os novos fundos de renda fixa terão regras amplamente flexíveis para a composição de suas carteiras de investimento, podendo aplicar livremente em títulos, derivativos e operações compromissadas, mas devendo dar total transparência de sua política de investimento aos cotistas.
4. Permanecerão regidos pelas normas anteriores os fundos de capital estrangeiro, os de investimento imobiliário e os de investimento no exterior.

É de louvar a flexibilização para a composição das carteiras de aplicação dos novos fundos de investimento. Entretanto, os pesados recolhimentos compulsórios podem baixar significativamente a rentabilidade dos fundos de até 89 dias e, em conseqüência, desestimular fortemente os poupadores. Com isso, das duas uma: ou o governo terá de subir as taxas de juros de modo a fazer com que se compense nos juros o que se perdeu via compulsórios, ou terá de correr o risco de uma eventual fuga das aplicações financeiras para o consumo ou para os mercados de ativos reais. Nenhuma das alternativas é boa. As taxas de juros ainda estão muito altas e a inflação continua a preocupar. O alongamento das aplicações financeiras depende menos de regulamentos governamentais do que da prova, na prática, de que a inflação foi debelada e a economia ingressou num período de estabilidade financeira. Por isso, o melhor que o governo tem a fazer é dar prioridade máxima ao combate à inflação. O citado alongamento virá naturalmente em seguida.

Lauro Vieira de Faria
Redator chefe

O peso da dívida

Os encargos da dívida externa foram 103% maiores do que o resultado do semestre do ano anterior, enquanto os encargos da dívida interna ficaram no mesmo patamar.

O Tesouro Nacional apresentou um superávit de caixa de R$253 milhões em junho. Esse é o quarto mês consecutivo em que o Tesouro apresenta pequenos saldos positivos em suas contas, embora o déficit acumulado no semestre corresponda a R$1,2 bilhão. Mesmo assim, observa-se que o resultado final é 53% menor do que o obtido no mesmo período de 1994.

As receitas, pelo critério de caixa, cresceram 17%, alcançando o patamar de dezembro de 1994. Esse resultado reflete o impacto de arrecadação do imposto de renda relativa à declaração de ajuste, ocorrida no final de maio.

Nesse semestre, as despesas aumentaram 13%; os encargos da dívida externa foram 103% maiores do que o resultado do semestre do ano anterior, enquanto os encargos da dívida interna ficaram no mesmo patamar, apesar do nível mais alto de taxa de juros real praticada. O fato se deve à monetização da dívida mobiliária ocorrida após a implantação do Plano Real.

O fluxo de caixa do Tesouro em junho foi reforçado pelo lançamento de bônus no mercado japonês, equivalente a R$856 milhões. Tal colocação marcou a volta do governo brasileiro ao mercado internacional e faz parte de estratégia de alongamento e redução dos encargos financeiros da União. Em julho, esses bônus foram utilizados para diminuir a dívida mobiliária interna.

Mesmo o bom desempenho da arrecadação tributária não é garantia de que o setor público não terá déficit este ano. Mesmo despesas autorizadas no orçamento têm sido reprimidas.

A meta do governo federal é chegar a dezembro com equilíbrio fiscal, ou seja, déficit operacional zerado. Isso exige um superávit de 2% do PIB, no conceito primário.

O governo federal conseguiu produzir no mesmo semestre um superávit primário de R$5,9 bilhões, ou 1,74% do PIB. No primeiro ano do plano de estabilização, as receitas tributárias cresceram 48% reais (julho de 1994 a junho de 1995), enquanto as despesas, incluindo todos os juros, inclusive os pagos ao Bacen, ficaram 40% mais elevadas.

Para o governo fechar suas contas com superávit, é necessário manter a média mensal de pelo menos R$200 milhões de saldo positivo.

As reformas necessárias serão discutidas no Congresso Nacional a partir de agosto. Ao que tudo indica, o objetivo dessas reformas não é fazer nenhuma revolução.

Com relação à área fiscal, o governo pensa em rever procedimentos legais, para poder cobrar os R$60 bilhões de estoque da dívida ativa da União. Essa dívida acumulada é oriunda de tributos federais que ainda estão em julgamento nas delegacias regionais da Receita Federal ou nos conselhos de contribuintes. O atual processo de cobrança é extremamente demorado, e para torná-lo mais ágil é necessária a aprovação de um projeto de lei pelo Congresso.

O governo deverá apresentar também um projeto de emenda constitucional, propondo a fusão de ICMS e IPI e reduzindo o número de contribuições. Estas deverão ser retiradas progressivamente das folhas

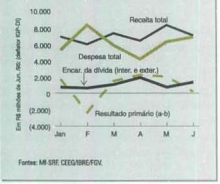
Arrecadação dos impostos e contrib. federais administrados pela SRF

Receitas	Acumulado janeiro a junho		Variação (%)	
	1994	1995	1994-1995	Maio-junho
I. Importação	1.360.128	2.707.943	99,09	21,43
I. Exportação	481	16.246	3.275,97	39,72
IPI – total	6.065.276	7.153.623	17,94	3,37
Fumo	1.051.062	1.241.724	18,14	5,51
Bebidas	545.343	670.578	22,96	-9,38
Automóveis	478.765	347.889	-27,34	7,38
Outros	3.468.802	3.142.371	-9,41	-4,11
Vinculado	521.303	1.751.061	235,90	16,74
I. renda – total	12.067.288	15.015.682	24,43	-32,50
P. física	1.120.567	963.446	-14,02	-27,70
P. jurídica	3.408.683	5.453.199	59,98	-52,36
Entidades financeiras	783.197	714.740	-8,74	-28,58
Demais empresas	2.625.486	4.738.459	80,48	-54,49
IRR fonte	7.538.038	8.599.038	14,08	-15,75
Rendimentos do trabalho	3.871.759	5.140.136	32,76	-12,56
Rendimentos de capital	2.693.264	2.222.379	-17,48	-21,33
Remessas p/ o exterior	526.320	731.520	38,99	-14,65
Outros rendimentos	446.696	505.002	13,05	-21,11
I. s/ operações financeiras	2.851.479	1.324.417	-53,55	12,65
Imposto territorial rural	8.710	43.155	395,49	-91,36
IPMF	2.894.599	171.993	-94,06	190,39
Contrib. p/ seguridade social/Cofins	5.275.470	7.729.855	46,52	6,91
Contribuição p/ PIS/Pasep	3.462.234	3.095.130	-10,60	5,37
Contribuição social s/ l. líquido	2.296.915	3.292.737	43,35	-23,17
Contribuição plano seg. soc. servidores	750.854	1.002.176	33,47	3,87
Contribuição p/ o Fundaf	120.488	161.335	33,90	-14,93
Outras receitas administradas	263.887	123.074	-53,36	25,37
Receita administrada pela SRF	37.417.808	41.837.368	11,81	-12,18
Demais receitas	0	0	- - -	- - -
Total geral das receitas	37.417.808	41.837.368	11,81	-12,18

Fonte: MF-SRF. CEEG/IBRE/FGV.

Obs.: Em R$ mil de junho de 95 (atualizados pelo IGP-DI).

Tesouro Nacional
Execução financeira



Fontes: MF-SRF. CEEG/IBRE/FGV.

de pagamento e incidir sobre as receitas líquidas das empresas.

Outra alteração a ser encaminhada respeita ao imposto de renda da pessoa jurídica, eliminando substancialmente as isenções hoje existentes e identificando quais são as despesas passíveis de dedução do lucro tributável.

Substituindo o fundo social de emergência, será criado o fundo de estabilização, com recursos da privatização e da desvinculação da receita.

Como o governo federal sabe que uma reforma tributária não será aprovada a tempo de equilibrar as contas de 1996 e o fundo social de emergência se extingue em dezembro, o recurso foi criar o fundo de estabilização. As receitas deste fundo serviriam para amortizar parte da dívida pública e cobrir o desequilíbrio do orçamento da União para o ano que vem. Ainda se poderia pensar em realizar alguns investimentos de infra-estrutura.

Lia Alt Pereira
Economista do IBRE/CEEG

Execução financeira do Tesouro Nacional

	1994 Junho	1995 Junho	Var. (%)	1994 Jan.-jun.	1995 Jan.-jun.	Var. (%)
A. Receitas	6.554	8.669	32	36.485	42.718	17
A.1 Recolhimento bruto	6.223	8.502	37	34.720	41.428	19
A.2 Incentivos fiscais (–)	28	131	361	210	409	95
A.3 Receita de operações oficiais de crédito	308	283	-8	1.656	1.641	-1
A.4 Remuneração de disponibilidades	52	15	-72	318	57	-82
B. Despesas	7.818	8.416	8	39.038	43.918	13
B.1 Liberações vinculadas	1.706	2.529	48	10.207	12.751	25
B.1.1 Transferências constitucionais	1.197	1.935	62	7.299	9.602	32
B.1.2 Outras vinculações	509	594	17	2.908	3.150	8
B.2 Liberações ordinárias	6.112	5.887	-4	28.831	31.167	8
B.2.1 Pessoal e encargos sociais	3.368	2.838	-16	16.331	16.470	1
B.2.2 Encargos da dívida	1.453	1.356	-7	5.042	6.410	27
B.2.2.1 s/Dívida interna	979	730	-25	3.719	3.720	0
B.2.2.2 s/Dívida externa	473	625	32	1.323	2.690	103
B.2.3 Outros custeio e investimento	945	1.395	48	5.126	6.542	28
B.2.4 Restos a pagar	9	32	244	569	473	-17
B.2.5 Operações oficiais de crédito	337	267	-21	1.763	1.272	-28
C. Resultado fiscal (A-B)	-1.264	253	-120	-2.553	-1.201	-53

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.
Obs.: Fluxos em R$ milhões de junho de 95 (deflator: IGP-DI).

Privatização

Escelsa abre caminho à venda do setor elétrico

O governo federal finalmente concretizou a privatização da primeira empresa estatal em 1995, após um primeiro semestre cercado de expectativas quanto a essa realização.

No dia 11 de julho foi a leilão, na sede da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, a Espírito Santo Centrais Elétricas — Escelsa, empresa geradora e principal distribuidora de energia elétrica localizada em Vitória-ES. O consórcio Iven, formado pelos bancos Pactual, Icatu, Opportunity, Nacional e Bozzano, Simonsen e a GTD, empresa de capital aberto constituída por 11 potentes fundos de pensão, dentre os quais Petros, Previ, Valia e Eletros, adquiriram o controle acionário da estatal pagando cerca de R$358 milhões, uma quantia 11,8% superior ao preço mínimo fixado pelo Conselho Nacional de Desestatização.

Conforme exigência do governo, na data de liquidação, 17 de julho, 2/3 do montante foi pago em dinheiro, o que significou para os cofres públicos aproximadamente R$239 milhões. O restante foi quitado com a utilização das tradicionais *moedas podres*, cujas principais foram as notas promissórias da Eletrobrás e os títulos securitizados do Lloyd e de outras estatais. O montante arrecadado poderá não ser utilizado totalmente na redução do custo da dívida pública federal, em troca da tranferência de títulos do Tesouro para a Eletrobrás. Isso porque a ex-controladora da Escelsa, a *holding* do setor elétrico, não pertence somente à União (que detém 76% do seu capital) mas também aos acionistas minoritários (24%), cabendo portanto a estes uma parcela da venda da Escelsa, talvez em forma de bonificação extraordinária.

Contudo, dois fatos mereceram destaque nessa transação: em primeiro lugar, foi dado início à privatização envolvendo empresas prestadoras de serviços públicos, o que marca uma nova fase do programa de desestatização. Em segundo lugar, a venda foi realizada com a maior parcela já exigida de pagamento em *cash*, o que deverá ser uma característica na venda das demais empresas de energia.

No leilão foram ofertadas 50% das ações mais uma representativas do capital social da empresa. O consórcio Iven, que já detinha 20% da Escelsa, adquiridos do governo do estado do Espírito San-

Continua após o caderno de índices

to, com as novas aquisições de 27% passou a ser o acionista majoritário, com uma parcela de 47% do capital total da companhia. Os outros principais acionistas são a GTD, que adquiriu 25%; a União, que reteve 16% em seu poder para venda futura; os empregados, aos quais coube a parcela de 7,7% das ações, e o governo do estado, que manteve seus 3,3%.

Os novos proprietários da Escelsa encontraram uma empresa saneada financeiramente e com um caixa de US$75 milhões. Sem endividamento bancário, a Escelsa apresentou em 1994 um lucro líquido de US$32 milhões para um patrimônio de US$717 milhões. Com uma capacidade instalada de 4 mil GWh/hora e um quadro de pessoal de 2.600 funcionários, a companhia contabilizou no ano passado um faturamento de US$273 milhões, obtidos através do atendimento aos seus 632 mil consumidores. O valor médio da tarifa da Escelsa é atualmente o segundo mais baixo do país, US$60 por megawatt/hora, tendo só à frente a da Cemig, que pratica a menor tarifa entre as concessionárias de energia elétrica. Atualmente a empresa compra 49% do seu suprimento de Furnas, 32% de Itaipu e 19% são decorrentes de geração própria. Esse perfil deverá ser mudado a partir da privatização, cujos investimentos favorecerão o item geração própria.

A próxima empresa da lista a seguir o caminho da privatização é a Copene, a central de matérias-primas do Pólo de Camaçari, na Bahia. Seu leilão, marcado para 15 de agosto, representa a retomada das vendas do setor petroquímico, paralizadas há quase um ano, durante o governo Itamar. A parcela do capital votante oferecida à venda pela União, através da Petroquisa, corresponde a 32,76% e o preço mínimo estabelecido foi de R$241,4 milhões, tendo a empresa sido avaliada em R$1,7 bilhão. O CND fixou ainda em 10% a parcela da liquidação a ser feita em dinheiro, sendo o restante em moedas de privatização. A Petroquisa, subsidiária da Petrobrás, permanece com 15,4% das ações da companhia para posterior colocação no mercado. Para a conclusão da venda do setor petroquímico, restam 12 empresas.

RFFSA — Um faturamento anual de R$800 milhões, dívidas de R$2,4 bilhões e um prejuízo em 1994 de R$1,2 bilhão, além de um quadro de 42 mil funcionários. Esse é o retrato da Rede Ferroviária Federal, que não interessa ao setor privado. Por isso ela foi dividida em seis malhas ferroviárias, que deverão ser transferidas à iniciativa privada por concessão ou arrendamento. A questão é: o que fazer com os trechos deficitários da ferrovia? Uma das soluções em estudo é licitar apenas as linhas rentáveis, como, por exemplo, as do Sudeste SR-2 (Belo-Horizonte—Rio de Janeiro) e SR-3 (Juiz de Fora—São Paulo). Com os recursos obtidos o governo investiria nos ramais deficitários, porém necessários por serem de interesse social. Uma outra alternativa seria a transferência de alguns trechos para os governos estaduais. A avaliação das malhas está sendo feita pelas empresas de consultoria contratadas pelo BNDES. O edital deverá ser publicado no começo de setembro. A previsão do governo é que a empresa comece a ser transferida ao setor privado no mês de dezembro. O patrimônio da rede é estimado em R$17 bilhões.

CVRD — O edital de concorrência internacional para a contratação de consultores que definirão o preço, bem como a modelagem de venda de todo o sistema Vale do Rio Doce, estava praticamente pronto na primeira quinzena de agosto. A partir de sua divulgação, as consultorias terão entre 60 e 70 dias para apresentarem suas propostas. Na concorrência serão escolhidas duas empresas, que irão fazer as avaliações financeiras da estatal. Nessas duas avaliações, que para efeito de comparação não poderão ter diferenças superiores a 20%, o mais difícil será mensurar o valor das reservas minerais. Estas constituem um item de grande representatividade na determinação do preço de uma empresa de mineração.

Fernando Galvão de Almeida
IBRE/CEEG

Setor Externo

Déficit de US$15 bilhões

O déficit em transações correntes deverá ficar entre US$15-18 bilhões, segundo estimativa extra-oficial do Bacen, correspondendo a 3% do PIB.

A balança comercial brasileira encerrou o mês de junho com um déficit de US$775 milhões, com exportações de US$4,1 bilhões e importações de US$4,9 bilhões, elevando o déficit acumulado no primeiro semestre do ano para US$4,3 bilhões. No mês de junho, as importações apresentaram um crescimento de 95,9% sobre junho de 1994, enquanto o aumento das exportações foi de apenas 10,5%. No primeiro semestre do ano, tanto o valor importado quanto o exportado cresceram em relação aos valores observados em 1994.

O comportamento das exportações vem sendo favorecido pela elevação dos preços internacionais do café, da celulose, do alumínio e do suco de laranja, tornando o comércio exterior bastante vulnerável às oscilações de preços. No primeiro semestre, as exportações tiveram um crescimento absoluto de US$1,35 bilhão, sendo que 92% do crescimento é representado por esses produtos. As vendas externas do complexo soja somaram US$1,8 bilhão, uma queda de 19% em relação ao primeiro semestre de 1994, e viram sua participação na pauta de exportação cair de 11% para 8%.

Os produtos semimanufaturados foram os que tiveram melhor desempenho, seguidos de produtos básicos. As exportações de produtos manufaturados se mantiveram praticamente no mesmo nível de 1994. Destacam-se as quedas verificadas nas vendas de fio-máquina (54,2%), de chassis com motor (35,9%), calçados (11,2%) e laminados planos (9%). Os maiores aumentos ocorreram nas vendas externas de suco de laranja, papel de imprensa, café solúvel e açúcar refinado. O aumento do valor exportado desses produtos é atribuído mais a uma alta dos preços que a um aumento da quantidade exportada, em alguns casos chegando mesmo a ocorrer queda no volume exportado (suco de laranja e café solúvel).

Quanto ao destino das exportações, em termos de bloco econômico, as vendas para o Mercosul apresentam a maior taxa de crescimento (14%), seguidas das expor-

Exportações brasileiras
Principais mercados de destino
Janeiro a junho – valores percentuais

Mercados	Part. 95	Var. 95/94
Aladi	22,73	8,18
Mercosul	14,48	14,00
Dem Aladi	8,25	-0,72
EUA	19,69	1,88
UE	27,46	5,10
Ásia	15,96	10,81
Oriente médio	2,35	-0,37
África	2,98	11,15
Demais	8,83	13,17
Total	100,00	6,71

Fonte: Balança Comercial – DTIC.

tações para o bloco asiático (11%), tendo as vendas para o Japão apresentado um resultado excepcional (35%). O dinamismo das exportações para o Japão não é atribuído a uma diversificação das vendas para o mercado japonês, e sim ao fato de café, alumínio e celulose, representarem 40% da pauta de exportação. As vendas para os EUA, principal parceiro comercial, permaneceram estagnadas.

Do lado das importações verificou-se, no semestre, um aumento generalizado em toda a pauta. No mês de junho, automóveis e combustíveis foram os que mais contribuíram para esse aumento, responsáveis por 25% da pauta de importações.

O crédito externo tem sido um dos fatores a impulsionar as importações brasileiras, pois sobre os financiamentos às importações incidem taxas de juros internacionais bem inferiores às praticadas no mercado interno. As condições financeiras favoráveis aliadas a uma taxa de câmbio propícia às importações representam um ganho líquido ao setor importador.

A política cambial vem mantendo a banda no intervalo R$0,91-R$0,99. O Banco Central vem praticando uma política de desvalorizações cambiais erráticas. O comportamento da taxa real de câmbio, calculada com base na evolução do real em relação ao dólar, e da taxa efetiva real, calculada em vista de uma cesta de sete moedas da OCDE, aponta para uma valorização da moeda acumulada no período pós-real de 11,6% e de 6,04%, respectivamente. Verificou-se, em 1995, uma desvalorização real de 8% em relação ao dólar e de 14% em relação à cesta de moedas. A taxa efetiva real, tomando como referência uma cesta das três moedas do Mercosul, indica uma valorização do real de 6,3% e de 8,2% ante o peso argentino. Em 1995, ocorreu uma desvalorização real de 10,4% em relação às moedas do Mercosul e de 9,4% quanto ao peso argentino, contribuindo para diminuir a sobrevalorização verificada nos primeiros meses após a implantação do real.

O Brasil, que vem apresentando déficits comerciais contínuos desde outubro de 94, começou a utilizar o sistema de bandas cambiais em março de 95, promovendo uma desvalorização do real, e elevou a alíquota do imposto de importação para veículos e eletroeletrônicos para uma faixa entre 62% e 70%. Em abril, com a aprovação dos países membros do Mercosul, a lista brasileira de exceções foi aumentada em aproximadamente 150 produtos, com aplicações previstas até abril de 1996. São duas listas, ambas flexíveis: a primeira é passível de alterações trimestrais tanto de conteúdo como de alíquotas; a segunda, passível de mudanças apenas dos impostos. O objetivo era o controle da

Exportações brasileiras
Principais produtos por fator agregado – janeiro a junho – (%)

Produtos	Part. 95	Variação 95/94
Básicos	24,51	7,35
Minério de ferro	5,63	12,53
Café	5,06	96,61
Farelo de soja	4,05	-9,16
Soja mesmo triturada	2,34	-45,14
Carne de frango	1,38	0,48
Semimanufaturados	17,73	25,86
Pasta química de madeira	3,09	95,90
Semiman. de ferro ou aço	2,83	12,12
Alumínio em bruto	2,50	13,90
Óleo de soja	2,03	21,03
Couros e peles	1,26	8,04
Manufaturados	55,68	0,45
Calçados	3,53	-11,24
Partes e peças p/veículos	2,76	13,06
Lamin. planos de ferro ou aço	2,42	-9,00
Suco de laranja	2,35	20,37
Motores de pistão	2,15	10,23
Bombas e compressores	1,63	22,90
Veículos de carga	1,19	-10,72
Aparelhos transm. e recept.	1,07	-2,12
Veículos automóveis	1,01	-7,60
Pneumáticos	1,01	1,78
Operações especiais	2,08	52,46
Total	100,00	6,71

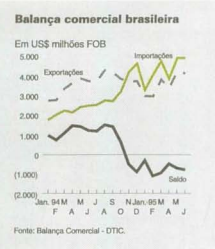
Fonte: Balança Comercial – DTIC.

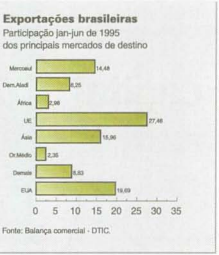
Errata referente ao artigo do setor externo da *Conjuntura Econômica* jul. 95, pág. 25.

Brasil – componentes do índice real de câmbio – R$/US$

Ano	Mês	Índice de câmbio (1)	%	IPA-DI (2)		IPA-DI (3)		Índice de paridade (4)		Índice câmbio real (5)	
				Brasil	%	EUA	%	(2)/(3)	%	(1)/(4)	%
1995 –	Jan.	90,78	–	111,89	–	101,25	–	110,50	–	82,15	–
	Fev.	90,14	-0,71	112,54	0,58	101,45	0,19	110,93	0,39	81,26	-1,09
	Mar.	95,28	5,71	113,75	1,08	101,64	0,19	111,91	0,89	85,14	4,78
	Abr.	97,32	2,14	116,02	1,99	101,84	0,19	113,92	1,79	85,43	0,34
	Maio	96,14	-1,21	115,17	-0,73	102,04	0,19	112,87	-0,92	85,18	-0,29

Fonte: Bacen, IFS e FGV.
Informações disponíveis até 31.5.95.





inflação, ampliando a oferta de bens importados.

As medidas cambiais e de restrições às importações não surtiram efeito. A demanda interna continuou aquecida, e a moeda se manteve sobrevalorizada, com impacto direto nas importações, que permaneceram crescendo, fazendo com que o déficit comercial se mantivesse desde outubro de 94 e atingisse, no primeiro semestre de 1995, um valor de US$4,3 bilhões. A política brasileira de importações pretende agora reverter o quadro. A saída encontrada foi restringir ainda mais as importações, principalmente de veículos. Para isso, no mês de junho, foi editada uma medida provisória criando o regime automotriz, com incentivos ao setor e cotas de importação.

Os sucessivos déficits comerciais levaram o governo a rever suas projeções de superávit comercial para o ano de 1995. Para a balança comercial brasileira terminar o ano em equilíbrio, teria que apresentar saldos mensais de US$700 milhões, no segundo semestre. As apurações preliminares de julho apontam para um déficit entre US$200-300 milhões. Acredita-se que os fatores que contribuíram para elevar as importações deixarão de ter efeito a partir de julho. A expectativa é de que as importações de automóveis cairão drasticamente, tendo em vista um mercado consumidor retraído e as montadoras com excesso de estoque. O desaquecimento do consumo interno é outro fator que deverá contribuir para uma redução global das importações. A previsão em relação às exportações é favorável, graças ao desaquecimento da demanda interna, cujas medidas de contenção só começaram a surtir efeito em junho. Há também previsão de um aumento das vendas de soja, devido à recuperação dos preços no mercado internacional.

O déficit em transações correntes deverá ficar entre US$15-18 bilhões, segundo estimativa extra-oficial do Bacen, correspondendo a 3% do PIB este ano, o que significa um crescimento de 935% em relação ao déficit de US$1,451 bilhão registrado em 1994. O déficit deverá ser financiado pela entrada de capitais externos no país, não havendo necessidade de recorrer às reservas internacionais.

Foi a balança comercial que fez o déficit em transações correntes crescer tanto em relação ao ano passado. Em 1994, a balança comercial apresentou um superávit de US$10,4 bilhões. As reservas internacionais registraram, em junho, uma queda de US$200 milhões, chegando a US$ 31,5 bilhões, o equivalente a pouco mais de oito meses de importação, enquanto em julho de 94 equivaliam a 17,7 meses de importação. O nível de reservas vem caindo desde dezembro de 1994, quando eclodiu a crise cambial mexicana e os capitais especulativos deixaram a América Latina. Desde o início do Plano Real, as reservas já caíram 22%, perdendo US$8,825 bilhões em 12 meses. Verificou-se, em julho, uma entrada maciça de capitais externos que, segundo expectativas das autoridades do Banco Central, deverá elevar as reservas para o nível de dezembro de 94, ou seja, US$36 bilhões.

Uma reversão no quadro das contas externas será benéfica para o país, pois terá como conseqüência uma pressão menor do setor exportador para desvalorizar o câmbio, um menor impacto do câmbio sobre a inflação e espaço para redução dos juros.

ISABEL PARENTE DE MELLO
Economista da FGV

SCIENCE AND TECHNOLOGY IN BRAZIL

A NEW POLICY FOR A GLOBAL WORLD, *coordenado por Simon Schwartzman, sintetiza os resultados de um estudo sobre política de ciência e tecnologia, realizado pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV)para o Ministério da Ciência e Tecnologia, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Tecnológico.*



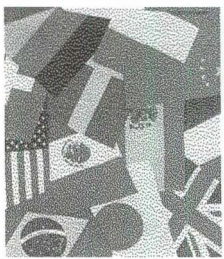
Schwartzman, Simon (coord.)
IX + 284 p. R$ 28.00

O livro aborda a questão da C&T sob diversos ângulos - a necessidade de uma nova política brasileira de C&T, tendo em vista a globalização; a C&T na nova ordem mundial; a política norte-americana de ciência e tecnologia; o desempenho, a especialização e a integração internacional da ciência no Brasil - e contém dados comparativos interessantes acerca do Brasil e dos demais países latino-americanos e de Israel.

PUBLICADO EM INGLÊS

FGV EDITORA
Praia de Botafogo, 190
6º andar - 22253-900
Rio de Janeiro/RJ
Fone: (021) 551-0698
Telex (021) 36811
Fax (021) 551-0948

Em busca do capital estrangeiro



O forte ingresso de recursos financeiros permitiu ao país recompor o nível de reservas e promover alguma redução nas taxas de juros.

UMA importante transformação que a economia mundial experimentou no pós-guerra foi o surgimento de um mercado financeiro com dimensões internacionais. A América Latina tornou-se um importante foco atrator de investimentos e passou a apresentar fantásticas taxas de crescimento. O mercado de ações, contudo, nunca chegou a adquirir a importância mostrada, por exemplo, pelas bolsas de Londres ou Nova York como fonte de captação de recursos para as empresas, tendo muito mais o caráter de uma aplicação especulativa que gerasse ganhos imediatos.

Os financiamentos assumiam basicamente a forma de empréstimos externos avalizados pela União.

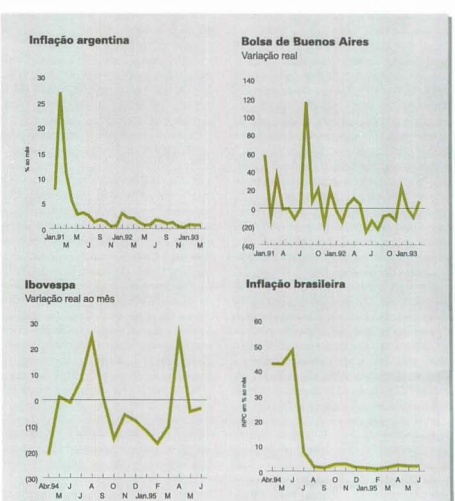
Com a crise de liquidez internacional que se seguiu ao segundo choque do petróleo, e que culminou na moratória do México, encerrou-se o acesso a esta fonte de financiamento.

Como demoraram a se ajustar ao novo cenário internacional, os países da América Latina, em sua quase totalidade, passaram a conviver com níveis de inflação estratosféricos que retraíram os investimentos, e gerando a estagnação da economia. Logicamente, dentro destas condições, o mercado acionário teve um desenvolvimento irrisório, não conseguindo jamais cumprir o importante papel de fomentar a poupança nacional e atrair poupanças externas.

No final da década de 80 começaram a surgir sinais de maturidade, tendo sido promovidos ajustes bem-sucedidos no Chile, México e Argentina.

Estes países conseguiram razoável controle sobre a inflação e voltaram a atrair o capital estrangeiro. As bolsas receberam um alento adicional em função das privatizações, que fizeram parte de todos estes programas. Entre janeiro de 90 e outubros de 94, as bolsas mexicana e chilena apresentaram uma variação real de 200% e 500%, respectivamente. Contudo, a recente crise mexicana evidenciou toda a complexidade do processo e a necessidade de monitoramento constante.

Dos países citados, aquele que possui maiores similaridade sócio-política com o Brasil é a Argentina. Neste país, o último plano de estabilização, conhecido como Plano Cavallo, implantado em abril de 1991, também foi conduzido dentro de um ambiente democrático, ao contrário do que ocorreu no Mé-



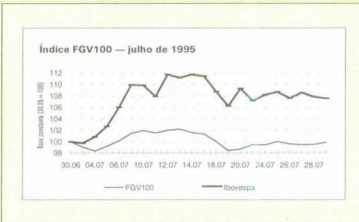


xico e no Chile. Ainda que no Brasil a economia não tenha sido dolarizada, a âncora cambial, a exemplo do que ocorreu na Argentina, foi o mais importante inibidor dos reajustes de preços. Por estes motivos, seria interessante comparar o que ocorreu com a Bolsa brasileira após um ano de Plano Real, com o que aconteceu na Argentina. Os gráficos que acompanham este artigo sintetizam este desempenho.

Como se pode observar, a bolsa de Bueno Aires acumulou ganho real, deflacionados pelo Índice de Preços ao Consumidor, superior a 100% após o primeiro ano de estabilização, enquanto no Brasil as perdas reais, utilizando como deflator o INPC, superam 20%.

Tanto na Argentina, quanto no Brasil, a estabilidade foi acompanhada de crescimento do PIB e de crescimento na taxa de investimento como proporção do PIB. A diferença no comportamento do mercado de ações está ligada basicamente a três fatores:

1. Na metade do Plano Real, assumiu um novo governo. Ainda que a continuidade de plano tenha sido garantida, a transição gerou um clima de instabilidade e os agentes adotaram uma postura defensiva, afastando-se do mercado de ações até que tivessem uma posição mais clara a respeito da diretrizes do novo governo.
2. A crise do México intensificou o movimento de queda das bolsas brasileiras ao afastar ainda mais os investidores estrangeiros, já receosos diante das dificuldades do governo de concretizar sua base de apoio.
3. Após a crise mexicana os juros reais no Brasil tornaram-se um dos maiores do mundo, aumentando os ganhos



Desempenho do índice FGV100

No mês	-0,10%
No ano	-12,04%
Em 12 meses	35,23%

Data	Fechamento		Máximo		Mínimo	
	Pontos	Variação	Pontos	Variação	Pontos	Variação
03.07	53.452	-0,95	54.005	0,07	53.427	-1,00
04.07	53.080	-0,70	53.470	0,03	52.974	-0,89
05.07	53.523	0,83	53.541	0,87	53.086	0,01
06.07	54.037	0,96	54.037	0,96	53.516	-0,01
07.07	54.748	1,32	54.803	1,42	54.039	0,00
10.07	55.025	0,51	55.079	0,60	54.740	-0,01
11.07	54.804	-0,40	55.124	0,18	54.700	-0,59
12.07	55.049	0,45	55.054	0,46	54.742	-0,11
13.07	55.171	0,22	55.182	0,24	54.983	-0,12
14.07	54.824	-0,63	55.385	0,39	54.770	-0,73
17.07	54.700	-0,23	54.941	0,21	54.646	-0,32
18.07	53.999	-1,28	54.715	0,03	53.832	-1,59
19.07	53.118	-1,63	54.015	0,03	53.118	-1,63
20.07	53.265	0,28	53.294	0,33	52.870	-0,47
21.07	53.694	0,81	54.004	1,39	53.231	-0,06
24.07	53.662	-0,06	54.130	0,81	53.508	-0,35
25.07	53.985	0,60	54.044	0,71	53.683	0,04
26.07	53.762	-0,41	54.032	0,09	53.723	-0,49
27.07	53.677	-0,16	53.860	0,18	53.612	-0,28
28.07	53.712	0,07	53.888	0,39	53.614	-0,12
31.07	53.913	0,37	54.000	0,54	53.666	-0,09

Metodologia e cálculo: Fundação Getulio Vargas — IBRE / CEP — FGV100.
Fonte dos dados: Agência Estado / Broadcast.
O índice FGV100, calculado pela FGV, é composto de 100 ações de empresas privadas nacionais não-financeiras. É divulgado diariamente nos jornais: *O Estado de S.Paulo*, *Gazeta Mercantil* e *Jornal do Commercio*. Série disponível através do serviço de banco de dados ARIES ON-LINE, telefones: (021) 551-9099 e (021) 536-9346

Luiz Antonio Amaral Souto

hos com títulos de renda fixa e, portanto, diminuindo o interesse pelo mercado de ações.

Como se pode também observar, no segundo ano do plano as ações argentinas não conseguiram repetir o desempenho do primeiro ano, ainda que o PIB continuasse a crescer a uma taxa superior a 7%.

No segundo ano do Plano Real, as perspectivas para as bolsas são mais animadoras. O forte ingresso de recursos financeiros permitiu ao país recompor o nível de reservas e promover um alguma redução nas taxas de juros. Além do mais, já ficou claro que este ano não haverá nenhuma mudança significativa no sistema tributário. Assim, a privatização é a única saída para o governo garantir o equilíbrio das contas em 1996 — e as bolsas serão as principais beneficiadas por este processo.

ELIANE PENHA DA SILVA
Economista da GW Consultoria

Mercado de ações: índices de fechamento e volumes de negócios
Em US$ milhões

Período		Bolsas de Valores do Rio de Janeiro e de São Paulo				
		Índice		Volume negociado		
		IBV	Bovespa	Total	À vista	Opções
1994	Abr.	6.499,8	17.084	5.360,0	3.881,8	934,1
	Maio	9.499,5	24.672	4.876,9	3.810,1	862,3
	Jun.	13.133	36.231	6.291,9	4.331,3	1.960,6
	Jul.	15.236	42.013	4.730,4	4.036,3	694,1
	Ago.	19.355	53.294	12.932,6	10.318,8	2.634,6
	Set.	20.266	54.840	11.999,2	8.775,5	3.291,3
	Out.	18.218	47.979	12.273,4	9.917,2	2.313,2
	Nov.	17.453	46.560	7.523,8	5.797,8	1.710,7
	Dez.	16.466	43.539	13.566,4	10.943,7	2.545,3
	Total			101.331,1	78.218,5	20.844,3
1995	Jan.	15.009	38.850	7.489,9	5.179,9	2.242,8
	Fev.	12.703	32.708	6.935,7	5.356,3	1.418,9
	Mar.	11.727	29.789	5.494,4	4.207,1	1.253,9
	Abr.	14.665	38.137	6.002,4	4.584,7	1.163,2
	Maio	14.657	37.205	6.577,9	5.661,2	874,0
	Jun.	14.327	36.033	7.666,0	6.398,4	1.240,2
	Jul.	15.057	38.774	5.869,5	5.060,9	1.224,2

Mercado de renda fixa

A nova indústria de fundos

Mudanças na legislação ampliam a flexibilidade da composição de carteiras dos fundos de investimento e buscam estimular o alongamento dos prazos de aplicações financeiras.



EM julho, o Banco Central promoveu importantes alterações na regulamentação dos fundos de investimento no Brasil. Até o final do ano estarão extintos os fundos de renda fixa, de aplicação financeira (FAF) e os fundos *commodities*. Em seu lugar foram criados os fundos de investimento financeiro (FIF) nas modalidades carteira livre e curto prazo, e os fundos de aplicação em quotas de fundos-investimento (FAQ). Os fundos que serão substituídos estarão funcionando normalmente até 1 de outubro de 95, quando deixarão de poder emitir e colocar quotas, deixando de existir até 29 de dezembro de 95. As duas novas modalidades de fundos poderão operar normalmente já a partir de 1º de agosto do corrente ano.

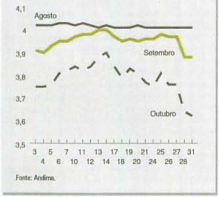
Mais do que qualquer outro tipo de aplicação financeira, os fundos desempenham, no mercado financeiro, as tradicionais funções de transformação de prazos, de conversão de pequenos capitais em grandes montantes e de redução de riscos, mediante a diversificação de ativos. Desse modo, qualquer medida que venha a estimular o desenvolvimento dessa indústria deve ser bem considerada. Entretanto, as medidas adotadas sinalizam para duas direções antagônicas, e portanto são inconsistentes.

A primeira delas reflete uma mudança de postura bastante positiva por parte das autoridades monetárias, e consiste na eliminação das exigências de aplicações compulsórias na composição das carteiras dos fundos. Essa liberalização representa um avanço no processo de desregulamentação financeira, pondo fim a uma injustificável segmentação de mercado. Com a permissão para atuar livremente nas mais diversas modalidades de aplicações financeiras, inclusive derivativos, os administradores dos fundos dei-

Juros no mercado futuro

DI - *over* - taxas efetivas

Projetadas em %



Fonte: Andima.

xam de ser compradores compulsórios de títulos do governo e passam a poder gerir as carteiras sob critérios estritos de eficiência econômica. Sob as regras anteriores, eles eram obrigados a adquirir uma parcela predeterminada de títulos públicos. Por este motivo, ao final de junho os fundos de investimento carregavam em carteira R$11,7 bilhões em títulos públicos, equivalentes a 17% do total da dívida pública fora do Banco Central.

A outra medida adotada tem um enfoque totalmente contraditório em relação à primeira, e consiste na exigência de recolhimento compulsório diferenciado por prazos de aplicação, sobre os diferentes fundos. Esses recolhimentos deverão ser efetuados sem remuneração, numa escala decrescente, à medida que aumenta o prazo da aplicação. No caso do FIF curto prazo, por exemplo (o substituto do FAF é o único a permitir a remuneração num prazo inferior a 30 dias e a liquidez diária), o recolhimento alcança 35% do patrimônio líquido do fundo.

A conseqüência imediata é que esses fundos terão sua rentabilidade sensivelmente reduzida, à exceção daqueles com prazo de resgate superior a 90 dias, que estarão isentos do compulsório. Nesse caso, parte dos recursos hoje alocados nos fundos de investimentos (em 31 de julho o patrimônio da indústria de fundos montava a cerca de R$57 bilhões) poderão migrar para outros ativos como os CDB e a caderneta de poupança. Apesar de ser um tipo de investimento que beneficia o pequeno aplicador, com essas novas características os fundos poderão ter modificado o perfil dos seus investidores, uma vez que os ganhos reais dependerão demasiadamente do nível de risco de cada carteira.

Saldos das principais aplicações

R$ milhões

Aplicação	Captação líquida			Pat. líq.
	Maio	Junho	Julho	Em 30.7.95
CDB/RDB	-2.276	48	803	75.258
Poupança	1.401	819	54	57.365
Commodities	-505	-928	196	22.072
Renda fixa	-118	-240	145	13.673
Renda fixa – curto prazo	49	199	395	11.159
Aplicação financeira	-457	-156	-28	3.649
Renda fixa – capital estrangeiro	41	-3	77	3.478
Carteira livre	-10	-42	22	1.751
Fundo de ações	0	-16	-27	1.142
Investimento – capital estrangeiro	-15	-30	-29	305
Total	-1.890	-349	1.608	189.852

Fonte: Andima.

Taxas de juros efetivas

Brutas em % ao mês

	Maio	Junho	Julho
Títulos públicos federais	4,24	4,04	4,02
Hot money	5,21	4,71	4,62
Taxa de redesconto	5,20	4,94	4,93
DI-over	4,28	4,06	4,01
Poupança*	3,76	3,40	3,51
CDB-pré**	3,91	3,56	3,78
Commodities	4,08	3,78	3,76
TR	3,25	2,89	2,99
TJLP (% a.a.)	23,65	24,73	24,73
IGP-M	0,58	2,46	1,82

Fontes: Andima e *Conjuntura Econômica*.

*Rendimento do primeiro dia do mês seguinte.

**Taxas líquidas do primeiro dia do mês.

Estimativa preliminar.

Os aspectos negativos dessa medida são diversos. Em primeiro lugar, pelo elevado grau de discricionarismo que a acompanha, sistematicamente praticado pelo Banco Central, que acredita poder direcionar os fluxos financeiros independente das preferências, necessidades e expectativas dos investidores no mercado financeiro. Essas novas exigências de recolhimento compulsório, que discriminam as aplicações de curto prazo em favor das aplicações de longo prazo, são inteiramente inócuas em relação aos objetivos propostos. Primeiro, porque o alongamento de aplicações financeiras somente ocorrerá de fato quando o país conseguir eliminar de forma permanente a inflação. Em contrapartida, não será um eventual movimento isolado de alongamento de aplicações financeiras que fará cair a inflação, ainda que possa ajudar.

Um outro aspecto negativo dessa medida é a tentativa de interferir de forma artificial na estrutura a termo de taxas de juros, como se por algum determinismo histórico as taxas das aplicações mais longas devessem ser necessariamente mais altas que as aplicações de curto prazo. Na realidade, o processo de formação de juros, ao levar em conta a disponibilidade e a demanda de fundos nos diferentes prazos, determina se as taxas de juros de longo prazo serão mais altas ou mais baixas do que as de curto prazo. Assim, é perfeitamente possível ocorrer uma estrutura a termo de taxas de juros ascendente ou descendente, e a introdução de medidas artificiais contribuem apenas para distorcer o processo de formação de taxas de juros no país.

Aloísio Campelo Jr.
Marcos Fernandes Machado

ECONOMIA

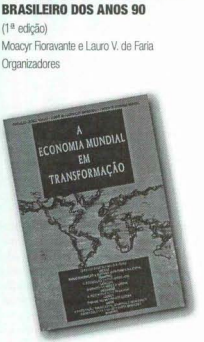
ENSAIOS ANALÍTICOS
(1ª edição)
Mario Henrique Simonsen

TEORIA MICROECONÔMICA
Vol. I (11ª edição)
TEORIA MICROECONÔMICA
Vol. II (3ª edição)
Mario Henrique Simonsen

BRASIL: O DESAFIO DA ABERTURA ECONÔMICA
(1ª edição)
Comitê de Cooperação Empresarial

OS NOVOS BLOCOS ECONÔMICOS
(1ª edição)
Comitê de Cooperação Empresarial

A ÚLTIMA DÉCADA – ENSAIOS DA FGV SOBRE O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO DOS ANOS 90
(1ª edição)
Moacyr Fioravante e Lauro V. de Faria
Organizadores



A ECONOMIA MUNDIAL EM TRANSFORMAÇÃO
(2ª edição)
Comitê de Cooperação Empresarial

Pedidos à Editora da FGV
Praia de Botafogo, 190 – 6º andar
22253-900 – Rio de Janeiro – RJ
Tel: (021) 551-0698 e 536-9196
Fax: (021) 551-0948 e 551-1596

Juros – queda lenta e gradual

Como previsto nos mercados futuros, as taxas de juros continuam a apresentar uma tendência levemente declinante nos últimos meses. Em julho, as taxas nominais foram aproximadamente semelhantes às que vigoraram no mês anterior. Isso significou um ligeiro aumento dos juros reais, caso fossem cotejados com o IGP-M, de 1,82% em julho. Ao contrário, em comparação com uma média do IGP-M, INPC-IBGE e IPC-Fipe, os juros reais estiveram em queda em julho, porque a inflação média desses três índices subiu de 2,4% em junho para 2,7% nesse mês. O mês de agosto se iniciou com o BC sinalizando uma taxa de 3,9% para os títulos públicos, inferior aos 4,02% pagos em julho.

Para os próximos meses, a tendência de queda dos juros é sinalizada nos mercados futuros de DI-over. Em julho, esses mercados estimavam uma taxa efetiva em torno de 3,6% para outubro, evolução compatível com as expectativas favoráveis em relação ao comportamento dos preços nos próximos meses, prevendo-se a estabilização da inflação no atual patamar, caso a crise do Banco Econômico e outras instituições financeiras seja contornada sem grandes traumas.

Em julho, um diferencial favorável entre evolução dos juros internos e desvalorização cambial atraiu grande volume de capitais estrangeiros para os mercados de renda fixa. As reservas internacionais ampliaram-se de cerca de US$8 bilhões, segundo informações preliminares, recompondo-se aos níveis do final do ano passado (entre US$39 e US$40 bilhões). Por outro lado, a queda das importações de automóveis e petróleo (devido ao fim da greve dos petroleiros) começa a surtir efeito sobre a balança comercial, reforçando esse resultado.

Diante dessas circunstâncias, torna-se mais provável a manutenção da tendência de queda dos juros reais. Até porque a forte entrada de recursos externos tem pressionado acentuadamente a base monetária, podendo gerar impactos inflacionários mais adiante.

Os fundos e os compulsórios: sai o FAF, entra o FIF

As mudanças no perfil da indústria de fundos vieram acompanhadas de novas imposições de recolhimentos compulsórios ao BC, como forma de forçar o alongamento dos prazos e gerar economias ao setor público, já que esses depósitos não serão remunerados.

Os novos fundos começaram a funcionar a partir de 1º de agosto. Suas características, conforme regulamentados pela Circular 2.594 do BC, são as seguintes:

FIF — Fundo de investimento financeiro (também chamado de carteira livre) — Prazo de resgate mínimo de 30 dias, antes dos quais nenhuma remuneração será creditada. Substituirá (em perfil) os fundos de renda fixa e *commodities*. Não há qualquer tipo de exigência quanto à destinação de suas aplicações, mas há restrições concernentes ao grau de concentração em alguns ativos. Os riscos embutidos pela maior liberdade de escolha (um fundo pode, por exemplo, aplicar 100% do seu patrimônio em CDB de uma mesma instituição financeira) serão compensados pela obrigação de prestar informações detalhadas aos cotistas, relativamente ao perfil do fundo e seus principais ativos. As alíquotas de recolhimento compulsório (estabelecidas na Circular 2.596) dependerão do prazo de resgate: para aplicações com prazos entre 30 e 59 dias, os fundos recolherão 10% de seu patrimônio líquido; sobre aplicações que permanecerem em prazo entre 60 a 89 dias, 5%; e as aplicações com prazo superior a 90 dias estarão isentas.

FIF-curto prazo — Substituirá o *fundão* (FAF), com rentabilidade ainda menor. Não deixa de ser uma opção para os recursos de caixa de grandes empresas ou para remunerar algum dinheiro por prazos inferiores a 30 dias. O recolhimento compulsório será de 35% do PL (Circular 2.595).

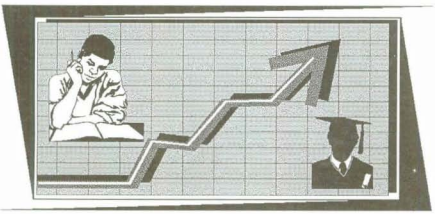
FAQ — Fundo de investimento em quotas — Cria a possibilidade dos bancos de atacado oferecerem furtivos a seus clientes. Seus recursos serão destinados exclusivamente à aquisição de quotas de FIF e do fundo de investimento no exterior.

FIF — Div. estadual e/ou municipal — Fundos dos quais só poderão participar estados, municípios, autarquias, fundações e estatais de caráter estadual ou municipal. Suas aplicações também somente poderão ser realizadas em títulos estaduais e municipais. Para esses fundos será permitido o resgate diário.

Aldísio Campelo Jr.
Marcos Fernandes Machado

Uma tragédia brasileira

O Brasil vai entrando no século da produção planetária e da inteligência cultivada com 20% de analfabetos.



O panorama educacional brasileiro neste segundo semestre do ano letivo não é muito diferente dos anteriores: continuamos sem salas de aula e professores, vale dizer, sem ensino básico para cerca de 6 milhões de indivíduos em idade escolar. Essas cifras dramáticas, que equivalem ao dobro da população do Uruguai, fluem dos mais recentes levantamentos estatísticos oficiais sobre a educação brasileira, que informam a existência de uma população na faixa de 5 a 16 anos em torno de 40 milhões de crianças e adolescentes e o registro de apenas 34 milhões de matrículas no ensino primário e no pré-escolar.

É fácil perceber que na área da educação fundamental vamos regredindo. De fato, no início dos anos 90, uma previsão oficial estimou em 5 milhões o número de crianças que permaneciam longe dos bancos escolares. Agora esse número ganha um novo contingente de 1 milhão de indivíduos fora das escolas. Mas esse cenário ainda se torna mais nebuloso quando se sabe que, dos 30,5 milhões de alunos matriculados no início do curso primário, apenas 13,4 milhões chegam à oitava série. Ou seja, um fantástico contingente de 17,1 milhões de crianças abandona a escola primária ao longo dos anos. Mais do que toda a população da Austrália. O que também é lamentável: dos 30,5 milhões de crianças matriculadas, só 3,6 milhões alcançam a primeira série da universidade.

Outro número espantoso mostra o que talvez seja um fato inédito no sistema educacional brasileiro: a queda da matrícula na área da alfabetização de adultos: de 1,7 milhão de inscritos nesses programas, baixamos para 1,5 milhão. Para um país como o Brasil, que tem um contingente de analfabetos de 32,7 milhões de pessoas de cinco anos ou mais, perdendo apenas para a Bolívia, é de estarrecer que os programas de alfabetização regridam de forma tão notória.

Também caem os recursos

A subestimação do processo educacional brasileiro também pode ser observada do ponto de vista dos recursos oficiais empregados no setor ao longo dos anos 80 e início dos anos 90. De fato, a análise da execução orçamentária dos estados brasileiros, tomados em seu conjunto, revela o desprezo pelo ensino fundamental, que é, aliás, um encargo tipicamente das unidades da federação. E o que é provavelmente bem mais grave, essa redução orcamentária contrasta com o tratamento de outros setores obviamente menos carentes de recursos.

Vejamos. Enquanto as despesas com o Poder Legislativo nos estados brasileiros exibiam uma taxa média de crescimento da ordem de 8,08% entre 1983 e 1982, as rubricas referentes à educação avançavam apenas 3,1%. Já no Poder Judiciário, a mesma taxa de crescimento chegava aos 13,02%, o que contrastava brutalmente com a parte da educação em nosso latifúndio orçamentário.

Quando consideramos isoladamente um dos estados brasileiros que mais alardearam sua preocupação com o sistema educacional, o Estado do Rio, por exemplo, a surpresa não deixa de ser grande. Aqui, os fatos extraídos dos balanços orçamentários mostram que a educação, que em 1983 participava com 17,69% do bolo orçamentário, chegou em 1992 com a magra fatia de 11,31%. Ou seja, nesse estado, onde se proclamava que a educação era prioritária, a fatia da despesa efetivamente realizada emagreceu 36,1% ao longo do período 1983-1992. Como se diz em bom espanhol: *amores son obras y no buenas palabras...*

É preciso considerar também que nesse conjunto de despesas supostamente dirigidas exclusivamente ao sistema educativo se incluem gastos esdrúxulos, como o pagamento dos aposentados, recursos para merendas, transporte de alunos, construção de piscinas, a maioria inacabada, que consumiu recursos fantásticos num estado notoriamente pobre de verbas para a educação etc.

Recentemente, o Tribunal de Contas de São Paulo apontou a magnitude de algumas dessas verbas. Quase US$400 milhões foram destinados ao pagamento dos aposentados. Ou seja, 5,3% do total da despesa paulista com a educação... Esse fato levou o Tribunal de Contas do estado a definir o que é e o que não é gasto em educação. Agora, em São Paulo, dinheiro para aposentado não é dinheiro para a educação.

Quando pesquisamos a participação do item educação no produto interno bruto brasileiro, a resposta também não foi

Instrução e força de trabalho
Perfis de escolaridade – 1980-1991

	1980	1991
	Milhões	
Sem nenhuma instrução	8,0	9,0
Primário incompleto	6,0	7,0
Primário completo	6,0	7,2
Ginásio incompleto	1,8	3,8
Ginásio completo	2,0	3,0
Colegial e superior	3,8	7,0

Fonte: IBGE, 1994.

Quem é quem na educação
Alguns países – % de matrículas – 1991

	Primário*	Secundário	Superior
Brasil	88	39	12
Argentina	96	44	43
Chile	94	72	23
Coréia do Sul	100	88	40
Japão	100	97	31
Estados Unidos	100	90	76

Fontes: Banco Mundial, FGV, 1994.
*Percentual líquido da matrícula em 1991. Para os demais percentual da faixa etária.

Distribuição de verbas e resultados (%)

	1985 Orçamento destinado ao ensino primário	1985 Orçamento destinado ao ensino superior	1990 Analfabetos entre os adultos		1992 PNB em US$	Taxa de crescimento PNB anual 1980-1992
			Homens	Mulheres		
Leste da Ásia						
Coréia do Sul	83,90	10,30	4	7	6.790	8,70
Tailândia	81,30	12,00	7	10	1.870	5,90
Hong Kong	69,30	21,10	12	19	15.360	5,60
Cingapura	64,60	30,70	14	21	15.730	2,60
América Latina						
Brasil (1986)	30,80	49,30	19	20	2.770	0,40
Venezuela	31,00	43,40	10	12	2.930	-0,80
Chile	65,00	14,00	2	5	2.730	3,70
México	38,30	50,10	13	15	3.470	-0,20

Fontes: Para os países do Leste Asiático e Venezuela, o estudo do Banco Mundial, *The East Asian Miracle*. Oxford University Press, 1993, cap. 5. Para o Brasil, Orçamento 1985 e demais estimativas da ONU. Relatório do Banco Mundial, 1994, FGV.

muito estimulante. Realmente, o agregado desabou no quadriênio 1989-1992 (releva notar que são os últimos números disponíveis) dos 2,2% para apenas 1,3%. Dito de outro modo: em apenas quatro anos, a educação perdeu, quando confrontada com o PIB brasileiro, precisamente 40,9%.

Enfim, essa generalizada redução das verbas educacionais também ajuda a explicar a baixa produtividade do sistema educacional brasileiro, que pode ser aferida, entre outras coisas, por uma elevadíssima taxa de repetência que já avança muito além dos 20%. Realmente, o país se defronta com uma espécie de círculo vicioso no qual a carência de verbas desmotiva o sistema e influi na produtividade.

Além dos alunos sofrem os professores do sistema oficial, cujos salários estão entre os mais baixos do país: cerca de 28% abaixo da média salarial na área da educação. No pólo oposto, entre os mais altos, estão os vencimentos destinados ao pessoal do Legislativo — 110% acima da média — e do Judiciário — com 125% acima desse mesmo nível. De qualquer maneira, muito mais importante que esse inteligente jogo de níveis salariais, existem os simples fatos. Como a existência de estados, como o fluminense, por exemplo, que pagam um salário mínimo aos mestres. Em outros estados é comum o pagamento de 1/2 salário mínimo. Há algumas décadas, era comum dizer, ao marido de uma professora: "Ah, você deu o golpe do baú..." Atualmente, o baú da professora está completamente destroçado.

Educação, ética e economia

O problema educacional não constitui apenas uma questão ética. Ou talvez constitucional, quando consideramos o que dispõe o art. 208 de nossa Carta Magna, segundo o qual o "ensino fundamental é obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria".

Na realidade, é mais que sabido que a educação está indissoluvelmente ligada ao processo de desenvolvimento econômico. Aqui mesmo em *Conjuntura* divulgamos uma pesquisa do professor Lawrence Lau, da Universidade de Berkeley, para o Banco Mundial segundo a qual um crescimento de apenas 1% no tempo de escolaridade da força de trabalho poderia representar um aumento de 4% na produtividade em apenas um ano.

O Brasil provavelmente começou a perder a batalha pelo desenvolvimento em meados dos anos 70, quando voltamos a ser negligentes no campo da educação. De fato, em 1976, por exemplo, tínhamos 45,5% de nossos assalariados com o curso primário de quatro anos. Quase uma década após, em 1985, essa proporção havia caído. Era então de 40,8%.

Agora, as cifras do *Anuário Estatístico 1994* tornam a assutar. Tínhamos em 1981 cerca de 8 milhões de chefes de domicílio sem nemhuma instrução. Já em 1991 este número havia subido a 9 milhões. Isso significa a existência de uma população igual à da Bélgica ou o dobro da população da Finlândia sem qualquer educação. Para compensar números tão negativos, acrescentamos que os possuidores de curso primário incompleto haviam subido de 6 para 7 milhões entre 1981 e 1991. É muito pouco para alegrar os corações brasileiros, mas, como se costuma dizer "pior é nada"...

Instrução e prosperidade

Esses números mostram que temos hoje no Brasil um perfil educacional semelhante ao que prevalecia nos países ricos no final do século XIX. Nosso atraso é de um

século. Ou seja, é imperioso que viremos esse jogo. A importância da educação nesse cenário de globalização comercial, de complementação industrial e competitividade internacional dispensa maiores palavras.

"Entramos num modelo produtivo planetário baseado na inteligência cultivada" — escreveu o cientista Pablo Latapi.

De fato, em nossos dias a educação é essencialmente qualitativa. Aspectos como a qualidade da docência, a relação entre professores e alunos, a atualização dos planos de estudo, o apoio didático e a relação do ensino técnico e superior com o processo produtivo não podem ser desprezados. Mas como alcançar objetivos tão óbvios se nossos professores vivem numa pindaíba generalizada? Se nossas verbas educacionais são cortadas? Ou se a produtividade de nossas escolas é tão baixa?

Em 1984, quando visitei a Coréia do Sul, descobri, entre outras coisas, que apenas 7% da força de trabalho local era considerada insuficientemente instruída, já que dispunha de apenas quatro anos de escolaridade. Ao regressar ao Brasil, descobri que entre nós essa proporção chegava aos 60%! Em 1984, cerca de 20% dos trabalhadores brasileiros não tinham nenhuma instrução. Esse contingente de letrados simplesmente não existia na Coréia. Provavelmente graças a isso, graças a um planejamento familiar com que lograram reduzir o contingente de miseráveis dentro da população e graças principalmente a uma política econômica voltada para as coisas essenciais, a Coréia do Sul, que em 1960 tinha uma renda *per capita* que era a metade, US$60, da similar renda brasileira, hoje desfruta de um ingresso de US$ 8 mil, bem acima do nosso — de apenas US$ 3 mil.

Nessa época, 1984, uma brilhante economista no governo — hoje na oposição — lamentava a pobreza da Coréia do Sul e o que ela considerava "o processo de cingapurização de sua economia". Convidado pelo ex-ministro Roberto Campos a almoçar e relatar minhas impressões de viagem, contei que me surpreendera com alguns economistas brasileiros que imaginavam a existência de um país miserável. Muitos, inclusive, duvidavam do que havia escrito aqui em *Conjuntura* sobre o pequeno gigante da Ásia. Ao aludir a essa "cingapurização" e à suposta pobreza coreana, o atual deputado Roberto Campos deu uma gargalhada e exclamou:

— Bendita "cingapurização", que faz o povo prosperar.

Um lamentável perfil

Quando se examina a pirâmide educacional que prevalece no Brasil, verificamos a existência de enorme contraste aqui dentro da própria América Latina. No meio e no topo da pirâmide, nossa inferioridade é absoluta na comparação com alguns países. No Brasil, apenas 39% do grupo etário respectivo estava matriculado na escola secundária. No Chile era 72%, no México, 55%, na Argentina 68%, no Peru 70%, e assim por diante. No setor universitário, o Brasil registrava a presença de 12% do grupo etário contra 23% no Chile, 15% no México, 43% na Argentina e 36% no Peru.

Neste ano de 1995, o ensino superior leva 60% das verbas orçamentárias do Ministério da Educação, enquanto o ensino primário é contemplado com apenas 12%.

Finalmente, quando examinamos a escolaridade da força de trabalho que prevaleceu no Brasil, a comparação também nos deixa bastante mal. Considerando o perfil de escolaridade da força de trabalho brasileira, verificamos que tínhamos em 1991 cerca de 9 milhões de brasileiros sem nenhuma instrução, 7 milhões com curso primário incompleto, 7,6 milhões com primário completo, cerca de 3 milhões com ginásio incompleto, 2,8 milhões com ginásio completo e 7 milhões com curso colegial ou superior. É certo que ao longo dos anos 80 alcançamos um importante progresso no topo da pirâmide, quando passamos a ter chefes de domicílio com uma escolaridade completa que era o dobro (1991) da que prevalecia em 1980.

Contudo, apesar disso, nossa inferioridade é ainda considerável. No Brasil, 22,95% dos chefes de família não tinham nenhuma instrução em 1991. No México, esse contingente era de 10,6%, não existindo nem nos Estados Unidos nem no Canadá. No Brasil, 19,21% desse mesmo grupo tinha curso primário incompleto. O México nos superava com 21,5%, os EUA tinham apenas 2,1% e o Canadá, 3,1%. Quando consideramos a situação regional dos chefes de domicílio e seu perfil de escolaridade, vamos encontrar números espantosos. No Nordeste, por exemplo, quase a metade deles não tinha, por volta de 1991, nenhuma instrução. Apenas 5% possuíam ginásio incompleto e uns 7% ginásio completo. Isso também significa que riqueza e educação são duas palavras inseparáveis.

Por uma nova estratégia

Onde está a diferença entre os modelos educacionais do Brasil e de outros países latino-americanos em relação aos chamados tigres asiáticos. Eu pude compreender essa diferença nas ruas de Seul, onde os estudantes universitários lutavam, às vezes de forma sangrenta, com a polícia para defender seus pontos de vista. Um deles: prioridade para o ensino superior, com mais verbas para a universidade.

Para as autoridades educacionais da Coréia do Sul a prioridade, no entanto devia ser outra. Ou seja, uma política que desse prioridade ao ensino fundamental. Já no Brasil a prática é inversa. Ainda neste ano de 1995, o ensino superior leva 60% das verbas orçamentárias do Ministério da Educação, enquanto o ensino primário é contemplado com apenas 12%. Para que se tenha uma idéia da inversão de valores: na Coréia do Sul, 84% do orçamento da educação caminhava para a escola pública fundamental. O ensino superior recebia apenas 10,3%...

Segundo um estudo realizado pelo Banco Mundial, sob o título "The East Asian Miracle", o fator determinante do acelerado crescimento econômico da Coréia do Sul teve um tripé vigoroso: uma competente política educacional; um oportuno controle populacional; e políticas econômicas inteligentes.

Aqui no Brasil nossos políticos ignoraram a educação, o controle demográfico e adotaram ao longo de mais de uma década políticas econômicas milagrosas, desenhadas não para acumular riquezas, mas postas em prática para assegurar votos...

O resultado é este que está ao alcance de nosso nariz.

Ib Teixeira

Aspectos econômicos da Internet no Brasil

O maior desafio ao comitê gestor da Internet será o estabelecimento de um sistema de preços que induza a um uso eficiente da rede.



O acesso à rede mundial de computação entre computadores — Internet — no Brasil foi recentemente regulamentado pelos ministérios das Comunicações e Ciência e Tecnologia. O governo optou por desregulamentar o serviço de conexão de usuários à rede, que será feito por qualquer empresa interessada (denominada PSCI — prestadora de serviço de conexão à Internet), mas manteve, pelo menos por mais um ano, a provisão pública dos serviços conectando as diversas redes locais que surgirão. Enquanto diversos segmentos da sociedade têm demonstrado entusiasmo com relação à nova legislação, parte da comunidade acadêmica tem expressado preocupações relacionadas à exploração comercial da rede. Esse debate simplesmente ignora diversas conseqüências da ampliação do acesso à rede.

O objetivo deste ensaio é analisar diversos aspectos econômicos relativos ao impacto da atual legislação, no futuro acesso à Internet no Brasil, e fornecer informações adicionais para estimular o debate entre os diversos segmentos da sociedade. Além disso, este ensaio evidenciará que qualquer debate sobre o assunto está inevitavelmente relacionado ao processo de desregulamentação da economia como um todo, em particular na área de telecomunicações (telefonia fixa, telefonia móvel, TV a cabo, acesso a satélite etc.).

Este ensaio será organizado da seguinte forma. A seção 1 contém um resumo da atual legislação abrindo o serviço de conexão para o setor privado. A seção 2 descreve o debate entre aqueles que consideram as novas regras como um grande avanço para o consumidor e outros que se manifestam preocupados com os efeitos sobre a qualidade dos serviços prestados. Relato, na seção 3, a origem da Internet e sua organização atual. A seção 4 apresenta um sumário da evolução das tecnologias empregadas e o seu impacto sobre custos. A seção 5 apresenta evidência sobre o nível de congestão no uso da rede e discute a introdução de um sistema de preços que permite resolver o problema. Finalmente, a seção 6 relaciona os desafios que o comitê gestor da Internet do Brasil tem pela frente.

As novas regras

O governo decidiu participar apenas da parte de infra-estrutura, funcionando como o *backbone* do sistema. A administração do *backbone* ficará a cargo da rede nacional de pesquisa (RNP), que hoje funciona como elo de ligação entre instituições científicas. Esse *backbone* passará, assim, a operar como elo de ligação entre novas redes locais, públicas ou privadas, e a Internet. As PSCI conectarão o usuário final ao *backbone*. O Ministério da Ciência e Tecnologia comprometeu-se a investir na ampliação da RNP e assegurará o uso comercial da estrutura da RNP pelo menos por mais um ano. Espera-se que as empresas interessadas invistam em suas próprias conexões nesse período. A decisão do governo limita a participação da Embratel e das demais empresas do sistema Telebrás à provisão da infra-estrutura física. A Embratel deixa de prestar o serviço de conexão no final do ano, passando seus clientes para empresas privadas. O governo cria ainda o comitê gestor da Internet do Brasil, com representantes do governo, da comunidade acadêmica, de usuários e empresários, que terá como atividade principal a tarefa heróica de acompanhar o processo de ampliação do acesso à rede.

Vale destacar ainda que o governo decidiu que escolas, universidades e institutos de pesquisas pagarão apenas 50% da tarifa que será cobrada das PSCI. A tarifa será determinada posteriormente e baseada nos custos incorridos pelo setor público no fornecimento da infra-estrutura necessária. A intenção do governo é que os preços dos serviços de conexão do usuário à Internet sejam definidos pelo próprio mercado e que além desse preço o usuário precise arcar com o custo adicional da ligação telefônica local. Nas seções 4 e 5, discuto as possíveis conseqüências desse sistema de preço no nível de uso de rede.

O corrente debate sobre o acesso à Internet no Brasil

Entre aqueles que apresentam evidente entusiasmo com as novas regras de acesso à Internet, estão vários segmentos do governo, incluindo a própria RNP, e diversos jornalistas que escrevem na área de informática. Por exemplo, o ministro da Ciência e Tecnologia argumenta que é preciso aumentar o alcance social da Internet no Brasil e eliminar a atual restrição de uso predominantemente acadêmico (*O Globo*, 24.4.95). O jornal *O Estado de São Paulo*, em editorial de 27.4.95, afirma que, com a nova regulamentação, "o que era desejo se tornou realidade". Esse editorial afirma ainda que caberá à Embratel "fornecer linha com a melhor qualidade e a menor tarifa possível".

Além disso, o editorial manifesta a opinião de que a demanda adicional não poderá ser contida via restrições e filas, o que ocorre no momento com as telefonias fixa e móvel. Em geral, o editorial manifesta entusiasmo com as novas regras, inclusive com o acesso comercial à Internet. Esse entusiasmo também é demonstrado pelo governo. Segundo o número 358 da *Revista Eletrônica da SBPC*, o governo espera que o contingente de usuários suba para 1 milhão em três anos, criando de 10 mil a 20 mil empregos.

Do outro lado do *spectrum* de entusiasmo com as novas regras, encontra-se parte da comunidade acadêmica. Esse mesmo número da *Revista Eletrônica da SBPC* traz declaração do secretário regional da SBPC/RJ que apóia a abertura da rede ao público, mostrando-se porém preocupado com o uso da RNP como veículo dessa abertura e com seu impacto na produção científica. Na seção 5, apresento argumentos que justificam essa preocupação. Em particular, argumentarei que a combinação do sistema de preços escolhido pelo governo com o uso da RNP como *backbone* do sistema pode gerar um uso excessivo da rede, resultando em atrasos inaceitáveis na transmissão de informação entre a comunidade científica.

A origem da Internet e sua organização atual

A Internet é uma rede mundial de computadores que usam o mesmo protocolo de comunicação, conhecido como TCP/IP (Transmission Control Protocol/Internet Protocol). (A história da Internet é descrita em detalhes por Lynch, 1993.) Não existe uma entidade que administra a Internet. Ela é simplesmente uma ligação entre diversas redes de computador em mais de 70 países. A Internet pode ser descrita como uma estrutura com três níveis. No nível inferior situam-se as redes locais (por exemplo, conectando diversos computadores dentro de uma universidade). Essas redes locais são conectadas a redes regionais, o segundo nível hierárquico, que por sua vez são conectadas a um ou mais *backbones*. No caso do Brasil, no momento só existe um *backbone* público, administrado pela RNP. Esses *backbones* nacionais se ligam com *backbones* em outros países.

A Internet originou-se a partir da Arpanet, uma rede criada no final dos anos 60 pelo departamento de defesa dos EUA para ligar universidades com empresas de alta tecnologia na área militar. O passo fundamental na expansão da rede foi dado em meados da década de 80, quando a National Science Foundation (NSF) financiou a instalação de seis supercomputadores em diferentes centros. Inicialmente, o acesso a esses seis supercomputadores era feito através da Bitnet, Arpanet e outras ligações entre universidades. Posteriormente, a NSFNET foi criada. A NSFNET foi concebida como *backbone* interligando as várias redes locais. Todos os supercomputadores foram conectados via NSFNET. Em 1987, a NSF contratou a rede regional do estado de Michigan, Merit, para ampliar a capacidade da NSFNET. A Merit se aliou à IBM e à empresa de telecomunicações MCI.

A NSFNET era financiada com recursos públicos e, portanto, pretendia estimular apenas atividades educacionais e científicas. Dessa forma, as atividades comerciais eram automaticamente excluídas. Com o objetivo de superar esse problema, a IBM, a Merit e a MCI criaram, em 1990, a empresa Advanced Network and Services, Inc. (ANS). Essa empresa passou a administrar a NSFNET em 1992 e um dos seus objetivos era desenvolver uma rede que fosse sustentada sem recursos públicos. Finalmente, a NSF deixou de financiar o *backbone* de uso público nesse ano. Nos últimos anos, surgiram várias empresas privadas fazendo a conexão entre os usuários e a Internet nos EUA. Essas empresas tipicamente fazem a conexão entre indivíduos e empresas e redes locais, através da infra-estrutura de alguma empresa telefônica ou de TV a cabo. Empresas como a Compuserve (redes privadas) vêm oferecendo acesso à Internet há vários anos.

Vale destacar que, entre 1988 e 1994, o volume de informação transmitido através da Internet cresceu a uma taxa de 100% ao ano. Em abril de 1994, a Internet ligava 30 mil redes e cerca de 2 milhões de usuários em todo o planeta. Desses 2 milhões de usuários, 1,3 milhão se encontra nos EUA. Desses, 640 mil são entidades educacionais, 220 mil são agências do governo e 520 mil são empresas privadas. MacKie-Mason e Varian (1994-a) estimam que o uso de *e-mail* é a atividade mais popular. As outras atividades mais comuns são a transferência de arquivos e *remote login*. Apesar do uso de *e-mail* ser o mais popular, corresponde apenas a cerca de 16% do volume de informações transmitidas. A transferência de arquivos é responsável por 37% do volume. O restante do volume resulta do uso de programas do tipo Gopher e World Wide Web, que permitem a pesquisa sobre informações específicas em vários nodos da Internet.

A tecnologia da Internet

Esta seção é baseada no trabalho de MacKie-Mason e Varian (1993), que contém inúmeras referências e um glossário de termos técnicos. Enquanto o meio físico utilizado para conectar diferentes redes de computadores — cabos telefônicos — é normalmente o mesmo utilizado por empresas telefônicas, as tecnologias empregadas são diferentes. As empresas telefônicas se utilizam da tecnologia *circuit-switching*, onde antes de cada ligação precisa-se conectar as duas pontas do circuito. Por exemplo, uma ligação telefônica não pode ser completada se o telefone que estamos chamando estiver sendo utilizado. Uma vez completada a ligação, uma parte fixa da rede fica reservada e nenhuma outra ligação pode se utilizar dos mesmos recursos. Assim, uma ligação com longos momentos de silêncio ocupa os mesmos recursos de uma ligação entre duas pessoas que falam muito rápido.

A Internet utiliza a tecnologia *packet-switching*. O termo *packet* se refere ao desmembramento da informação que está sendo enviada em pacotes com um tamanho médio de 200 *bytes*. Cada *packet* contém um cabeçalho (*header*) com cerca de 40 *bytes*, que especifica todas as informações necessárias para que o *packet* chegue ao seu destino final. Assim cada *packet* pode ser encaminhado de forma independente. O desmembramento da informação que está sendo enviada em *packets* é feita pelo protocolo TCP, que manda as informações para um *router* (outro computador). O *router* calcula qual é a melhor forma de mandar o pacote para o destino final e o envia. Dessa forma, *packets* originários de uma mesma mensagem eletrônica, enviada da Anu para o Impa, podem seguir caminhos completamente diferentes. Note que o protocolo TCP também é utilizado para *montar* a informação do outro lado.

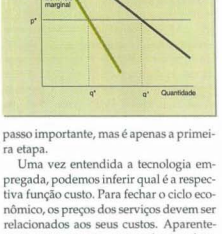
A principal vantagem dessa tecnologia é a possibilidade de que *packets* com origens distintas possam dividir a mesma linha, sem a necessidade de que exista um circuito ligando diretamente dois computadores. A escolha da tecnologia *packet-switching* pode ser explicada pela teoria econômica. Os preços de computadores e de linhas telefônicas vêm caindo há décadas, mas a partir dos anos 70 computadores se tornaram relativamente mais bara-

tos que as linhas, ou seja, a partir daí podemos justificar o surgimento do *packet-switching:* a mesma linha telefônica pode ser utilizada por vários computadores com o custo adicional do aumento do número de cálculos a serem feitos pelos *routers*, o que coincidiu com o aumento na capacidade de processamento de informação por computadores

Antes de examinarmos os problemas relacionados ao uso excessivo da rede, o que faremos na próxima seção, convém descrever qual é a capacidade atual da Internet nos EUA e no Brasil, e quais são os possíveis desenvolvimentos tecnológicos com potencial de afetar a capacidade instalada. Em primeiro lugar, cabe esclarecer que redes mais rápidas não são aquelas que enviam elétrons e prótons a velocidades superiores à velocidade da luz, mas sim aquelas que transmitem um maior número de *bits* através de uma mesma linha de comunicação. Nos EUA, as redes aumentaram sua capacidade de 56 Kbps (56 mil *bits* por segundo) para 1,5 Mbps (1,5 milhão de *bits* por segundo) no final dos anos 80. No início da década de 90, essa capacidade foi aumentada para 45 Mbps. Para se ter uma idéia do que isso significa, lembre-se que os primeiros *modems* tinham capacidade de transmitir 300 *bits* por segundo e os mais recentes conseguem transmitir 19.200 *bits* por segundo. Estima-se que uma rede com capacidade de 45 Mbps consegue transmitir 1.400 páginas de texto por segundo. Em contraste, a capacidade da RNP é muito mais limitada. Na verdade, foi proposta a instalação de 10 conexões de 2 Mbps e 20 de 64 Kbps ou de 128 Kbps. Note que precisaríamos de quase cinco horas para transmitir um *gigabit* através de uma conexão de 64 Kbps.

Em termos do futuro da Internet, muitos estudiosos do assunto apontam para o possível desenvolvimento de uma única rede que seja capaz de prover diferentes tipos de serviços — telefonia, telex, transmissão de dados, televisão a cabo, acesso à Internet etc. — através do mesmo meio físico. Uma das razões básicas para tal previsão diz respeito aos elevados custos fixos de instalação de redes. Além disso, diferentes redes para diferentes tipos de serviços não são mais necessárias, uma vez que podemos facilmente digitalizar qualquer tipo de informação. Uma nova tecnologia está sendo desenvolvida com esse objetivo e é baseada na noção de *cell-switchting*. Essa tecnologia é denominada ATM *(asyncronous transfer mode)*. Nesse caso, as informações seriam desmembradas em células de tamanho fixo (ao contrário dos *packets*, cujo tamanho varia).

A adoção de uma tecnologia integrada para diversos serviços terá conseqüências profundas para a estrutura de mercado e o grau de concorrência nesses setores. Assim, fica claro que o futuro da Internet no Brasil está intimamente relacionado ao futuro de outros serviços, como telefonia, televisão por assinatura e transmissão de telex. Seria ingenuidade achar que a abertura do acesso à Internet vai garantir concorrência nesse mercado se o setor de telecomunicações não for desregulamentado com sucesso. A garantia do fim do monopólio das telecomunicações é um



passo importante, mas é apenas a primeira etapa.

Uma vez entendida a tecnologia empregada, podemos inferir qual é a respectiva função custo. Para fechar o ciclo econômico, os preços dos serviços devem ser relacionados aos seus custos. Aparentemente, essa questão está sendo completamente ignorada. Por exemplo, em entrevista a *O Globo* (3.4.95), o ministro Sérgio Motta esclarece que a Embratel vai suprir os meios físicos e os custos serão repassados pela RNP para quem quiser explorar o serviço, e que a Embratel não vai operar lucrativamente! Espero que o ministro tenha em mente que os custos de operação de um *backbone* como a RNP podem ser classificados em três grupos: custos de conexão, custos relacionados à provisão de capacidade adicional e custo social causado pela congestão do uso da rede. Este último custo e a evidência do nível de congestão serão discutidos na próxima seção.

O custo da conexão ao *backbone* é relativamente fácil de calcular. (Talvez fosse esse o custo que o ministro Motta tinha em mente.) A conexão ao *backbone* requer uma linha telefônica, um *router* e o uso de mão-de-obra especializada. Assim, bastaria a RNP cobrar o aluguel do equipamento e as despesas com funcionários. (Aliás é assim que funciona no momento nos EUA. No entanto, os problemas de congestão que serão mencionados a seguir estão forçando a mudança nessa política.) O custo relativo à expansão da capacidade instalada é mais complicado de se calcular, pois requer o conhecimento do uso dos recursos da rede por um determinado período, para que se possa determinar a fração do incremento de capacidade atribuído a cada cliente. Assim, no caso do Brasil, onde os serviços estão começando a ser implantados em setembro próximo, sugiro que cada PSCI conectada ao *backbone* pague uma taxa única, conforme o estabelecido no parágrafo anterior, e uma taxa extra que possa cobrir o custo social da congestão por ela gerada, conforme estabelecemos na seção seguinte. Essa taxa adicional vai ainda sinalizar a necessidade de se investir na expansão da capacidade. Esse sistema de preços provê os incentivos corretos para as PSCI. Outra questão, contudo, diz respeito a como as PSCI vão repassar esses custos para os usuários. A cobrança de apenas uma taxa de conexão e do custo de uma ligação local, como queria o ministro Sérgio Motta, pode ser impraticável.

Congestão: efeitos e possível solução

A congestão no acesso à Internet ocorre porque os *backbones* são usados por vários usuários ao mesmo tempo. Dessa forma, cada *packet* extra que eu envio gera um custo para os outros usuários, uma vez que estou mobilizando recursos. O custo que imponho aos outros é o atraso no envio dos *packets*. Esse é um problema clássico conhecido como a "tragédia dos comuns" (ver, por exemplo, Sandler, 1992). Dado um preço fixo de acesso a um recurso comum sujeito a congestão, a quantidade escolhida é tal que o benefício médio é igualado ao preço fixo (q' no diagrama ao lado), enquanto a solução eficiente exige que a quantidade seja tal que o benefício marginal seja igualado ao preço fixo (q^* no diagrama ao lado).

A ausência de um sistema de preços que induza o uso correto dos recursos pode gerar sérios problemas de congestão. Em breve, por exemplo, será possível ligar uma filmadora ao computador e transmitir as imagens via Internet. No momento, já é possível receber imagens

que podem ocupar até 1 Mbps. Assim, numa conexão de 2 Mbps, bastariam dois usuários para tornar a rede inoperante. É claro que se o único uso da Internet fosse a transmissão de mensagens eletrônicas, poderíamos ignorar a possibilidade de congestão. No entanto, tudo indica que deve aumentar cada vez mais a demanda de serviços multimídia. Principalmente porque para os novos usuários a rede gera um instrumento de lazer. Serviços como Mosaic e Internet Talk Radio usam cada vez mais recursos. O problema de congestão não é simplesmente hipotético. Markoff (*New York Times*, 3.11.1993) lista uma série de problemas recentes com o uso excessivo de recursos. Recentemente, um usuário enviou um arquivo de audiovídeo de 350-450 Kbps para *hosts* ao redor do mundo, o que acabou impedindo que a rede pudesse receber a transmissão de uma universidade finlandesa que tinha sido marcada anteriormente.

Até o momento, o controle de congestão na Internet tem sido baseado em esquemas voluntários, que normalmente são ineficientes. No exemplo acima, o usuário que causou o problema foi desconectado. No entanto, primeiro os serviços foram afetados para que depois se tomasse alguma providência. Bohn, Braun, Claffy e Wolff (1993) propõem um esquema voluntário no qual os usuários indicariam o nível de prioridade de cada uma de suas operações e os *routers* manteriam filas separadas para diferentes tipos de prioridade. O problema com esquemas voluntários é que esses não são, no jargão dos economistas, *incentive compatible*, ou seja, os indivíduos não têm incentivo para revelar o valor real que atribuem ao serviço. Outra alternativa para combater a congestão é aumentar a capacidade instalada continuamente, de forma que a demanda seja sempre satisfeita. Essa alternativa, contudo, é inviável, dado o limite de recursos disponíveis e o fato de que se espera que a demanda cresça acentuadamente.

Assim, já surgiram várias propostas para a cobrança de custos ligados à congestão. Por exemplo, a Nova Zelândia e o Chile já usam mecanismos deste tipo. Nos EUA, existem várias propostas para implementar um sistema de preços que incorpore o custo de congestão. MacKie-Mason e Varian (1994-b) sugerem o uso de um mercado inteligente para determinar o custo relativo à congestão. Enquanto a rede estiver descongestionada, o preço a ser pago é igual a zero. Quando a rede estiver congestionada, ou seja, quando os *packets* estiverem sendo enviados com atraso, esses autores propõem que a prioridade seja estabelecida com base na prioridade que os diferentes usuários atribuam à velocidade de remessa dos *packets;* no momento, a prioridade é baseada na regra *first-in-first-out*. Cada usuário deve então submeter um lance juntamente com seus *packets*. Com o objetivo de garantir que esse mecanismo seja *incentive compatible*, os usuários não pagariam o seu lance, mas sim o menor lance admitido na rede. MacKie-Mason e Varian sugerem que esse processo seja repetido por frações específicas de tempo, uma vez que os *packets* são recebidos seqüencialmente e não simultaneamente. Esses autores estimam que a receita arrecadada por usuário através desse esquema seja inferior, na média, a US$0,50 por usuário por ano. Uma das críticas a esse mecanismo é o custo desse procedimento, caso o usuário final seja aquele que submete o lance.

Dessa forma, proponho que no Brasil o custo de congestão seja cobrado da PSCI e não do usuário final. Esse custo seguiria o mesmo modelo acima, ou seja, cada PSCI submeteria lances por *packet* que envie para o *backbone*, repassando para os usuários da forma que julgar necessária. Por exemplo, qualquer PSCI pode sempre garantir um custo igual a zero ao submeter lances iguais a zero. Isso implica que, caso haja congestão, seus *packets* não vão receber prioridade. Assim, no longo prazo, esperamos que surjam diferentes tipos de PSCI. Por exemplo, surgirão PSCI especializadas na provisão de serviços com elevado grau de prioridade e PSCI especializadas em serviços com reduzido grau de prioridade.

Conclusão

A principal mensagem deste ensaio é a de que o comitê gestor da Internet tem vários desafios pela frente. O maior desafio talvez seja o estabelecimento de um sistema de preços que induza a um uso eficiente da Internet. Esse sistema de preços deve incorporar dois fatores, um seria o custo de conexão, como queria o ministro Sérgio Motta, e outro seria o custo da congestão. Esse último seria estabelecido da seguinte forma: cada *packet* transmitido entre uma PSCI e o *backbone* deve receber um valor que representa a quantidade de reais que aquela empresa estaria disposta a pagar para ter prioridade no seu envio. Se o *backbone* não estiver congestionado, a PSCI não paga nada. Se o *backbone* estiver congestionado, então a cada intervalo de tempo predeterminado um servidor vai ordenar os lances do mais alto ao mais baixo e determinar o preço a ser pago de forma que a soma do número de *packets* transmitidos seja igual à capacidade de transmissão. No final de cada mês, as PSCI receberiam a conta de quantos reais teriam que pagar. Esse sistema de preços funcionaria também como um instrumento para induzir a ampliação da rede. No longo prazo, espera-se que surjam diferentes tipos de provedores; alguns cobrarão uma taxa de conexão elevada e garantirão a prioridade mais elevada e outros cobrarão taxas menores mas oferecerão um serviço que enviará informações com menor prioridade.

As informações solicitadas por *hosts* nacionais não serão pagas duas vezes, dado que quem envia a informação é quem paga. Mas isso cria um problema com relação à informação solicitada por *hosts* estrangeiros. Na Nova Zelândia, por exemplo, os arquivos públicos contêm uma nota de advertência aos usuários internacionais para que levem em consideração os custos que estão impondo aos provedores daqueles arquivos. Similarmente, informações enviadas por *hosts* estrangeiros não seriam pagas pela PSCI, o que pode gerar problemas. Assim, sugiro que também se cobre das PSCI as informações recebidas de *hosts* estrangeiros. Apenas para dar um exemplo, estima-se que uma versão digitalizada de um filme de longa metragem (135 minutos) corresponde a cerca de 3,7 *gigabits*. Se um usuário pudesse *download* esse filme de um *host* estrangeiro pelo preço de uma simples chamada local, então ele congestionaria a RNP por algumas horas.

O comitê gestor da Internet deve levar em consideração, na elaboração de políticas, as tendências tecnológicas apontadas na seção 4. O comitê deve ser particularmente sensível à evolução da desregulamentação no setor de telecomunicações e o seu impacto na estrutura do mercado de serviços de conexão à rede. Outra questão a ser abordada pelo comitê, bastante delicada pela sua natureza, diz respeito ao estabelecimento de regras de conduta na Internet. Parte do debate sobre o acesso à rede, em países como a Austrália e os EUA, questiona o fato de que qualquer criança ou adolescente pode facilmente *download* material considerado imoral ou até mesmo a descrição de como produzir uma bomba. Em breve será possível fazer apostas através da Internet! Estas questões terão que ser abordadas mais cedo ou mais tarde, por mais que argumentemos que o caráter *anárquico* da rede é a sua maior qualidade.

Finalmente, como o comitê gestor terá que responder às demandas de grupos bas-

A Internet não é a infovia

A discussão sobre o futuro da Internet já é bastante complexa. Para que seja minimamente produtiva, é necessário focalizarmos o objeto da discussão, identificando-o, diferenciando o que ele é do que ele não é. Só assim poderemos chegar ao que ele pode vir a ser.

A Internet é uma rede — Ela não é *a* rede, muito menos todas as redes: a Internet é uma rede entre redes. Mais do que isso, nascida para pesquisadores, sob a égide da cooperação, a Internet cresceu para se tornar uma nação virtual, sinônimo de civilidade avançada e cidadania, pairando acima dos interesses econômicos, governamentais e políticos que caracterizam as instituições da sociedade contemporânea.

A infovia é um meio — Ela dará suporte à existência de redes. E estas tenderão a ser de múltiplas finalidades, *video-on-demand*, *virtual banking*, *virtual shopping*, educação à distância e todos os maravilhosos serviços que a tecnologia da informação tornará disponíveis, obviamente, para quem puder pagar por eles.

Para o funcionamento da Internet, foi preciso abrir caminhos antes inexistentes, e os *backbones* foram construídos para este fim. Mas a Internet não se confunde com o seu meio. Tanto que o Vice Pres. Al Gore, para inaugurar a *information super-highway*, decidiu que a infraestrutura já estabelecida, que hoje serve principalmente à Internet, seria a plataforma de lançamento da infovia do futuro.

Apenas aqueles que confundem a Internet com o meio vêem este fato como uma ameaça à Internet. Pois eu vejo isso como a sua salvação. Os valores básicos da Internet, entre eles o da civilidade voluntária, da troca de informações desinteressada, do debate civil e da ajuda mútua, não podem conviver com a sua exploração comercial, que nega todos os seus princípios. Apenas pela falta de uma GII *(global information infraestructure)* é que a Internet tem se permitido realizar este papel. E esta é exatamente a maior ameaça à sua sobrevivência.

A Internet é uma rede, por excelência, *pervasiva*. Isto significa que, quanto mais meios à sua disposição, mais ela se infiltrará na sociedade, espalhando seus benefícios. Mais do que um avanço tecnológico — um legado da Arpanet para a infovia —, a Internet representa uma realidade sociocultural inédita na história da humanidade: a aldeia global de mão dupla, um poder independente baseado na intervenção voluntária dos indivíduos em benefício do coletivo, a ONG das ONG, a concretização de uma velha promessa da sociedade humana.

A infovia é outra coisa. É a *velha sociedade* levada às suas últimas conseqüências: individualista, mercantilista, consumista. É o ambiente de negócios do futuro, um divisor de águas na passagem para a sociedade da informação. É infra-estrutura, é *business*, é governo.

Isto aceito, as discussões são duas.

É preciso descobrir formas de separar a Internet da infovia, pois na sua história embas se confundiram por um certo tempo. A continuarem misturadas, ambas dificultarão o desenvolvimento mútuo. Isto traz ao debate da Internet a questão seguinte: é preciso encontrar um novo esquema de financiamento para o seu meio, seja ele um *backbone* próprio (pouco provável), a infovia ou qualquer outro meio disponível, sem comprometer os princípios básicos da Net.

Outra discussão é sobre a infovia, que, por ser um megaprojeto de proporções e conseqüências inéditas, e pela necessidade de estar vinculada a uma política nacional de informação (algo como uma política industrial), deve ter o seu espaço de discussão próprio, longe do debate apaixonado sobre o futuro da Internet.

A não-compreensão clara desta diferença básica é, presentemente, a maior ameaça à sobrevivência da Internet. A confusão dos objetos de duas discussões separadas (na melhor das hipóteses, interdependentes) levará certamente a decisões erradas.

A Internet precisa de recursos para financiar seu meio. Naturalmente este é um problema econômico que surge da constatação da *escassez* dos meios disponíveis ante a *demanda* que se lhes impõe. E, neste sentido, o ponto de vista da economia pode trazer contribuições preciosas para a discussão inaugurada. Mas a discussão sobre o futuro da Internet não é *econômica*, no sentido estrito a que a tecnocracia relegou esta ciência.

Isto situa, no meu entender, a relevância do ensaio apresentado: é importante, porque traz o ponto de vista econômico para a discussão; é corajoso, porque se atreve a contrariar o coro dos contentes, que acham que é possível prosseguir gastando sem questionar os custos e quem vai pagar a conta; mas é limitado porque não faz a separação básica entre a Internet e a infovia, entretecendo argumentos pertencentes a discussões separadas, como aliás têm feito a comunidade acadêmica, a RNP e o governo, até o presente momento.

Paulo Góes
Gerente de sistema de informações da DIGI/FGV

tante distintos, suas políticas podem acabar induzindo soluções ineficientes. Por exemplo, a decisão de dar um desconto de 50% para universidades é errada, pois produz os incentivos errados e induz a um nível de utilização acima do desejado. A razão para tal desconto é óbvia: o reconhecimento de que a área de ciência e tecnologia não recebe recursos suficientes. No entanto, em vez de se resolver o problema de alocação de recursos, distorce-se o sistema de preços. Aliás, se o argumento de que universidades e institutos de pesquisa devem receber um desconto no acesso à rede for aceito, então essas instituições deveriam também receber um desconto no uso de correios e telefonia!

Note que decisões colegiadas podem funcionar muito bem na comunidade acadêmica, mas não vejo como um comitê composto por grupos com interesses tão distintos, e possivelmente diagonais, possa ser eficaz. Talvez seja conveniente a promoção de uma revisão do comitê gestor no prazo de um ano, com a possível mudança de sua composição.

Flávio M. Menezes
Department of Economics
Faculty of Economics and Commerce

Referências:

Bohn, R.; Braun, H. W; Claffy, K. & Wolff, S. Mitigating the Corning Internet Crunch: Multiple Service Levels via Precedence. Technical Report, University of California-San Diego, San Diego Supercomputer Center, and NSF, 1993.

Lynch, D. C. Historical Evolution. *Internet System Handbook*. Addison Wesley, Reading, MA., 1993.

MacKie-Mason, J. K. & Varian, H. Economic FAQs About the Internet. *Journal of Economic Perspectives* 8(3), 1994-a.

Mackie-Mason, J. K. & Varian, H. Pricing the Internet. In Kahin, B. & Keller, J. eds. *Public Access to the Internet*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1994-b.

MacKie-Mason, J. K. & Varian, H. Some Economics of the Internet. Techical Report, University of Michigan, 1993.

Sandler, T. *Collective Action: Theory and Apptications*. Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1992.

Recessão à vista

É a segunda vez, na história da sondagem, que ocorre um saldo negativo no trimestre abril-junho; o primeiro ocorreu em 1987 (-23%).



A procura de manufaturados em abril-junho de 1995 evoluiu em relação ao trimestre anterior; com 44% da indústria apontando queda e 25% expansão, um saldo portanto de -19% (diferença entre os percentuais de aumento e contração), contrariando as previsões de expansão (saldo de 23%) formuladas para esse período. É a segunda vez, na história da sondagem, que ocorre um saldo negativo nessa época do ano; o primeiro ocorreu em 1987 (-23%). Foi marcante a frustração de expectativas no setor bens de consumo intermediário: saldo observado de -25%, contra o prognosticado, de 26%. A greve dos petroleiros, em maio, influenciou decisivamente esse resultado.

No início de julho de 1995, a demanda de manufaturados tornou-se fraca para 45% da indústria, contra 9% em abril.

Para o terceiro trimestre, contudo, previu-se estabilização da procura em relação ao trimestre anterior. De qualquer modo, a demanda deve ficar bem abaixo, quer dos 61% do mesmo período do ano anterior, quer do normal para a época do ano. Prevê-se evolução positiva da demanda somente no setor de bens de capital (saldo de 26%), onde se destaca o segmento caminhões (saldo de 60%).

A procura externa de manufaturados foi normal em julho para 68% do mercado exportador. O percentual de procura externa fraca, contudo, avançou de 12% em abril para 24% em julho de 95, principalmente no que se refere a bens de consumo e bens de capital.

As perspectivas quanto à evolução da demanda externa para o terceiro trimestre, em relação ao trimestre anterior, eram de expansão em 26% do setor industrial exportador e de contração em 14%; portanto, um saldo de 12% contra 17% observados no mesmo período do ano anterior.

Produção — A produção evoluiu com saldo negativo de -8% no período abril-junho em relação ao trimestre anterior. Esse resultado contrapôs-se às expectativas expansionistas formuladas (saldo de 34%) e é o terceiro saldo negativo da história da sondagem nesse trimestre. Os outros dois ocorreram em 1990 (-11%) e 1981 (-12%).

As previsões para o período julho-setembro, em relação ao trimestre anterior, foram de aumento da produção em 36% do mercado e de queda em 24%. Portanto, um saldo positivo de 12%, bem abaixo do observado no mesmo trimestre do ano anterior (63%) e mesmo do normal para essa época do ano (36%).

A expansão da produção está programada pelos setores bens de capital, para

Resultados para a indústria de transformação

Comportamento de indicadores (percentagens ponderadas das respostas)

Trimestres		Produção			Procura interna			Procura externa			Mão-de-obra			Avaliação em	Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
		+	=	−	+	=	−	+	=	−	+	=	−		EX	NO	IN	SE+SR	(%)
1994 –	2º	46	35	19	58	28	14	32	52	16	17	52	31	Jul. 94	6	58	2	34	80
	3º	71	21	8	74	19	7	33	51	16	25	56	19	Out. 94	2	50	12	36	80
	4º	52	22	26	72	17	11	31	40	29	29	47	24	Jan. 95	1	42	8	49	83
1995 –	1º	34	38	28	37	40	23	29	50	21	32	47	21	Abr. 95	5	49	12	34	86
	2º	32	28	40	25	28	47	25	54	21	24	45	31	Jul. 95	19	40	2	39	83
	3º (prev.)	36	40	24	30	36	34	26	60	14	7	65	28						

Fonte: CET/IBRE/FGV – Sondagem Conjuntural.

Obs.: EX = Excessivo, NO = Normal, IN = Insuficiente, SE = Sem Estoques, SR = Sem Resposta.

obter um saldo de 25%, e bens de consumo intermediário (28%).

Estoques — Aumentaram os estoques de produtos industriais no segundo trimestre (saldo de 16%), tornando-se excessivos, em julho, em 19% do mercado (contra 5% em abril), notadamente nos ramos automobilístico (100%), máquinas de costura, refrigeradores, lavadoras e secadoras de roupas para uso doméstico (94%), brinquedos (86%), bicicletas e motocicletas (83%), material para limpeza (77%), artefatos de borracha para fins industriais (76%), adubos e fertilizantes (75%), tratores e máquinas de terraplenagem (64%) e artigos eletroeletrônicos (52%). Em paralelo, a ocorrência de estoques insuficientes, em julho, praticamente se anulou.

Situação dos negócios — A situação dos negócios das empresas industriais em julho, tida em conta a época do ano, foi fraca para 31% da indústria, normal para 52% e boa para 17%, passando de um saldo de 35% em abril para -14% em julho. Em situação fraca dos negócios encontram-se, de forma expressiva, os segmentos de construção naval (99%), couros e peles (89%), adubos e fertilizantes (85%), borracha em geral (79%), têxtil (75%), tratores e máquinas de terraplenagem (70%), metais não-ferrosos (65%), mobiliário em geral (63%), eletroeletrônicos (58%), calçados (58%), embalagens plásticas (55%) e brinquedos (55%).

Preços — Em julho, a maior parte da indústria (66%) prognosticou estabilidade dos preços dos manufaturados em geral para o período julho-setembro, enquanto 22% previu aumento. Quanto à evolução dos preços de seus próprios produtos, o resultado é semelhante, com 68% do setor industrial apontando estabilidade e 24% aumento.

Fatores limitativos

Baixou o nível de utilização da capacidade de produção da indústria de transformação, em julho de 1995, para 83% (3 pontos percentuais abaixo do nível operacional de abril), o que significa ociosidade nominal de 17%.

Por setor, a utilização média da capacidade instalada decompôs-se da seguinte forma:

- bens de consumo final, 86% (85% em abril de 1995);
- bens de capital, 76% (80%);
- materiais de construção, 78% (85%);
- bens de consumo intermediário, 86% (90%).

Indústria brasileira de transformação

Utilização média da capacidade instalada – 1994/1995

Discriminação	1994				1995		
	Jan.	Abr.	Jul.	Out.	Jan.	Abr.	Jul.
Indústria de transformação	77	79	80	83	83	86	83
Bens de consumo	76	81	82	87	86	85	86
Bens de capital	62	74	74	78	71	79	76
Material de construção	70	73	73	78	81	85	78
Bens de consumo intermediário	84	84	87	88	87	90	86
Produtos de minerais não-metálicos	73	73	74	77	79	88	83
Metalurgia	85	86	89	86	89	89	86
Mecânica	68	77	77	79	79	81	75
Material elétrico e de comunicações	70	77	76	78	73	83	81
Material de transporte	76	86	87	91	86	91	89
Madeira	75	80	84	86	84	83	82
Mobiliário	73	74	77	84	81	87	61
Celulose, papel e papelão	85	87	89	95	95	95	91
Borracha	89	88	81	87	94	95	91
Couros e peles	84	78	72	72	71	71	70
Química	86	84	86	86	86	89	84
Produtos farmacêuticos e veterinários	69	71	72	78	82	83	85
Perfum., sabões, deterg., glicer. e velas	64	73	91	93	85	82	67
Produtos de matérias plásticas	68	68	72	82	88	88	76
Têxtil	84	88	81	89	89	89	82
Vestuário, calçados e artef. de tecidos	75	69	76	77	85	85	79
Calçados	80	68	75	76	84	82	71
Produtos alimentares	73	72	76	82	80	77	84
Bebidas	83	82	70	81	86	80	79
Fumo	77	74	74	71	81	86	80
Editorial e gráfica	63	77	75	88	81	87	90
Diversas	61	80	74	79	66	80	77

Nos ramos industriais, os níveis operacionais mais elevados ocorrem em papel para impressão (97%), celulose e pasta mecânica (96%), automobilístico (95%), equipamentos industriais para instalações hidráulicas, térmicas, de ventilação e refrigeração (95%), produtos petroquímicos (93%) e edição e impressão de jornais e livros (93%); os mais baixos foram apontados nas indústrias da construção naval (30%) e em bebidas alcoólicas (57%).

Redução expressiva de utilização da capacidade em julho, em relação a abril, verifica-se nos segmentos: diversos produtos de minerais não-metálicos para construção, 77% em julho (e 93% em abril); metais não-ferrosos, 84% (96%); tratores e máquinas de terraplenagem, 55% (76%); eletroeletrônicos, 66% (80%); bicicletas e motocicletas, 63% (85%); mobiliário em geral, 61% (86%); combustíveis e lubrificantes derivados do petróleo, 85% (95%); tintas, esmaltes e solventes, 74% (86%); laminados plásticos, 73% (90%); produtos de material plástico para construção, 79% (89%); tecidos de algodão, 82% (93%); calçados, 71% (81%), embalagens de papel e papelão, 85% (94%); e embalagens plásticas, 78% (87%).

A insuficiência da demanda foi apontada, em julho, como principal fator limitativo da expansão das atividades de 65% da indústria, em patamar bem superior ao de abril (40%).

Problemas de escassez de capital de giro alcançaram 6% do setor industrial (8% em abril), afetando 47% do ramo tecidos e artigos de malha, 46% de eletroeletrônicos, 40% de carrocerias para veículos automotores, 39% de beneficiamento de couros e peles, 38% de sabões, detergentes e glicerinas, 36% de massas alimentícias e biscoitos e 35% de madeira bruta.

Arrefeceram em julho os problemas de escassez de matérias-primas, atingindo 5% da indústria (contra 11% em abril). Ressentiu-se desse problema 46% do mercado de eletroeletrônicos (componentes eletrônicos), 30% de resinas, fibras e fios artificiais (eteno e etileno) e 26% de embalagens plásticas (polietileno e polipropileno).

Setores industriais

Setores industriais	Produção		Procura interna		Procura externa		Mão-de-obra	
	Prevista 3º trim. 95 Saldo (%)	Observada 3º trim. 94 Saldo (%)	Prevista 3º trim. 95 Saldo (%)	Observada 3º trim. 94 Saldo (%)	Prevista 3º trim. 95 Saldo (%)	Observada 3º trim. 94 Saldo (%)	Prevista 3º trim. 95 Saldo (%)	Observada 3º trim. 94 Saldo (%)
Bens de consumo	-08	74	-04	68	14	24	-12	24
Bens de capital	25	61	24	47	33	76	-23	01
Material de construção	-03	62	-09	62	26	-11	-20	-02
Bens de consumo intermediário	28	59	-16	69	06	28	-27	-05

Fonte: CET/IBRE/FGV – Sondagem Conjuntural.

Efetivo de mão-de-obra

O setor industrial realizou no segundo trimestre de 1995 alguma liberação líquida de mão-de-obra, com saldo de -7% (contra 4% previstos), após três trimestres consecutivos de saldos positivos.

As previsões para o período julho-setembro foram de mais dispensas do que contratações, com um saldo de -21%.

Os prognósticos de redução de mão-de-obra são mais expressivos em: construção naval (saldo de -94%), máquinas de costura, refrigeradores, lavadoras e secadoras de roupa para uso doméstico (-91%), tintas, esmaltes e solventes (-86%), máquinas e aparelhos para produção e distribuição de energia elétrica (-74%), artigos têxteis para uso doméstico (-69%), tecidos de fibras artificiais e sintéticas (-63%), equipamentos para agricultura e indústrias rurais (-61%) e tecidos de algodão (-61%).

Considerações gerais

A regulamentação de emendas já aprovadas, a retomada do programa de privatizações, a desindexação da economia, o alongamento dos prazos de contratos financeiros, as propostas de reforma administrativa e tributária, o projeto da nova política industrial, a crise no setor agrícola e o reequilíbrio das contas externas delineiam o cenário macroeconômico do segundo semestre de 1995. Acredita-se que a proposta de reforma previdenciária só será discutida no próximo ano.

No que se refere ao setor secundário, tendo em vista ampliar a competitividade externa, cogita-se de adotar tratamento diferenciado (tarifário e creditício) para as indústrias cerâmicas, máquinas e implementos agrícolas, eletroeletrônicos, autopeças, mobiliário, têxtil, calçados, vinícolas e brinquedos.

Relativamente aos financiamentos à indústria, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) criou as seguintes linhas de crédito com correção cambial:

- Finem, destinado à melhoria do padrão de qualidade dos manufaturados;
- Finame Especial, aquisições de equipamentos;
- Finamex, financiamento à exportação.

O setor industrial realizou no segundo trimestre de 1995 liberação líquida de mão-de-obra, com saldo de -7%.

Uma quarta linha (corrigida pela taxa de juro de longo prazo — TJLP) destina-se à indústria de autopeças, estando em estudo crédito especial (correções via dólar norte-americano) para a indústria naval.

No contexto externo, a redução dos prazos de financiamento a importações (exceto para bens de capital), elevação de alíquotas do imposto de importação e desvalorizações graduais do câmbio são entrevistas como medidas de recomposição dos saldos da balança comercial.

Tendências de curto prazo

No curto prazo, a política econômica tem visado administrar a demanda agregada, de modo a compatibilizar sua magnitude com as restrições internas e externas. Ante os sinais mais marcantes de enfraquecimento da demanda, desde junho o Bacen vem atenuando os controles sobre o crédito e induzindo à queda dos juros nominais.

Estava prevista expansão da produção no terceiro trimestre de 1995 em bens de consumo intermediário (especialmente em combustíveis e lubrificantes derivados do petróleo, cujas atividades foram prejudicadas por greve nacional de petroleiros, petroquímica, resinas têxteis), bens de capital (destacando-se máquinas-ferramenta, equipamentos para movimentação e elevação de pessoas/cargas, equipamentos para telecomunicações, caminhões, ônibus e semelhantes), em alguns segmentos de bens duráveis de consumo (eletrodomésticos, bicicletas, motos e ciclomotores, brinquedos) e na indústria de bebidas, beneficiada pelo calor atípico no Centro-Sul.

Importantes produtores de bens duráveis de consumo (linha branca de produtos domésticos, eletrônicos domésticos e autoveículos) prognosticaram arrefecimento das atividades, refletindo a acomodação do consumo e a disponibilidade de estoques.

A descapitalização de produtores rurais e o descontentamento quanto à política de crédito agrícola induziram a previsões de contração dos negócios nos ramos tratores e máquinas de terraplenagem e de equipamentos para indústrias rurais — situação atípica, considerando-se a proximidade dos plantios de primavera.

A perda de dinamismo do mercado interno (restrições creditícias, altas taxas de juro e inadimplência), problemas de defasagem cambial reclamados por exportadores e a crise do setor agrícola atenuaram a

tendência estacional de crescimento dos negócios no terceiro trimestre do ano.

Assim, o saldo previsto de evolução da produção industrial para o terceiro trimestre de 1995 (12%), na sondagem, situa-se 24 pontos percentuais abaixo da média dos saldos desse período.

A tendência antevista no horizonte semestral julho-dezembro de 1995 aponta volume superior dos negócios em 30% do parque industrial relativamente a igual período do ano anterior, enquanto 28% espera queda nas vendas. Preponderam saldos amplamente positivos nas indústrias de materiais de transporte, madeiras, perfumarias, sabões e detergentes, bebidas e fumo. As perspectivas contracionistas são maiores em mobiliário, borracha e couros e peles.

Contrapondo-se os saldos da produção trimestral previstos na sondagem aos observados pelo IBGE (estatísticas oficiais disponíveis até maio de 95), conforme mostram os gráficos, prognostica-se acentuada diminuição do ritmo do crescimento industrial, recuando alguns pontos percentuais nos nove primeiros meses deste ano em relação ao primeiro semestre. Em janeiro-setembro de 95, as taxas de crescimento devem alcançar 6% na indústria de transformação e 6,5% na indústria da construção.

Investimentos industriais

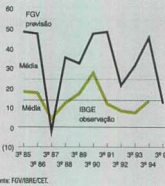
Os resultados consolidados desta sondagem para 1994 revelam que os recursos investidos pelas empresas industriais informantes somaram R$6,3 bilhões. O setor bens de consumo intermediário respondeu por 70% da formação de capital dessa indústria; os investimentos da Petrobras representaram cerca de 4/5 do total investido pela indústria química e 37% do montante global. Seguem, em ordem de participação, os setores de bens de consumo final (22%), bens de capital (5%) e materiais de construção (3%).

O parque produtor de insumos básicos vem investindo na informatização de controles e processos, bem como no aprimoramento de produtos ofertados, especialmente em siderurgia, embalagens metálicas, componentes eletrônicos, celulose e papéis, química, petroquímica, tintas e vernizes e plásticos. Os investimentos de bens duráveis de consumo e de bens de capital têm abarcado automação de processos produtivos, desenvolvimento de produtos novos e modernização tecnológica de subfornecedores de partes, peças e componentes. No que tange aos bens não-duráveis de consumo e em diversos ramos de materiais de construção, a microeletrônica está sendo utilizada para aumentar a velocidade das máquinas, reduzir o tempo de movimentação de materiais e a diminuição de desperdícios.

Quanto à origem dos recursos investidos, o autofinanciamento (lucros e reservas) destacou-se nas indústrias química (49%), materiais de transporte (41%), perfumarias, sabões e detergentes (41%), material elétrico e de comunicações (39%), mecânica (38%) e metalúrgica (34%). Seguem-se-lhe, em ordem de importância, os empréstimos no país: celulose, papel e papelão (24%), materiais de transporte (22%), produtos de matérias plásticas (21%) e têxtil (19%). Os empréstimos no exterior tiveram relevância na indústria do fumo (40%); o lançamento de novas ações foi representativo em material elétrico e de comunicações (10%); enquanto a captação via incentivos fiscais, em couros e peles (6%).

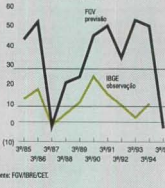
No que concerne à aplicação dos recursos investidos, verifica-se que os dispêndios em equipamentos nacionais predominaram em produtos de matérias plásticas (46% das aplicações), material elétrico e de comunicações (44%), materiais de transporte (42%) e mecânica (38%). Os gastos em equipamentos importados tiveram expressividade em têxtil (18%), vestuário e calçados (16%), editorial e gráfica (13%) e material de transporte (12%). As aplicações em ampliação/reforma do parque produtor foram importantes em celulose e papel (22%), química (21%), perfumarias, sabões e detergentes (17%), metalúrgica (15%) e produtos farmacêuticos e veterinários (15%).

Produção industrial
IBGE *"versus"* sondagem FGV



Fonte: FGV/IBRE/CET.

Construção civil Crescimento
IBGE "versus" sondagem FGV



Fonte: FGV/IBRE/CET.

O Sebrae e a FGV realizaram a 14ª Sondagem junto às micro e pequenas indústrias (MPI).

Em julho de 1995, o nível de utilização da capacidade instalada das MPI era de 63% (6 pontos percentuais abaixo do de abril). A insuficiência de demanda afetava 62% das empresas; escassez de capital de giro e de matérias-primas limitavam as atividade de 25% e 6% dos respondentes, respectivamente.

Os prognósticos de evolução da produção em julho-setembro mostravam expansão em 29% das MPI e diminuição em 23%.

Para o período julho-setembro, 65% das MPI pretendiam manter estável o contingente de mão-de-obra, 22% programaram reduzi-lo e 13% ampliá-lo.

Os preços das manufaturas, em julho-setembro, devem desacelerar, declinando de 15% (abril de 95) para 8% (julho de 95) o percentual das MPI que prognosticam reajustes de preços a taxas superiores às do trimestre anterior.

Metodologia

A 116ª Sondagem junto à indústria de transformação, realizada pelo Centro de Estudos Tendenciais/IBRE/FGV, reúne informações qualitativas e quantitativas de 1.812 empresas, cujas vendas montaram a cerca de R$81 bilhões, as exportações a R$9 bilhões e empregaram 1,1 milhão de pessoas, em 1994.

O termo saldo, diferença entre os percentuais das avaliações (ponderadas) positivas e negativas dos empresários, acerca do estado ou da evolução das variáveis pesquisadas, de suma importância em sondagens conjunturais, reflete as tendências dominantes de curto prazo, e é usado algumas vezes neste texto.

EDEN GONÇALVES DE OLIVEIRA
JOÃO MENDONÇA DA COSTA REGO
JORGE FERREIRA BRAGA

Comércio Varejista

Vendas menores

Para o bimestre julho-agosto de 1995, 32% dos micro e pequenos comerciantes prognosticam declínio das vendas em relação a maio-junho.

A pesquisa detectou frustração dos prognósticos de expansão das vendas em relação ao segundo bimestre do corrente ano (saldo de -35%, quando se previa 4%), fato que ocorreu também na sondagem anterior. Todas as regiões apresentaram consideráveis retrações de vendas em comparação com março-abril do ano em curso: Centro-Oeste (saldo de -42%), Sul (-37%), Sudeste (-35%), Nordeste (-30%) e Norte (-26%). Todos os segmentos mercantis venderam menos, principalmente as concessionárias e agências de veículos (saldo de 67%), e as lojas de materiais de construção e cine-foto-som e óticas (-55%) e de autopeças e acessórios (-50%).

Entre o início de maio e o final de junho, verificou-se redução dos estoques comerciais das micro e pequenas empresas (MPE) em todas as regiões, principalmente no Sul (saldo de -28%), Sudeste (-24%) e Nordeste (-23%). Ante a diminuição dos negócios, essas empresas reduziram, pelo segundo bimestre consecutivo, as encomendas à indústria e ao comércio atacadista. Em termos de ramos, o declínio dos estoques de produtos acabados foi relevante em concessionárias e agências de veículos (saldo de -49%), materiais de construção (-41%) e autopeças e acessórios (-38%).

Em maio-junho, 22% das MPE comerciais varejistas recorreram ao crédito bancário (o mesmo percentual verificado na pesquisa anterior), sendo que 60% delas enfrentaram grandes dificuldades para obtenção de recursos e 9% registraram dificuldades menores. Em termos regionais, as empresas do Sudeste e do Centro-Oeste foram as que mais recorreram ao crédito bancário (29% e 26%, respectivamente) e as que menos o fizeram foram as do Nordeste (10%). Mais procuraram crédito os ramos concessionárias e agências de veículos e utilidades domésticas (32%), e autopeças e acessórios e materiais de construção (28%) — segmentos mais fortemente afetados pelas restrições creditícias ao consumo.

No início de julho, dificuldades de caixa continuaram afetando 48% das micro e pequenas empresas comerciais varejistas, principalmente no Nordeste e Centro-Oeste (53%) e no Sul (52%); das empresas do Norte, somente 23% acusaram tais entraves.

Nessa época, a situação dos negócios foi julgada satisfatória por 54% das empresas, insatisfatória por 43% e muito boa por 3%, situação menos favorável do que a observada em igual mês de 1994, época em que 75% dos comerciantes consideravam satisfatória a situação de seus negócios e 21%, insatisfatória. A maior incidência de reclamações ocorreu no Nordeste e no Sudeste (47% e 46%, respectivamente) e a menor no Norte (19%). Empresários de todos os segmentos ressentiram-se bastante do fraco nível de demanda, principalmente os das concessionárias e agências de veículos (70%), tecidos e armarinhos (52%), utilidades domésticas (50%) e autopeças e acessórios (50%).

A escassez de capital de giro, em 8% das empresas, constituiu outro motivo inibidor da realização de negócios, principalmente no Norte (11%). Esse entrave foi mencionado com maior incidência nos ramos utilidades domésticas (11%), supermercados e lojas populares (10%) e autopeças e acessórios (10%).

Observou-se, em maio-junho de 95, redução do nível de emprego em relação a março-abril de 95 (saldo de -12%). O maior número de demissões ocorreu no Nordeste (saldo de -14%) e no Sudeste (-13%). Os segmentos onde ocorreram maiores liberações de pessoal foram: concessionárias e agências de veículos (saldo de -28%), autopeças e acessórios, e materiais de construção (ambos, -23%).

Perspectivas de evolução do pequeno comércio varejista

Para o bimestre julho-agosto de 1995, 32% dos micro e pequenos comerciantes prog-

Comércio varejista – Micro e pequenas empresas

Previsão para jul.-ago. 95, segundo regiões geográficas – em %

Discriminação	Brasil			Norte			Nordeste			Sudeste			Sul			Centro-Oeste		
	(+)	(=)	(–)	(+)	(=)	(–)	(+)	(=)	(–)	(+)	(=)	(–)	(+)	(=)	(–)	(+)	(=)	(–)
Volume de vendas das empresas	18	50	32	19	43	38	22	47	31	17	49	34	14	57	29	25	63	12
Compras para a atual estação	13	51	36	12	55	33	11	55	34	14	48	38	12	53	35	18	67	15
Mão-de-obra	07	83	10	01	97	02	10	80	10	07	80	13	06	87	07	09	84	07
Taxa de crescimento de preços	31	61	08	33	62	05	29	64	07	35	55	10	23	70	07	22	71	07
	(S)	(N)	(I)	(S)	(N)	(I)	(S)	(N)	(I)	(S)	(N)	(I)	(S)	(N)	(I)	(S)	(N)	(I)
Encomendas para a próxima estação	10	54	36	07	74	19	09	49	42	11	50	39	10	61	29	13	68	19

Fontes: FGV/IBRE/CET – SEBRAE.

Obs.: (+), (=), (–) – respectivamente, maior, igual e menor do que no bimestre anterior.

(S),(N),(I) = respectivamente, superior ao normal, normal e inferior ao normal (para a época do ano).

Brasil – Comércio varejista – Micro e pequenas empresas
Previsão para jul.-ago. 95, segundo ramos mercantis – em %

Discriminação	Volume de Vendas			Compras para a atual estação			Mão-de-obra			Taxa de preços			Encomendas para a próxima estação		
	(+)	(=)	(–)	(+)	(=)	(–)	(+)	(=)	(–)	(+)	(=)	(–)	(S)	(N)	(I)
Comércio geral	18	50	32	13	51	36	7	83	10	31	61	8	10	54	36
Utilidades domésticas	16	56	28	17	51	32	13	75	12	22	68	10	09	54	37
Cine-foto-som e óticas	25	48	27	16	45	39	04	91	05	26	70	04	14	49	37
Móveis e decorações	31	47	22	23	50	27	16	75	09	23	64	13	14	52	34
Vestuário e calçados	24	46	30	15	47	38	06	82	12	30	60	10	16	48	36
Tecidos e armarinhos	13	42	45	11	35	54	04	88	08	23	67	10	17	36	47
Supermercados e lojas populares	15	54	31	12	56	32	07	83	10	32	62	06	07	60	33
Farmácias, drogarias e perfumarias	21	48	31	14	54	32	06	89	05	46	50	04	13	58	29
Concessionárias e agências de veículos	09	38	53	04	35	61	04	77	19	10	34	56	05	34	61
Autopeças e acessórios	26	44	30	12	47	41	07	84	09	39	52	09	09	55	36
Materiais de construção	14	43	43	11	46	43	06	83	11	36	58	06	11	42	47

Fontes: FGV/IBRE/CET – SEBRAE.
Obs.: (+), (=), (–) – respectivamente, maior, igual e menor do que no bimestre anterior.
(S), (N), (I) – respectivamente, superior ao normal, normal, e inferior ao normal (para a época do ano).

nosticam declínio das vendas em relação a maio-junho, enquanto 18% prevêem crescimento (saldo de -14%). Em termos regionais, maior redução é esperada por empresários do Norte (-32%). Quanto a ramos de atividade, o de materiais de construção restringiu em 29% suas vendas. Somente o ramo móveis e decorações espera expansão das vendas em relação ao terceiro bimestre do corrente ano.

Quanto às compras (reabastecimento para a atual estação), 36% das empresas pretendem realizá-las em volumes inferiores e 13% superiores (saldo de -23%). Menores compras junto à indústria e ao comércio atacadista deverão ser feitas por empresários do Sudeste (-24%), Nordeste e Sul (-23%). Em termos de ramos, serão menores as aquisições dos segmentos concessionárias e agências de veículos (saldo de -57%) e tecidos e armarinhos (-43%).

No que tange às encomendas com vistas à próxima estação, 54% das MPE deverão fazê-las em nível normal, 36% inferior e 10% superior (saldo de -26% contra 13% referentes a julho-agosto de 1994). Também será menor o volume de encomendas a serem feitas por micro e pequenas empresas do Nordeste (saldo de -33%) e Sudeste (-28%).

No começo de julho de 95 não havia, para 91% das empresas, problemas ou atrasos na recepção de mercadorias encomendadas. Entretanto, essas dificuldades afetaram 18% das farmácias, drogarias e perfumarias e 16% das empresas do ramo tecidos e armarinhos.

As MPE comerciais varejistas prevêem, de modo geral, tênue redução do nível de emprego em relação ao segundo bimestre do corrente ano, principalmente as do Sudeste (saldo de -6%). Já os empresários do segmento móveis e decorações manifestaram intenção de realizar contratação adicional de mão-de-obra (saldo de 7%), já que sazonalmente as vendas crescem no segundo semestre. Maior liberação de pessoal está prevista por empresários dos segmentos concessionárias e agências de veículos (-15%), reflexo das recentes quedas nas vendas.

No que tange às encomendas com vistas à próxima estação, 54% das MPE deverão fazê-las em nível normal, 36% inferior e 10% superior.

Metodologia

A Sondagem Conjuntural do Comércio Varejista é realizada, bimestralmente, pelo Sebrae e a FGV nos meses de janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro. O inquérito de sondagem tem por objetivo obter do empresário informações sobre a evolução do comércio em geral e de seus ramos mercantis, de modo a fornecer subsídios a diversas entidades e aos empresários.

O universo de interesse da pesquisa são as micro e pequenas empresas (MPE) comerciais, que representam cerca de 98% dos estabelecimentos existentes no setor comercial, 72% do valor das vendas, absorvem 80% da mão-de-obra total e participam com, aproximadamente, 6% do PIB.

O termo saldo, diferença entre os percentuais das avaliações positivas e negativas dos empresários acerca do estado ou da evolução de variáveis pesquisadas, é de suma importância em sondagens conjunturais, por permitir a leitura de tendências dominantes de curto prazo, e será usado algumas vezes neste trabalho.

Participaram desta pesquisa, realizada com o apoio dos agentes do sistema Sebrae, 2.105 empresas (de até 49 pessoas ocupadas), compreendendo 14 unidades da federação — Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo.

Araguacy Affonso Rego – Sebrae
Carlos Henrique Rocha – Sebrae
Eden Gonçalves de Oliveira – IBRE/CET
Gláucia Maria Vasconcellos Vale – Sebrae
João Mendonça da Costa Rego – IBRE/CET
Luiz Gonçalves Filho – IBRE/CET
Michel Veranci Bechara – Sebrae
Paulo Cesar Stilpen – IBRE/CET

Demanda estável

O número de empresas que espera ampliação da demanda de seus serviços em julho-agosto de 1995 é de 30%, enquanto 24% acreditam em declínio.



A Sondagem Conjuntural realizada em julho pelo Sebrae/FGV detectou que a situação dos negócios foi julgada satisfatória por 62% das empresas, insatisfatória por 34% (o mais alto percentual informado à sondagem) e muito boa por 4% — situação bem aquém daquela observada no início de maio. A maior incidência de reclamações foi verificada no Nordeste (43% das empresas).

Dentre os estabelecimentos que consideram a situação insatisfatória (34% do total dos respondentes), 65% apontam debilidade da demanda em geral como o mais importante fator limitador da realização dos negócios (14 pontos percentuais acima do observado em maio de 1995), destacadamente em serviços de alojamento (81%, contingenciamento do crédito e baixa estação), em serviços de compra, venda, administração, locação e arrendamento de imóveis (73%, conjuntura ainda desfavorável) e em serviços de reparação, manutenção e instalação (71%, reajustes de preços finais decorrentes dos custos dos insumos e da mão-de-obra, em ambiente de contração geral do consumo).

Indicações referentes à escassez de capital de giro são apontadas por 15% dos informantes, principalmente em serviços profissionais prestados a empresas e entidades (inadimplência, restrições do crédito e dificuldade de desconto de duplicadas no sistema bancário, 21%); em serviços de reparação, manutenção e instalação (custos de peças e componentes, retração da demanda e inadimplência, 17%); em serviços de diversão (carga tributária e redução do consumo, 17%); e em serviços de turismo (queda nas comissões em pacotes turísticos, em face do contingenciamento do consumo e da baixa estação, 17%).

Elevados custos operacionais afetam 12% das médias e pequenas empresas (MPE) e as causas principais abarcam tributos, encargos sociais, aluguéis e condomínio, despesas de manutenção e seguros. Tal dificuldade alcança 29% dos informantes de serviços pessoais, de higiene e de estética pessoal e 20% de serviços de transporte de mercadorias

Dificuldades relativas à localização da empresa (distância física dos centros de consumo, falta de estacionamento, eventuais obras públicas, reforma do prédio em que está instalada, má conservação de estradas e insegurança pública), afetando 3% das MPE, ocorreram em serviços de transporte de mercadorias (Nordeste), em serviços profissionais prestados a empresas e entidades (Sudeste), e em serviços de compra, venda, administração, locação e arrendamento de imóveis (Sul).

Escassez de mão-de-obra qualificada (em 2% das MPE) ocorre na Amazônia (microtorneiros, corretores imobiliários), no Nordeste (técnicos de som e vídeo, cor-

Setor serviços – Micro e pequenas empresas
Previsão para jul.-ago. 95 – ramos componentes – em %

Discriminação	Volume dos negócios			Volume de compras			Mão-de-obra			Taxa de preços		
	(+)	(=)	(–)	(+)	(=)	(–)	(+)	(=)	(–)	(+)	(=)	(–)
Setor serviços em geral	30	46	24	21	57	22	09	83	08	25	68	07
Alojamento	36	53	11	22	66	12	15	81	04	29	66	05
Alimentação	28	47	25	24	57	19	08	84	08	24	69	07
Reparação, manutenção e instalação	23	47	30	14	53	33	11	81	08	26	66	08
Pessoais, higiene e estética pessoal	22	49	29	21	59	20	09	82	09	32	65	03
Diversão	37	37	26	23	64	13	08	83	09	15	81	04
Auxiliares prestados a empresas, entidades e pessoas	53	34	13	28	57	15	08	85	07	27	69	04
Compra, venda, admin., locação, arrendamento de imóveis	26	55	19	09	73	18	09	85	06	20	69	11
Auxiliares de transporte	29	45	26	12	63	25	08	76	16	29	64	07

Fontes: FGV/IBRE/CET – SEBRAE.
Obs.: (+), (=), (–) – respectivamente, maior, igual ou menor do que no bimestre anterior.

Setor serviços – Micro e pequenas empresas
Previsão para jul.-ago. 95 – regiões geográficas – em %

Regiões	Volume dos negócios			Volume de compras			Mão-de-obra			Taxa de preços		
	(+)	(=)	(–)	(+)	(=)	(–)	(+)	(=)	(–)	(+)	(=)	(–)
Brasil	30	46	24	21	57	22	09	83	08	25	68	07
Norte	20	52	28	14	63	23	03	93	04	22	77	01
Nordeste	38	40	22	28	47	25	15	73	12	26	66	08
Centro-Oeste	41	46	13	25	56	19	05	91	04	17	78	05
Sudeste	27	47	26	19	59	22	07	85	08	27	66	07
Sul	30	49	21	21	60	19	13	82	05	20	74	06

Fontes: FGV/IBRE/CET – SEBRAE.
Obs.: (+), (=), (–) – respectivamente, maior, igual ou menor do que no bimestre anterior.

retores imobiliários, cabeleireiros), no Sudeste (cozinheiros, agentes de turismo), no Sul (cozinheiros, eletrotécnicos) e no Centro-Oeste (cozinheiros, camareiras).

Problemas relativos à falta de espaço físico para instalações (citados por 1% das MPE) tiveram maior expressividade em serviços profissionais prestados a empresas e entidades (Amazônia), serviços de diversão (Nordeste) e serviços de transporte de mercadorias (Centro-Oeste).

Escassez e alto custo das matérias-primas (apontados por 1% das MPE) — mais intensamente sentidos na Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste — afetaram os serviços de alimentação e de reparação, manutenção e instalação, serviços de cabeleireiros e de videolocadoras, compreendendo produtos comestíveis, peças e componentes para condicionadores de ar, computadores e relógios, autopeças, materiais de cabeleireiro e fitas de vídeo.

Indisponibilidade de equipamentos foi citada por 1% das MPE: serviços de alojamento (microcomputadores, fax e mobiliário específico), no Nordeste; serviços de alimentação (equipamentos de pizzaria e churrascaria, balcões térmicos, fogões industriais, geladeiras comerciais, extratores de suco, balanças eletrônicas) no Nordeste, Sudeste; e Sul; serviço de diversão (equipamentos de som e mesa de luz), no Sudeste, e serviços pessoais, de higiene e de estética pessoal (cadeiras e secadores para cabeleireiros), no Nordeste.

Perspectivas de evolução do setor serviços

Parcela correspondente a 40% das MPE apontam atmosfera contracionista no setor serviços para o período julho-agosto de 1995, em relação ao bimestre antecedente, enquanto 13% das empresas pesquisadas prevêem expansão dos negócios em geral (saldo de -27%) — as expectativas contracionistas do clima dos negócios desse setor ocorrem pelo segundo bimestre consecutivo, associadas à perda de dinamismo do mercado interno.

Já com relação ao seu próprio negócio, as MPE prevêem algum crescimento: o número de empresas que espera ampliação da demanda de seus serviços em julho-agosto de 1995 (em relação a maio-junho) é de 30%, enquanto 24% acreditam em declínio — saldo previsto de 6%, contra um saldo observado no quarto bimestre de 1994 de 33% (época de adaptação dos agentes às operações com a nova moeda, o real). A desaceleração da atividade industrial, a descapitalização de produtores rurais, as restrições creditícias, o patamar dos juros e a elevada inadimplência explicam, em boa parte, esse desempenho pouco expressivo.

Os resultados regionais destacam as perspectivas das MPE no Centro-Oeste (saldo de 28%, induzido pelo início do plantio de primavera e retomada das atividades parlamentares) e no Nordeste (saldo de 16%, impulsionado pela época de festas regionais). Nas regiões Sul (saldo previsto de 9%) e Sudeste (1%), os resultados modestos refletem o contingenciamento da demanda. Já os decréscimos na Amazônia (saldo de -8%) continuam associados à baixa estação (hotelaria e turismo) e à desaceleração dos negócios na Zona Franca.

Com relação aos ramos, destacam-se, pelas expectativas expansionistas de seus negócios, os serviços profissionais prestados a empresas e entidades (saldo de 40%), induzido pelo crescimento em perspectiva da prestação de serviços de informatização para empresas comerciais e industriais, e os serviços de alojamento (saldo de +25%), em função de férias escolares e eventos de inverno no Sudeste e no Sul.

Paralelamente, o encarecimento de peças e componentes em geral, as correções salariais da mão-de-obra, as dificuldades de repasse desses custos aos preços finais e a contração do consumo estão refletidos nos prognósticos negativos em serviços de reparação, manutenção e instalação (saldo de -7%) e em serviços pessoais, de higiene e de estética pessoal (-7%).

No que tange a compras de materiais e componentes em julho-agosto de 1995, 22% das MPE deverão realizá-las em volumes inferiores ao bimestre anterior e 21% em volumes superiores — tendências que revelam uma política de compras ajustada à fraca evolução prevista dos negócios.

Para o período julho-agosto de 1995, 83% das MPE do setor serviços pretendem manter estável o contingente de mão-de-obra, 9% prognosticam ampliá-lo e 8% reduzi-lo — com prognósticos de alguma absorção adicional de pessoal ocorrendo em serviços de alojamento, enquanto estão previstas dispensas de pessoal em serviços de transporte de mercadorias.

Quanto à evolução dos preços dos serviços em julho-agosto de 1995, a perspectiva é desaceleracionista (após dois bimestres de taxas crescentes), declinando de 41% (maio de 1995) para 25% (julho de 1995) o percentual das MPE que prognostica reajustes a taxas superiores às do bimestre anterior.

Nota metodológica

A cada pesquisa os empresários informam sobre vendas realizadas, situação do crédito, mão-de-obra empregada, política de compras e as limitações impostas ao crescimento das vendas no período em análise e antecipam tendências do setor serviços para o bimestre seguinte. Para a apresentação dos resultados da pesquisa mostra-se, por item analisado, a composição percentual das respostas referida ao total das empresas informantes.

Araguacy Affonso Rego – Sebrae
Carlos Henrique Rocha – Sebrae
Eden Gonçalves de Oliveira – IBRE/CET
Gláucia Maria Vasconcellos Vale – Sebrae
João Mendonça da Costa Rego – IBRE/CET
Luiz Gonçalves Filho – IBRE/CET
Michel Veranci Bechara – Sebrae
Paulo Cesar Stilpen – IBRE/CET

Agricultura

Novos destaques na vinicultura mundial

A apresentação da bebida brasileira no exterior chega a resultar em algumas premiações notáveis, como a que recentemente laureou o vinho Millésime, inscrito em The 26th International Wine and Spirit Competition, em Londres.



O Brasil é um discreto produtor de vinhos, ocupando, segundo dados da FAO, o sexto lugar entre os produtores mundiais fora da Europa, conforme apresenta a tabela. Seu consumo interno *per capita* é ainda irrisório, ao redor de 2 l anuais, mas tem possibilidades de aumentar, pois a qualidade de alguns tipos da bebida brasileira apresenta hoje padrões satisfatórios. Um sério obstáculo, porém, continua sendo o preço cobrado pelos restaurantes, que tolhe o hábito de consumir vinho fora de casa. O consumo doméstico, evidentemente, é prejudicado pelas restrições orçamentárias da população, mas os vinhos de mesa apresentam bom potencial, apesar da concorrência de importados a preços acessíveis.

A vinicultura brasileira evoluiu bastante em termos tecnológicos, para poder superar deficiências das uvas que, embora cultivadas cuidadosamente na serra gaúcha (também são produzidos vinhos em Santa Catarina, Minas Gerais e no vale do São Francisco, mas em menor escala), enfrentam situações climáticas adversas.

Esse aprimoramento tecnológico tem levado a que os vinhos brasileiros sejam apreciados no exterior, de alguns anos a esta data, mas em quantidades pouco expressivas. Há algum tempo, exportavam-se vinhos comuns, como o Sangue de Boi, vendido para os EUA. Colocações episódicas do produto brasileiro no exterior foram-se sucedendo, até que se produziu uma marca especial para o vinho exportado, o Marcus James, da Cooperativa Vinícola Aurora, a maior empresa do subsetor.

Embora o país esteja longe de possuir a necessária agressividade mercadológica de países como a Austrália e o Chile, por exemplo, a apresentação da bebida brasileira no exterior chega a resultar em algumas premiações notáveis, como a que recentemente laureou o vinho Millésime, também produzido pela Aurora. Trata-se de um vinho tinto *cabernet sauvignon* que, inscrito em The 26th International Wine and Spirit Competition, em Londres, recebeu nota 83,5, correspondendo à medalha de bronze, que receberá em 30 de outubro próximo, como o terceiro melhor vinho da competição. É um vinho selecionado a partir da separação das melhores uvas de uma safra excepcional, no caso a da vindima de 1991, considerada a safra do século no Brasil. A denominação francesa Millésime é atribuída a estas bebidas fora de série.

O crescimento das vendas de novos países vitícultores no mercado mundial também acarreta problemas diversos, mesmo de ordem jurídica, por freqüentemente serem empregados nomes privativos de regiões vinícolas francesas tradicionais. Por exemplo, não se pode denominar um vinho espumante como *champagne*, já que isto só pode ser feito pelos vinicultores daquela região francesa. A solução para o problema é colocar a referência ao método de vinificação no rótulo (*méthode champenoise*). Vinhos californianos e australianos foram objeto de prolongadas querelas legais por este motivo.

Importantes mercados importadores, como os EUA e o Reino Unido, vêm recebendo cada vez mais vinhos de países considerados "surpreendentes", pela publicação norte-americana *Advertising Age International*.[1] A mesma revista diz que o mais surpreendente é o fato de estarem ampliando sua distribuição sem grandes esforços de propaganda. Afinal, para os padrões norte-americanos, os lançamentos de produtos demandam sempre vários milhões de dólares.

Países exportadores como a Hungria, a Argentina e a África do Sul estão-se juntando ao Chile, na lista dos mais destacados em termos mundiais, graças aos seus baixos preços. No entanto, segundo a mesma fonte, lutam contra taxas de câmbio voláteis, canais de distribuição bizantinos, recursos limitados de *marketing* e sistemas de venda primitivos.

É provável que o mais forte entre os produtores emergentes de vinhos seja justamente o Chile, que oferece todas as variedades clássicas, como *chardonnay* e *cabernet sauvignon* (viníferas européias, disponíveis em menor quantidade no Brasil) e exportou US$120 milhões em 1994 (bem mais do que os meros US$3 milhões vendidos 15 anos antes). Segundo a Fundación Chile, cerca de 40% de suas vendas foram para os EUA e 20% para a América Latina.

Uma boa razão para a popularidade do vinho chileno é seu *marketing*, com prolongadas degustações e anúncios custeados pelo ProChile, o braço comercial do Ministério dos Negócios Estrangeiros. O ProChile gasta anualmente entre US$2

milhões e US$3 milhões em propaganda nos EUA, com frases como: "Não é apenas um vinho. É um país." Claro que o preço entre US$5 e US$7 por garrafa também pesa a favor do vinho chileno, apresentado visualmente e em termos de olfato e paladar como os vinhos da Califórnia, que representam 80% do consumo norte-americano.

Apesar da recente expansão das importações norte-americanas da bebida, elas caíram de 30% do consumo do país, há uma década, para 15%, no ano passado. Nesse mercado, a participação chilena é de 8%, a da Hungria atinge 1% e a da Argentina (quinto produtor mundial, com exportações de US$22 milhões em 1994) um pouco menos de 1%.

O mercado norte-americano, embora tenha enorme potencial, não apresenta tantas oportunidades como pode parecer, em razão dos hábitos de consumo de refrigerantes e de cerveja. Os argentinos, ali, seguem o comportamento dos chilenos, com exposições, degustações e propaganda de algumas marcas. A agência oficial de promoção de exportações, a ExportAr, apóia a atividade e 16 membros da Associación Vitivinícola Argentina contribuem com US$16 mil, cada, para literatura, vídeos e anúncios, tudo encaminhado por diferentes empresas publicitárias.

No que diz respeito aos vinhos húngaros, eles competem com as exportações mais baratas da vizinha Bulgária e há o problema de enfrentarem preços de apenas US$2 por garrafa na Europa, seu segundo maior importador, contra preços de US$7 a US$9 em seu próprio mercado interno.

Outro país que tem ampliado suas vendas externas de vinhos é a África do Sul, principalmente para o Reino Unido, onde vendeu nos dois últimos anos 5% a mais a cada ano. As sanções colocadas contra o país, devido ao odioso regime do *apartheid*, nos anos 70, isolaram-no do mercado, até serem levantadas em 1992. Em 1993, os sul-africanos exportaram 60 milhões de l, mas foram criticados por produzirem pouco de sua variedade mais popular (*pinotage*) e também pouco vinho tinto. Também lhes falta um *board* de comercialização e uma estratégia de *marketing*, embora vinícolas independentes estejam criando as suas, à semelhança do que ocorre no Brasil.

A respeito do vinho sul-africano, convém citar que, de acordo com o Centro Nacional de Pesquisa de Uva e Vinho, da Embrapa, localizado no coração da principal região produtora brasileira, Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, ele é a matéria-prima de alguns dos adocicados vinhos alemães, cuja presença vem-se avolumando nos supermercados brasileiros, sempre a preços vantajosos. Importado pela Alemanha em regime de *draw back*, vem concorrer no mercado interno brasileiro, prejudicando a viticultura do país, que consegue competir com a do Mercosul, mas precisa saber defender-se da atratividade de marcas européias sobre um consumidor que ainda precisa ser conquistado.

Vinho – produção mundial – 1991-1993
Em 1000 t

País	Ano		
	1991	1992	1993
Itália	5.979	6.869	5.700 [1]
França	4.271	6.504	5.398
Espanha	3.134	3.573 [1]	2.709 [1]
URSS	1.400 [2]		
Argentina	1.450	1.200 [2]	1.200 [2]
Eua	1.767	1.654	1.700 [2]
Portugal	983	755	900 [2]
Romênia	501	471	800 [2]
Alemanha	1.119 [1]	1.340 [1]	1.340 [2]
África do Sul	970	1.009	930 [2]
Iugoslávia		170 [1]	155 [1]
Grécia	398	404	413
Chile	317 [1]	290 [1]	320 [2]
Bulgária	255	201 [1]	180 [2]
Austrália	394	459	443 [2]
Hungria	461	388	440 [2]
Brasil	306	358	360 [2]
Áustria	309	259	270 [2]
Argélia	46	50 [1]	50 [2]
Tchecoslováquia	155 [1]	134 [1]	
Suíça	125	124	122 [2]
China	300 [2]	310 [2]	350 [2]
Uruguai	80	80	107
Tunísia	41	33	34
Japão	57	50	57 [2]
Canadá	37 [2]	38 [2]	39 [2]
México	180 [2]	183 [2]	183 [2]
Nova Zelândia	50	42	45 [2]
Chipre	42	65	60 [2]
Turquia	23	26	26
Marrocos	39	43	33
Israel	12	12	13
Albânia	18 [2]	16 [2]	15 [2]
Madagascar	9 [1]	9 [1]	9 [2]
Paraguai	5 [2]	5 [2]	5 [2]
Líbano	14 [2]	15 [2]	17 [2]
Bolívia	2 [2]	2 [2]	2 [2]
Egito	2 [2]	2 [2]	2 [2]
Malta	2 [2]	3 [2]	3 [2]
Mundo	25.253	27.146	24.430

Fonte: FAO Production Yearbook.
[1]Cifras extraoficiais.
[2]Estimativa.

Em 1992, Em 1993, os sul-africanos exportaram 60 milhões de l, mas foram criticados por produzirem pouco de sua variedade mais popular (*pinotage*) e também pouco vinho tinto. Também lhes falta um *board* de comercialização e uma estratégia de *marketing*, embora vinícolas independentes estejam criando as suas, à semelhança do que ocorre no Brasil.

Fernando Roberto de Freitas Almeida
do IBRE/CEA
Com a colaboração de René Bertin, da Universidade Gama Filho.

[1]Non-traditional nations pour into wine markets. *Advertising Age International*, May, 15, 1995.

Habitação

A busca de novas fontes de financiamento mobiliário

A curto prazo a permissão ao mercado imobiliário de buscar recursos no exterior não deve alterar significativamente o montante de recursos para financiamento de imóveis.

Ao longo dos últimos anos, após a extinção do Banco Nacional da Habitação (BNH), várias alternativas de crédito para fins imobiliários vêm sendo adotadas, desde recursos originários dos depósitos de cadernetas de poupança até formas de financiamento direto dos próprios construtores, especialmente no segmento de imóveis residenciais para a classe média.

O setor imobiliário, no último mês de julho, apresentou uma queda significativa no movimento dos estandes de venda de imóveis novos, tendo em vista o clima de expectativa em relação às medidas de desindexação da economia e a política de juros altos do governo.

Divulgadas as novas medidas governamentais no tocante aos financiamentos imobiliários, abriu-se a possibilidade de o mercado imobiliário buscar recursos no exterior para financiamento de construção e aquisição de imóveis novos. Tais empréstimos deverão custar menos do que os oferecidos através do sistema financeiro de habitação, mas os riscos cambiais são de responsabilidade do tomador final. A operação externa está sujeita ao prazo mínimo de amortização de dois anos e o prazo mínimo para financiamento interno é de um ano.

Bem recebida em princípio pelo mercado, existem, porém, algumas ressalvas: a curto prazo, não deverá ocorrer forte impacto sobre os financiamentos imobiliários, especialmente para fins residenciais. Como os prazos de captação são curtos, inicialmente a maior parte dos recursos será emprestada para financiamento de compra ou construção de imóveis comerciais, notadamente hotéis e *shopping centers*. O segundo problema para mudança no cenário de crédito imobiliário é a capacidade de captação externa, sendo os financiamentos imobiliários apenas um novo segmento de aplicação de recursos externos a participar e competir pelo mesmo volume financeiro.

A captação de recursos do exterior não deverá suprir a lacuna aberta pelo redirecionamento dos recursos da poupança tradicional para uma caderneta de poupança sem vínculo com o financiamento habitacional e com juros livres.

A médio e longo prazos, o crédito imobiliário poderá obter benefícios da captação externa.

A médio e longo prazos, o crédito imobiliário poderá obter benefícios da captação externa, como acontece na Argentina, onde há uma grande procura de financiamentos com capital externo e taxas de juros anuais de 19% por parte das pessoas físicas.

O desenvolvimento do crédito hipotecário também deverá alavancar recursos para a construção de imóveis no Brasil. As companhias hipotecárias foram criadas pelo Banco Central em novembro do ano passado, mas até o presente momento somente duas construtoras estão com pedidos para constituição de suas companhias, esperando definição das regras de operação e regulamentação para a criação de órgãos securitizadores. Esses agentes securitizadores comprariam créditos hipotecários das companhias, que seriam utilizados como lastro de letras de sua própria emissão para colocação junto ao mercado. Tais instituições teriam capital aberto, seriam listadas e com ações negociadas nas bolsas de valores, sendo prováveis grandes compradores os fundos de pensão e as seguradoras. O lucro da agência securitizadora deverá vir das comissões cobradas para a securitização dos títulos. As companhias hipotecárias têm muito sucesso nos EUA, movimentando cerca de US$4,2 trilhões anualmente, sendo cerca de US$1,7 trilhão securitizado. Com a desejada estabilidade econômica do país, há boas perspectivas para esse segmento, que permitirá captação com prazos mais longos.

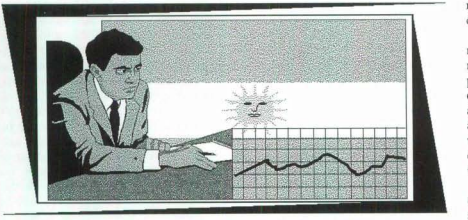
Com relação ao novo mecanismo de poupança vinculada, que está sendo regulamentado pelo Banco Central, espera-se que o poupador tenha direito a um financiamento habitacional depois de três anos de depósitos programados. Os bancos poderão financiar entre 40 e 60% do valor do imóvel, dependendo do volume dos depósitos. Essa medida governamental, em que pese a sua boa intenção, deverá ser de pouca ajuda para a solução do problema habitacional, na medida em que as famílias de baixa renda e até mesmo as de renda média terão grandes dificuldades financeiras em conciliar o pagamento de um aluguel, suas despesas ordinárias e cotidianas e, paralelamente, efetuar depósitos mensais e de consideráveis valores durante um período longo, para ter acesso ao financiamento da sonhada casa própria. Para as famílias de baixa renda e renda média baixa, o financiamento de casas já prontas, e talvez subsidiadas, parece ser a melhor solução.

As atuais taxas de juros no Brasil inviabilizam, no momento, o sistema de companhias hipotecárias ou qualquer outro tipo de financiamento habitacional de longo prazo. Todavia, espera-se uma queda do nível da taxa de juros com a desindexação da economia. O financiamento imobiliário para a classe média não poderá ser feito com juros elevados; é necessária a prática de juros de mercado internacional, remunerando o capital, mas viabilizando a produção. O ano de 1996 poderá ser um ano da reviravolta do crédito imobiliário.

Maria Lúcia Moraes Lehwing
Economista do IBRE/CEP

Economia consegue se ajustar

A preocupação com a saúde da economia Argentina se deslocou das contas externas para as fiscais.



AS primeiras semanas de junho vieram carregadas de más notícias. Problemas no nível de atividade, com o conseqüente impacto fiscal, discussões no Mercosul e manifestações em algumas províncias, como em Córdoba, geraram reações pessimistas nos mercados de títulos públicos e ações.

A economia, no entanto, mostra sinais claros de estar conseguindo realizar a difícil substituição do financiamento de capitais estrangeiros equivalente a 4% do PIB, sem custos excessivos no que diz respeito ao nível de atividade. Sinal eloqüente disso é a evolução das exportações, que cresceram 50% nos primeiros cinco meses do ano. Acrescido da retração do consumo doméstico, esse sinal reforça a perspectiva de um superávit comercial expressivo.

É evidente que algumas circunstâncias externas favoráveis ajudarão a alcançar esse resultado: preços em alta para *commodities*, crescimento da economia brasileira, redução da taxa internacional de juros. Mas é bom lembrar que, em dois ou três trimestres, a economia fez reverter um déficit comercial de 2% do PIB, quando muitos observadores externos duvidavam de uma resposta favorável ante a repercussão da crise mexicana.

A preocupação rapidamente se deslocou das contas externas para as fiscais. A queda nas vendas domésticas, durante o segundo trimestre deste ano, prejudicou a arrecadação, deixando-a cerca de 700 milhões de pesos abaixo da meta fixada no acordo com o FMI para o mês de maio.

Ainda que a recuperação observada nos depósitos a longo prazo se traduza em recomposição do crédito, o superávit orçamentário previsto para o segundo semestre do ano (3% do PIB, pagos os juros) parece inacessível, sobretudo no terceiro trimestre, quando a arrecadação do IVA sobre as vendas de junho-agosto se ressente da restrição creditícia e da redução dos salários reais, das horas extras e suspensões impostas aos trabalhadores.

É preciso, no entanto, que se obtenha um superávit fiscal de 3% do PIB, que corresponderá a 4% do PIB, se for adicionado o cancelamento da dívida que representaria o ajuste no sistema de aposentadorias, substituído pelo de capitalização.

As opiniões favoráveis à manutenção do alto superávit fiscal de 1994 baseavam-se na expansão artificial do consumo, que financiava a entrada de US$12 bilhões. Aí era gerada uma arrecadação adicional que permitia um ajuste fiscal ilusório do ponto de vista do longo prazo. O equilíbrio das contas fiscais está sendo conseguido num clima recessivo, o que torna mais sólidos seus resultados. É razoável que se consiga um superávit fiscal produzido pelas privatizações, dada a dificuldade de se conseguir financiamento; mas parece francamente excessivo estabelecer como meta, antes das privatizações, um resultado de US$2 bilhões ao ano, diante dos níveis da atividade econômica e do fluxo de capitais externos atuais.

Nas províncias, pela primeira vez em muitos meses são adotadas medidas para resolver problemas estruturais. Um exemplo é a privatização de bancos oficiais e empresas públicas em várias delas. São ajustes necessariamente traumáticos que a carência de recursos das próprias províncias e da nação justifica e sem os quais o plano de conversibilidade entraria virtualmente em colapso.

A integração ao Mercosul é sem dúvida benéfica à economia argentina. Por isso se temia que a decisão unilateral do governo brasileiro na questão do setor de automóveis fizesse eclodir guerras comerciais capazes de pôr a perder 10 anos de entendimentos. A decisão de inovar nessa matéria viola os acordos de Ouro Preto, pondo em risco a estabilidade do acordo como um todo. Sem falar, naturalmente, no prejuízo que poderia causar à indústria argentina, pelos investimentos já realizados com base nos entendimentos anteriores.

Ainda que a experiência de abertura unilateral do Chile demonstre que é possível crescer sem pertencer a um bloco comercial, um eventual colapso do Mercosul afetaria a economia argentina, a curto prazo. Os danos, no entanto, afetariam também outros parceiros comerciais, e é de esperar que o acordo se mantenha em termos razoáveis, tendo por base o interesse comum.

Os problemas não estão ainda afastados da economia argentina. Há aumento da taxa de desemprego e tensão nas províncias para que se concretizem as reformas pendentes. Mas parece que o pior da crise já passou.

Indicadores da economia argentina

Política monetária — Recuperou-se debilmente a demanda de pesos, em junho. Os depósitos voltam aos poucos ao sistema

financeiro, após as incertezas eleitorais. Em contrapartida, prosseguem as necessidades de fundos, em particular para zerar os créditos outorgados pelo Banco Central e pelo Banco da Nação, através da rede de previdência para iliquidez. A reestruturação do sistema se verifica lentamente, com pouca agilidade do desempenho dos fundos fiduciários. O sistema prossegue concentrado, com 55% do total dos depósitos nas 10 primeiras entidades.

Setor externo — Entre 1985 e 1991, enquanto a Argentina e o Brasil acertavam sua integração, sucediam-se situações favoráveis para um e outro sócio. A recessão e a desordem cambial na Argentina, entre 1989 e 1990, deram lugar a um forte aumento das exportações totais, traduzido em maiores vendas ao Brasil. Entre 1992 e 1994, a Argentina foi importadora líquida, com preferências crescentes no mercado brasileiro, que nesses três anos recebeu mais de US$13 bilhões como saldo positivo do comércio bilateral.

O equilíbrio das contas fiscais está sendo conseguido num clima recessivo, o que torna mais sólidos seus resultados.

Produção industrial — Em maio, o nível de atividade do setor manufatureiro se elevou 5,5%, segundo o índice de produção industrial (IPI) sazonalizado da Fiel. Esse percentual foi calculado sobre 113,5 e o ano-base foi 1984=100. Em termos dessazonalizados, a atividade industrial cresceu 1%, com índice de 110 (mesmo ano-base).

Após forte contração registrada nos níveis de produção em abril, no mês de maio a atividade industrial se recompôs a níveis similares aos de dezembro de 1994. O acumulado dos cinco primeiros meses de 1995 aponta leve variação positiva nos volumes da produção industrial (0,5%), comparado ao dos mesmos meses de 1994.

Inflação — O índice de preços ao consumidor (IPC) não acusou variações em maio (inflação zero), enquanto os preços do atacado subiram 0,3%.

TRADUÇÃO E RESUMO DE ALEXANDRE OLIVEIRA

Informe da Fundación Investigaciones Económicas Latinoamericanas (Fiel), de Córdoba, Argentina.

EUA

Japão x EUA: o próximo round

O que deu certo no Japão é o que funciona em qualquer lugar... Honestidade, educação, amor à poupança, direito à propriedade, sacrifício para o futuro e famílias sólidas que cuidam bem de suas crianças.

A atual picuinha comercial entre o Japão e os EUA, cosmeticamente resolvida na última semana de junho, está camuflando algumas tendências do perfil econômico de ambas as nações que poderão gerar conflitos similares no futuro.

A ironia é deliciosa e não pode passar despercebida dos *mercadófobos*: o Japão, como diria Robert Samuelson, encontrou o mercado e não gostou do que viu. Apesar dos problemas recentes com terrorismo e de um terremoto catastrófico, o país já dava sinais de enfraquecimento e de que seu modelo estava comprometido.

Samuelson, em artigo recente, enumera fatos convincentes: desde 1991, a economia japonesa cresceu menos de 1% (os EUA chegaram a quase 10% no mesmo período). De 27 "tecnologias críticas" enumeradas por um comitê da Casa Branca — variando de biotecnologia a computadores —, o Japão não estava encabeçando nenhuma. Os EUA têm liderança completa em 10 e parcial em outras 11. Segundo um estudo da Merrill Lynch, as famosas inversões japonesas no estrangeiro durante os anos 80 geraram mais de US$400 bilhões em perdas — principalmente por diferenciais nas taxas de câmbio.

O problema é que o Japão é dirigido por uma burocracia estatal jurássica, não-adepta da realidade do toma-lá-dá-cá, que é a característica principal da atual economia global. O país beneficiou-se tremendamente da desvalorização do iene entre 1978 e 1982, mas previu o que deveria ser feito quando tal cenário macroeconômico fosse invertido.

E agora observamos a revanche do mercado: em 1990, o iene estava numa proporção de 145/1 em relação ao dólar e agora está em torno de 89. Ou seja, desde 1992 as inversões industriais caíram mais de 20%.

Como a burocracia do Miti e quejandos contribui para tal quadro? Com sua relutância em abrir seus mercados. Desde 1991, o volume físico de exportações aumentou menos de 4%. Entretanto, o seu valor em dólar cresceu, pois a valorização do iene aumenta o preço em dólar das exportações. Daí um superávit da balança comercial robusto e recorde de US$146 bilhões em 1994. Assim, o Japão está "fazendo mais dólares do que pode investir, e tal política gera a sobrevalorização do iene". Samuelson disse que o que chamam de crise do dólar é, na verdade, uma crise do iene.

Qual a solução para o dilema? Ou o Japão exporta menos ou importa mais. Mas o *centrão* japonês não está inclinado a seguir tal estratégia, como se viu na guerra retórica com os EUA. Os burocratas resistem a qualquer tipo de reforma. Tanto a elite estatal como os barnabés acabam com empregos nas empresas privadas num processo chamado de *amakudari*. Quanto maiores forem os superávits, mais o mercado vai envenenar o Japão com o elixir de superiene.

O topete do Japão é de tal tamanho que, logo após o *acordo* firmado com os EUA

— em que se comprometeram a aumentar em US$9 bilhões a compra de autopeças americanas até 1998 —, Hisashi Hosokawa, diretor-geral da repartição de comércio exterior do Miti, disse que essas eram "estimativas unilaterais"... nada mais, nada menos. Claro que o quiproquó originou-se mais por quesitos relacionados às respectivas políticas internas de cada país do que por ameaças reais. Ryutaro Hashimoto, chefe do Miti, é o candidato número um para suceder o atual primeiro-ministro, Tomiichi Murayama, e adorou seus 15 minutos de fama.

Mas essa postura inflexível e populista, visando a percentuais em enquetes eleitorais *interpares*, não é salutar para o país. No mercado de ações japonês, o índice Nikkei está 60% abaixo da média recorde de volumes atingidos em 1990. O preço médio de imóveis também despencou pela metade, durante o mesmo período, pressionando o setor bancário. Há 39 meses seguidos as vendas vêm decaindo (em maio a queda foi de 2,2%). Os juros são inexistentes (o bônus governamental de um ano está pagando 1%), portanto, não pode haver uma solução pró-estímulo interno via política monetária.

Um *paper* de Richard Beason e David Winstein para o Instituto de Pesquisas Econômicas de Harvard indica que os setores econômicos nipônicos que mais sofrem são os que foram mais apoiados pelo complexo burocrático-estatal, entre eles, têxteis e mineração. O projeto de computadores de quinta geração, o navio nuclear e a TV de alta definição podem ser considerados até agora como deixando muito a desejar, em termos comerciais. A conclusão do *paper* indica que "a política industrial japonesa transferiu recursos de setores de alto crescimento para os de baixo rendimento". As companhias de computação americanas invadiram o Japão e até dobraram sua fatia no mercado para 30%.

Mas Jonathan Rauche fica com a última palavra: "O que deu certo no Japão é o que funciona em qualquer lugar... Honestidade, educação, amor à poupança, direito à propriedade, sacrifício para o futuro e famílias sólidas que cuidam bem de suas crianças." Ou seja, o papel da ideologia, apesar de fundamental, é secundário em relação a esses valores universais. Vale a pena partir de tal premissa e demonstrar concatenadamente aos nossos cutrucas tupiniquins e pseudo-samurais que o bem geral da coletividade consiste em deixá-la em paz.

Fernando Gonçalves Carneiro

HUMOR

Economia é a única área do saber onde duas pessoas podem receber o Prêmio Nobel por terem dito coisas diametralmente opostas.

Quantos economistas de Chicago são necessários para trocar uma lâmpada? Resposta: Nenhum. Se houvesse necessidade de trocar a lâmpada, o mercado já o teria feito.

Os economistas previram nove das últimas cinco recessões mundiais.

Segundo o presidente americano Harry Truman, um chefe de Estado totalitário lhe pediu um economista com um braço só para ser seu consultor. "Por quê"? perguntou Truman. "Porque eu estou cansado de economistas que dizem 'por um lado... por outro lado...' "

Um físico, um químico e um economista sobreviveram a um naufrágio e conseguiram nadar até uma pequena ilha deserta, mas não tinham o que comer, até surgir, à deriva, uma lata de sopa. O problema era abrir a lata. O físico falou: "Vamos quebrar a lata com uma alavanca." O químico observou: "Vamos fazer uma fogueira e esquentar a lata; depois será mais fácil abri-la." O economista disse: "Supondo que tivéssemos um abridor de latas..."

PAUL SAMUELSON

Quantos economistas conservadores são necessários para trocar uma lâmpada? Resposta: Nenhum. Porque veja! A luz está voltando!! O ambiente está se tornando nitidamente iluminado!!!

"Se você colocar dois economistas numa sala, você terá duas opiniões diferentes. Se você colocar um economista e Lord Keynes, você terá três."
WINSTON CHURCHILL

"Um economista é alguém que saberá amanhã por que as coisas que ele previu ontem não aconteceram hoje."
LAURENCE J. PETER.

Quando Einstein morreu, encontrou três neozelandeses na fila de entrada do Paraíso. Para passar o tempo, ele perguntou quais eram seus QIs. O primeiro respondeu 190. "Maravilhoso", exclamou Einstein. "Poderemos discutir a contribuição feita por Ernest Rutherford à física atômica e à minha teoria da relatividade." O segundo respondeu 150. "Bom", disse Einstein. "Não vejo a hora de discutirmos o papel da política antinuclear da Nova Zelândia na busca da paz mundial." O terceiro neozelandês murmurou 50. Einstein pensou um pouco e então perguntou: "Qual é a sua previsão de inflação para este ano?"

Sob o socialismo, se você tem duas vacas, você dá uma para seu vizinho. Sob o comunismo, se você tem duas vacas, você dá as duas para o Estado, e este lhe devolve leite. Sob o capitalismo, se você tem duas vacas, você vende uma e compra um touro.

(from Internet: http://www.etla.fi/pkm/joke.html)

Como evitar a carnificina?

As cifras de mortos e feridos nas estradas de rodagem são alucinantes, mas a tecnologia está sendo convocada a romper estas tendências com os carros e as rodovias inteligentes do século XXI.

AUTORIDADES norte-americanas estimam que cerca de 40 mil pessoas morrem anualmente em desastres de automóveis em todo o país, tanto nas cidades como nas principais rodovias que cortam os EUA. Em termos de número de feridos, as cifras são ainda mais alucinantes: 1 milhão a cada ano.

Qual o custo desta verdadeira carnificina? Respondem as estatísticas: US$70 bilhões/ano. Se a isto se acrescenta cerca de US$100 bilhões de prejuízos provocados nos engarrafamentos registrados no país, a coisa evolui para um total de US$170 bilhões. Ou uma parte considerável do produto interno bruto do Brasil... Só em prejuízos com os automóveis.

Na Europa, a Inglaterra parece que vai liderando as estatísticas. Aí o custo total dos acidentes de trânsito se aproxima dos US$24 bilhões/ano. Embora não existam estatísticas sobre os acidentes de automóveis em toda a Europa, algumas estimativas admitem uma cifra próxima à dos EUA: uns US$150 bilhões/ano reunindo custos de acidentes e engarrafamentos.

Para não deixar o Brasil de lado, podemos mencionar o fato de que os acidentes de trânsito já respondem pela sexta causa de mortes no país, ficando abaixo apenas dos homicídios. Os custos também devem ser milionários, mas infelizmente não existem informações sobre isso.

A tecnologia em xeque

O que fazer para impedir o crescimento exponencial desses números, que por si já valem por uma autêntica carnificina? De que modo a indústria de automóveis, ao que parece mais preocupada com a potência dos motores do que com a salvaguarda da vida humana, poderia contribuir para inverter tão sangrentas tendências?

Segundo técnicos da Organização Mundial de Saúde, o mundo deve organizar-se para aprovar algo assim como um convênio internacional para a salvaguarda da vida humana nas ruas, nas estradas e no trânsito em geral, tal como já existe no mar. Neste caso, as montadoras deveriam ser convocadas a competir em termos de segurança, deslocando-se o centro da disputa por mais clientes das atuais preocupações com potência, desenho, elegância e beleza para considerar principalmente a vida humana.



Diz um desses técnicos da OMS:

— No futuro a tecnologia terá como preocupação fundamental o binômio segurança-economia.

Os campeões da morte nas estradas brasileiras

Estados	Vítimas fatais	Feridos
Minas Gerais	1.258	9.029
São Paulo	726	4.764
Rio de Janeiro	705	4.381
Santa Catarina	627	5.339
Rio Grande do Sul	420	4.141
Bahia	412	2.462

Fonte: Ministério dos Transportes.

É preciso reconhecer que alguma coisa já vem sendo feita neste sentido. No campo do trânsito, por exemplo, algumas montadoras estão oferecendo atualmente um mapa eletrônico rodoviário que indica aos motoristas o estado das estradas. Nos EUA já surgiram mapas eletrônicos similares que podem ajudar os motoristas a evitar gargalos no trânsito ou encontrar caminhos mais factíveis.

Também estão sendo vendidos microrradares que permitem aos motoristas controlar a distância que os separam de outros veículos. Algumas empresas norte-americanas de transporte rodoviário de passageiros já se utilizam desses radares e vêm obtendo bons resultados em matéria de segurança.

Uma grande novidade já utilizada nas estradas e ruas dos EUA também permite aos motoristas de veículos coletivos uma completa visão do que acontece no seu interior. Trata-se de um minirradar que vem sendo empregado nos ônibus escolares para acompanhar o que as crianças estão fazendo dentro ou fora do carro, sem as limitações dos atuais espelhos retrovisores. Toda vez que há uma situação de perigo para o escolar, o radar dispara um aviso ao motorista.

Automóveis inteligentes

A busca do automóvel inteligente também se encontra nos planos do setor automobilístico e muitas vezes envolve o esforço de grupos industriais até aqui alheios ao esforço automotivo. Diz um empresário desta área:

— O carro burro deve ser abandonado, tal como a aeronáutica fez com o avião pouco inteligente, o que tornou o transporte aéreo o mais seguro do mundo.

Realmente, até o final desta década os aviões terão transportado cerca de 2,5 bilhões de passageiros. No ano passado foram transportados 1 bilhão e a taxa

Informações Selecionadas

À VENDA

A Fundação Getulio Vargas dispõe de publicações da FAO e da Unesco em inglês, francês e espanhol, sobre os seguintes temas:

FAO

- Agricultura
- Produção e proteção vegetal
- Produção e saúde animal
- Florestas
- Pesca
- Fomento de terras e águas
- Desenvolvimento econômico e social
- Alimentação e nutrição
- Obras gerais
- Publicações oficiais

UNESCO

- Educação
- Ciências
- Ciências sociais
- Cultura
- Comunicação
- Documentação, biblioteca e arquivos
- Publicações oficiais

Informações

EDITORA DA FGV
Praia de Botafogo, 190 – 6º andar
22253-900 – Rio de Janeiro – RJ
Tel: (021) 551-0698 e 536-9196
Fax: (021) 551-0948 e 551-1596

Enquanto os aviões provocaram, em 1994, apenas 47 vítimas fatais, os automóveis causaram 6 mil mortes aqui no Brasil.

de vítimas fatais foi de apenas 0,06 por 100 milhões de passageiros transportados. Em comparação com 1947, quando 590 passageiros morreram em 24 acidentes de aviação (excluídos os que ocorreram na União Soviética), a mesma taxa era de 3,12 passageiros mortos. Enfim, no ano passado, para 2 bilhões de passageiros transportados morreram apenas 47 pessoas.

Qual, portanto, a diferença entre o transporte rodoviário e o aéreo? Uma delas, sem dúvida, é a preocupação do setor aeronáutico com a segurança dos passageiros. Mas a indústria automobilística também começa a dar sinais para uma volta por cima com a busca do carro inteligente.

Como serão eles? A resposta pode estar na redução da potência, na busca de carros mais leves e com novos sistemas de propulsão muito menos poluidores.

Denunciando o alcoólatra

O carro inteligente vai contribuir para uma substancial redução de acidentes fatais ao impedir, por exemplo, que um motorista embriagado possa ligar o veículo. Uma espécie de bafômetro vai informar ao novo sistema de ignição que ele não poderá dar partida ao motor ante os níveis intoleráveis de álcool que exalam de seu corpo.

Outra tecnologia que vem sendo desenvolvida permite, através de sensores no volante e nos pedais, perceber que o chofer está excessivamente relaxado, dormindo ou em vias de fazê-lo. Através de rádios FM, os motoristas também poderão receber informações sobre o movimento nas estradas, a ocorrência de nevadas ou inundações ou o aparecimento de tormentas perigosas.

Acredita-se que todos estes acessórios irão produzir só nos EUA um faturamento de cerca de US$80 bilhões no início do século XXI.

As estradas inteligentes

O mundo rodoviário também busca com afinco o que já se denominou de "as estradas inteligentes do novo milênio". As novas rodovias que substituirão as *estradas da morte* de nossos dias vão oferecer uma série de informações aos automobilistas através de uma rede de sensores distribuída ao longo de sua extensão.

Aliás, as estradas-de-ferro, inclusive aqui no Brasil as duas ferrovias controladas pela Companhia Vale do Rio Doce, contam já em suas linhas com sensores capazes de transmitir de forma instantânea ao sistema de computadores do controle de tráfego tudo o que ocorre nas linhas. Quando, por exemplo, um vagão descarrila ou uma de suas rodas sofre qualquer defeito, imediatamente o sensor colocado na linha informa o local da ocorrência e paralisa o tráfego na área.

As estradas de rodagem inteligentes também vão oferecer estas informações e indicar ao motorista a centenas de quilômetros a ocorrência de um desabamento do piso, de uma colisão ou de um engarrafamento.

Na Europa já estão surgindo estradas inteligentes que, através de um sistema de luzes coloridas, informam aos motoristas a ocorrência de neblinas, queimadas e outros fenômenos que dificultam ou impossibilitam a visibilidade. A extraordinária importância dessa tecnologia que tanto ajuda a abrir os olhos do motorista pode ser bem avaliada por quem já dirigiu na baixada da Severina (BR-112) ou na Rio—Petrópolis em tempo de neblina.

Para nós brasileiros, resta saber quantas décadas nos separam destas estradas maravilhosamente seguras do futuro, já que nos aproximamos de século XXI sem que sequer tenham sido tapados os buracos de nossas rodovias da morte...

Mariinha Machado

Guia para pequenas empresas

Schell, Jim. Guia para gerenciar pequenas empresas. *Rio de Janeiro, Campus, 1995.*

Como fazer a transição para uma gestão criativa e empreendedora? Os ensinamentos estão contidos neste livro de Schell, um veterano de batalhas empresariais, autor de várias obras sobre o bom desenvolvimento dos negócios e antigo articulista de numerosas revistas especializadas em administração.

Para o autor, uma coisa é abrir um pequeno negócio. Outra coisa completamente diferente é impulsionar esse negócio no rumo da prosperidade. Aqui se trata de oferecer técnicas inovadoras, a que o autor dá o nome de gerenciamento flexível. Jim parte do princípio de que é melhor aprender com o erro dos outros do que tirar experiências de nossos próprios erros, as quais em geral são muito mais dispendiosas.

Em 10 capítulos, o autor oferece uma orientação segura sobre cada aspecto da gestão de um pequeno negócio, como a formação e a reunião de uma equipe, inclusive sobre as melhores formas de contratar os profissionais necessários para vencer no jogo empresarial. O livro também busca oferecer indicações sobre meios e modos de se dirigir uma equipe; a criação de uma cultura flexível dentro da empresa; e a melhor maneira de se aproveitar o máximo de cada empregado, colocando-se no lugar dele, ouvindo e acompanhando cada passo de seu trabalho. No último capítulo, o autor dá um conjunto de dicas para o crescimento dos negócios.

A propaganda ao alcance de todos

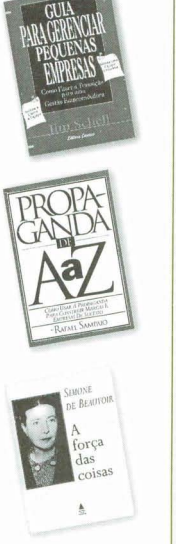
Sampaio, Rafael. Propaganda de A a Z. *Rio de Janeiro, Campus, 1995.*

O autor é um veterano publicitário e jornalista, exercendo atualmente a vice-presidência da Associação Brasileira de Anunciantes e fundador e editor da *About*, uma das mais destacadas publicações especializadas em propaganda. Graças a todo esse arsenal de informações, Rafael Sampaio pôde escrever um dos mais importantes livros sobre a propaganda que se edita no Brasil, oferecendo com ele todo um conjunto completíssimo de técnicas e recursos que estão atualmente disponíveis e, mais que isso, são usados hoje pelas melhores agências e produtoras.

Em 10 capítulos, o livro mostra como funciona a propaganda, o que deseja o anunciante, a agência de propaganda, as produtoras e os fornecedores especializados, os veículos de comunicação, a propaganda em cada setor da economia, enfim, todo o conjunto de elementos que sustenta o setor.

Na parte final deste livro editado pela Campus, Sampaio oferece dicas concretas sobre como fazer a melhor propaganda, como obter o melhor retorno, os melhores exemplos da propaganda nos anos 80, a força das marcas e como aplicar bem os recursos.

Como apêndice, o autor descreve para o leitor comum as ferramentas da propaganda, as peças da comunicação da propaganda, em que consiste a campanha publicitária, discorrendo ainda sobre a informatização da produção, a pesquisa da mídia e oferece alguns conselhos práticos. Como, por exemplo, o de que a honestidade termina sendo a melhor peça publicitária. Uma bibliografia e um glossário completam a obra.



Memórias

Beauvoir, Simone de. A força das coisas. *Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995.*

No final dos anos 40, quando Simone de Beauvoir publicou *O segundo sexo*, ela se mostrou como a precursora do movimento feminista, já que trazia para a discussão temas até então considerados verdadeiros tabus. Quem não se lembra da forma, ousada para a época, com que Simone tratou de questões explosivas como o uso do próprio corpo, o casamento e o aborto, a prostituição, o parto sem dor ou o divórcio?

Só em meados dos anos 60 é que alguns desses temas circulariam livremente entre os intelectuais, livres a essa altura da montanha de preconceitos dominantes através dos anos. A relação da autora, ao longo de mais de 50 anos, com Jean-Paul Sartre também permitiu que o casal fundasse logo após a II Guerra Mundial o movimento filosófico que agitou os intelectuais. Ou seja, o existencialismo.

Ela deixaria para a posteridade mais de duas dezenas de trabalhos, entre romances, memórias e estudos filosóficos. *A força das coisas*, agora lançado pela Nova Fronteira, constitui a terceira parte das memórias de Beauvoir, ocupando-se essa parte de temas relacionados com as descobertas de coisas decisivas em sua vida, sejam livros, filmes, lugares e rostos que muito ajudaram em sua formação, tanto como escritora como em sua condição de mulher. Com tradução de Maria Helena Franco Martins, *A força das coisas* é um bom livro para o fim-de-semana e a biblioteca.

Ib Teixeira

Quais eram os salários dos anos 40?

Pesquisa de* Conjuntura *indicava o valor médio do salário industrial no Brasil. A fantástica recuperação alemã.

Em setembro de 1949, *Conjuntura Econômica* publicava uma pesquisa sobre o valor dos salários pagos pela indústria. O levantamento fora efetuado meses antes (dezembro de 1948) e revelava, além dos aspectos salariais, algumas questões relacionadas com a massa de trabalhadores do setor industrial.

Já no final dos anos 40, a participação das mulheres no emprego da indústria representava 29,4% do total. Os setores que mais empregavam mão-de-obra feminina eram os do fumo e da tecelagem, onde o domínio das mulheres era absoluto: quase 60% do total. Sobre isso dizia a revista nos idos de 1949:

"São elas de preferência contratadas para serviços de rotina que requerem habilidade manual, sem por isso constituírem mão-de-obra especializada. Há ainda certo número de mulheres empregadas nos escritórios e serviços administrativos dos estabelecimentos fabris, onde exercem funções de datilógrafas, secretárias, arquivistas etc."

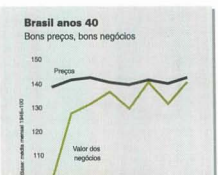
Salários

Com base em censo realizado pelo então IAPI (Instituto dos Industriários), a revista da FGV revelava que o salário contratado médio em todo o país, quer por contrato coletivo, quer por ajuste individual, era, na época, de Cr$582 mensais para as mulheres e Cr$967 para os homens. Considerando o valor do dólar no câmbio livre da época (Cr$30/dólar), isto poderia representar uma remuneração média de US$32,20 para os homens e US$19,41 para as mulheres.*

Mas a remuneração real dos industriários era bastante superior quando se considerava o salário efetivo. De fato, no início de 1949 entrava em vigor a Lei 605, que dispunha sobre o repouso semanal remunerado, algo que anteriormente não existia e que iria significar daí por diante um acréscimo de 20% sobre as remunerações. Em termos *per capita*, o salário efetivamente pago subiria de Cr$775 para Cr$793,80, ou seja, era bem superior ao salário de contrato.

A pesquisa de *Conjuntura* também mostrava uma grande disparidade entre os níveis salariais pagos nas diversas indústrias. Enquanto o salário médio das mulheres oscilava entre um mínimo de Cr$523 nas indústrias de madeira e um máximo de Cr$832 no setor gráfico, com uma apreciável diferença, portanto, a remuneração dos homens podia ir dos Cr$744 na indústria de couros a Cr$1.375 no setor gráfico. O analista de *Conjuntura* acrescentava:

"No conjunto destes grupos, que incluem a mais importante indústria do país, o salário dos homens é, em média, 57,8% mais alto do que o das mulheres."



Quem era quem

A importância relativa dos vários setores industriais em termos de mão-de-obra era na época a seguinte:

Nº de empregados	Indústrias
De 10 mil a 50 mil	– Couro, fumo, gráfica, madeira, aparelhos elétricos, mobiliário.
De 51 mil a 100 mil	– Cerâmica, vidros, cimento química, fósforos, borracha, vestuário e calçados.
De 101 mil a 200 mil	– Alimentação, bebidas, construção e metalúrgica.
De mais de 300 mil	– Tecelagem.

Os melhores salários

Qual era o setor industrial que melhor remunerava seus operários? Respondia a pesquisa de *Conjuntura Econômica*: para os homens o melhor setor era o gráfico, enquanto para as mulheres era o setor de material e aparelhos elétricos.

As indústrias gráficas contavam com a maior percentagem de empregados cujos salários de contrato atingiam ou ultrapassavam Cr$2 mil mensais (10,6%), seguindo-se-lhes as de fabricação de material e aparelhos elétricos. O último lugar era ocupado pelas indústrias de couros, com apenas 0,3% da massa empregada auferindo salário em base mensal superior ou igual a Cr$2 mil.

Mas havia também uma grande diversidade de salários entre as indústrias componentes do mesmo grupo. Assim, no grupo alimentação, enquanto os trabalhadores nos engenhos de açúcar recebiam em média Cr$476 os empregados das usinas ganhavam Cr$638 e os do setor de refino de açúcar percebiam Cr$1.058.

A recuperação da Alemanha

Em setembro de 1949 *Conjuntura* dedicava amplo espaço à análise da recuperação alemã. Pouco mais de três anos após ser completamente devastada pelos bombardeios aliados, a Alemanha, então dividida em duas nações, oferecia os primeiros indícios de uma volta por cima. Como reconhecia a revista da FGV:

"A volta da Alemanha ao mercado internacional reflete-se em duas cifras crescentes do seu comércio exterior. As exportações da Bisonia no ano de 1948 atingiram apenas US$600 milhões, enquanto nos primeiros cinco meses de 1949 elevavam-se já a US$463 milhões."

Para o ano seguinte esperava-se uma exportação de US$1,3 bilhão e importações de US$2,1 bilhões. Quem cobriria o déficit comercial dos alemães? Nada mais, nada menos que os inimigos de ontem, os norte-americanos, informava *Conjuntura*.

Com seu parque industrial devastado pela guerra, a Alemanha Ocidental já não exportava manufaturas como anteriormente. Agora seus principais produtos colocados no exterior eram a madeira e o carvão.

Conclui a nossa revista:

"O fato mais notável da atividade econômica na Alemanha é o recrudescimento da produção siderúrgica, que, somente nas zonas ocidentais, incluída a de ocupação francesa, se processa numa escala de 9 a 10 milhões de t de aço por ano, superior à produção da França."

*516,32% foi a inflação acumulada de 1949 a 1994, nos EUA.